

**Ativismo Ambiental, Performatividade e Modos de Vida:
um estudo de caso sobre o quotidiano do Grupo de
Acção e Intervenção Ambiental – GAIA**



Dissertação de Mestrado em Sociologia

Nilzélia Maria da Silva Oliveira
Coimbra, 2008



Ativismo Ambiental, Performatividade e Modos de Vida :
um estudo de caso sobre o quotidiano do Grupo de Acção e Intervenção
Ambiental – GAIA

Orientador: Prof. Dr. José Manuel de Oliveira Mendes

Dissertação de Mestrado em Sociologia “Pós-Colonialismos e Cidadania Global”
apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

Nilzélia Maria da Silva Oliveira
Bolsista do Programa Internacional de Bolsas de
Pós-Graduação da Fundação Ford
nilzelia.oliveira@gmail.com

Coimbra, 2008

(Trabalho impresso em papel reciclado)

Aos meus pais, Luzia e Jerônimo,
pelo amor incondicional, pelo apoio fraterno
e pela coragem em ultrapassar desafios.

À minha avó Josefa Maria da Conceição (in memoriam), por ser
um dos maiores amores da minha vida.

Agradecimentos

“Pelos frutos se conhece a árvore” ou mais que isso: conhece-se em que terreno a árvore foi plantada, se foi suficientemente regada, se teve uma adequada exposição solar, etc. Este trabalho é fruto de uma árvore que recebeu diversas colaborações e cuidados. Muitas foram as pessoas responsáveis por tais cuidados, de maneira que, ao nomear apenas alguns poucos estarei relembrando simbolicamente a fundamental importância de todos aqueles e aquelas (incontáveis) que de uma forma ou de outra partilharam comigo as trilhas desse caminho.

Reservo o primeiro agradecimento aos ativistas do Grupo de Acção e Intervenção Ambiental – GAIA – por me apresentarem novas configurações ativistas, por partilharem seu quotidiano e por acolherem meu trabalho de forma tão receptiva.

Tenho muito a agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. José Manuel Mendes, pela liberdade, atenção, zelo e confiança que depositou nessa investigação. Bem como, pela maneira rigorosa, instigante e sempre bem-humorada com a qual acompanhou meus tropeços e avanços durante essa caminhada.

A todos os colegas do Programa Pós-Colonialismos e Cidadania Global do ano de 2006, pelo companheirismo e aguçada reflexão crítica e científica. Agradeço ainda aos docentes desse Programa: Boaventura de Sousa Santos, Margarida Calafate Ribeiro, Elísio Estanque e Maria Paula Menezes, pela apresentação de novos horizontes teóricos e metodológicos. Agradeço também aos bibliotecários do Centro de Estudo Sociais da Universidade de Coimbra Maria José Carvalho e Acácio Machado pela dedicação, profissionalismo e empenho com que sempre acolheram minhas necessidades.

Agradeço à Alice Cruz e à Elida Lauris pelas discussões proíficas ainda no início desse projeto, ao Raul Meneses pelas pertinentes sugestões no pós-campo e ainda à Alexandra Martins e à Lennita Ruggi pelas leituras e críticas motivadoras ao trabalho. À Abigail Alcântara, à Ana B, à Roseli Gonçalves, à Heloisa Greco e à Meire Rebouças pelo incentivo nos momentos de paragem. À Rosimeire

Barbosa e ao Lourenço Cardoso, pelo companheirismo e partilha acadêmica na lendária “Casa de Farinha”.

Meus sinceros agradecimentos à Fundação Ford pelo vital apoio financeiro e logístico e pela realização do Programa Internacional de Bolsas de Pós-Graduação, cada vez mais voltado ao reconhecimento da importância de ações afirmativas no ensino superior. Nas pessoas de Fúlvia Rosemberg, Ida Lewkowicz, Leandro Andrade, Maria Luísa Ribeiro, Meire Blanche e Márcia Caxeta dedico especial agradecimento à toda a equipe da Fundação Carlos Chagas que proporcionou todo o apoio antes e durante a vigência da bolsa, realizando um trabalho simplesmente impecável.

Por fim, agradeço aos meus pais pela confiança e amor com os quais me abasteceram diariamente nessa travessia. A todos os meus familiares e amigos no Brasil que, apesar da distância, sempre me dirigiram palavras de ânimo e encorajamento. Ao João Peixoto não apenas pelas discussões, sugestões, questionamentos e pela revisão final do texto, como pela solidariedade, partilha, carinho e entrega em todos os momentos desse processo de investigação. Um agradecimento final à família Peixoto, que pouco a pouco se tornou também a minha família em Coimbra.

Resumo

Inserido no marco do movimento ambientalista português, o Grupo de Acção e Intervenção Ambiental (GAIA), constituiu-se no estudo de caso dessa dissertação. Orientada por uma metodologia qualitativa, a investigação teve por objetivo a compreensão e análise da dinâmica ativista presente no grupo. De igual forma, interessava-nos compreender as atitudes e os comportamentos dos sujeitos ambientais fora do contexto da prática coletiva ou naquilo que estabelecemos como ativismo quotidiano. Na busca desse intento, orientamos a pesquisa de campo pelas seguintes questões orientadoras: o que é GAIA para seus membros; o que significa ser ativista ambiental naquele grupo; como os ativistas se definem discursivamente; que estratégias são acionadas no ativismo do GAIA; qual é o alcance das ações do grupo; e quais práticas permeiam o quotidiano daqueles ativistas. A ancoragem teórica pautou-se sobre a reflexão crítica do conceito de desenvolvimento sustentável, sobre as diferenças e semelhanças entre os ambientalismo do Sul e do Norte, e sobre as recentes práticas de neo-colonialismo, exemplificadas no biocolonialismo.

Palavras-chave: GAIA; ativismo coletivo; ativismo quotidiano; desenvolvimento sustentável; biocolonialismo.

Abstract

In the context of the Portuguese environmental movement, the "Environmental Action and Intervention Group" (GAIA), was the subject of the case study in this dissertation. Guided by qualitative methodology, the objective of this research consisted on the comprehension and analysis of the activist dynamics present in the group. We were also interested in understanding the attitudes and behaviour of the environmental subjects when out of group context or out of what we defined as daily activism. With this in mind, we used the following guideline questions in fieldwork: what is GAIA, for it's members; what does it mean to be an environmental activist in that group; how do the activists discursively define themselves; what strategies do they use in GAIA's activism; what is the range of the group's actions; and what practices can we find in the activist's everyday life. This work's theoretical anchorage is the reflection on the sustainable development concept, the differences and similarities between North and South environmentalism, and also the recent practices of neo-colonialism, of which bio-colonialism is an example.

Keywords: GAIA; collective activism; daily activism; sustainable development; bio-colonialism.

Índice

vii	Agradecimentos
ix	Resumo / Abstract
15	Lista de Abreviaturas
17	Índice de Quadros e Imagens
19	Introdução
25	Capítulo 1. O Desafio Ambiental no Cenário Capitalista Contemporâneo
25	1.1. Desenvolvimento Sustentável ou Sustentação do Desenvolvimento?
31	1.2. Desenvolvimento Sustentável e Capitalismo: qual compatibilidade?
37	1.3. Movimentos Sociais, Novos Movimentos Sociais e Ambientalismos
45	1.4. A Construção da Natureza
49	1.5. O Movimento Ambientalista e a Formação de Redes Transnacionais

57	Capítulo 2. Trilhas Metodológicas
57	2.1. Marco Inicial da Investigação
64	2.2. Questões Orientadoras
68	2.3. Técnicas Utilizadas
69	2.3.1. Estudo de Caso
70	2.3.2. Observação Participante
72	2.3.3. Diário de Campo
73	2.3.4. Entrevista
75	2.3.5. Etnografia Virtual
76	2.3.6. Análise Documental
76	2.3.7. Fotografia
79	Capítulo 3. O Grupo de Acção e Intervenção Ambiental – GAIA
79	3.1. Movimento Ambientalista Português
86	3.2. GAIA
89	3.2.1. Objetivos
97	3.2.2. Redes
99	3.2.3. Estrutura Organizativa
101	3.2.4. Ativistas
103	3.3. GAIA Porto: um capítulo à parte
105	3.3.1. Atividades
108	3.3.2. Estratégias
112	3.3.3. Descrição das Atividades: algumas notas de campo
126	3.3.4. Trajetória do Grupo
128	3.3.5. Relacionamento entre os Núcleos
129	3.4. Quais são os Frutos do Ativismo?

133	Capítulo 4. Identidades, Modos de Vida e Sujeito Ambiental
133	4.1. Identidade Coletiva
135	4.2. Modos de Vida do Sujeito Ambiental
157	4.3. Análise das Práticas
163	4.4. Tipos de Ações
167	Capítulo 5. O Retorno das Caravelas via Biocolonialismo
167	5.1. Colonialismo
170	5.2. Relação Ser Humano – Natureza
175	5.3. Biocolonialismo
176	5.3.1. Racismo Ambiental
177	5.3.2. Dívida Ecológica
178	5.3.3. Biopirataria
179	5.3.4 Organismos Geneticamente Modificados
182	5.4. Um Exemplo a considerar: os transgênicos em Portugal e o caso Silves
187	5.5. Uma Perspectiva Pós-Biocolonialista
193	Conclusões
199	Bibliografia
	Anexo

Lista de Abreviaturas

ANIMAL – Associação Nortenha de Intervenção no Mundo Animal
APA – Agência Portuguesa do Ambiente
CDS – Comissão para o Desenvolvimento Sustentável
CPADA – Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente
DF – Distrito Federal
EYFA – European Youth For Action
EVS – European Voluntary Service (Estágio Voluntário Europeu)
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
GAIA – Grupo de Acção e Intervenção Ambiental
GEOTA – Grupo de Estudos de Ordenamento Territorial e Ambiente
IPJ – Instituto Português da Juventude
IPOEMA – Instituto de Permacultura, Organizações, Ecovilas e Meio Ambiente
LPN – Liga de Protecção da Natureza
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MEP – Movimento Ecológico Português
MST – Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra
NIABY – Not In Anyone's Backyard
NIMBY – Not In My Backyard
NMS – Novos Movimentos Sociais
OGM – Organismo Geneticamente Modificado
ONGA – Organização Não-Governamental do Ambiente
ONU – Organização das Nações Unidas
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
SIC – Sociedade Independente de Comunicação
TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação
UE – União Européia
WWF – World Wide Fund for Nature

Índice de Quadros e Imagens

95	Quadro 1. Aspectos Comparativos: GAIA, IPOEMA e Coletivo Jovem
136	Quadro 2. Perfil dos Ativistas
164	Quadro 3. Tipos de Ações no GAIA
113	Imagem 1. Semana Sem TV
123	Imagem 2. Picnic Vegetariano

Introdução

A crise ambiental inscreve na contemporaneidade um desafio que perfaz caminhos diferenciados, seja no que diz respeito à sua interpretação, seja no que diz respeito ao seu enfrentamento. Com diferenças temporais, espaciais e culturais significativas a ação antrópica é, ainda assim, uma constante fundamental no longo e diferenciado processo da relação do ser humano com a natureza. Fixando-se na atualidade, é possível visualizarmos essas diferenças: enquanto há populações que, numa perspectiva de integração, mantêm uma relação de convivência e cooperação com a natureza, há outras que atestam uma lógica de distanciamento, cativando uma relação de exploração e domínio da mesma.

Apesar dessas características não estarem restritas a um dado cenário social, – antes estão imiscuídas no seio dos diversos espaços sócio-culturais – é possível identificar formas mais acentuadas de uma relação de integração ou de separação entre seres humanos e natureza. Em termos de sociedades capitalistas urbanas, predomina a lógica que vincula a natureza a um recurso natural que necessita ser explorado para atingir seu objetivo máximo, em outras palavras, para proporcionar bem-estar aos seres humanos. Por sua vez, em sociedades indígenas e camponesas destaca-se um contato mais vinculativo entre a vida social e cultural e a natureza – esta representa, nesses contextos, valores religiosos e simbólicos fortes e, ainda que constitua grande importância funcional, é mais raramente associada a simples recurso natural.

Os valores que cada sociedade atribui à natureza estão na base daquilo que poderíamos chamar de avanço histórico da crise ambiental. Remontando ao passado colonial, nos deparamos com um tempo onde o eurocentrismo teve como um dos seus pilares a crença de que os povos africanos, americanos e asiáticos eram inferiores por se integrarem (e na visão dos europeus: se confundirem) com a natureza. Se muito dessa associação pejorativa tem sido desconstruída a partir das investidas pós-coloniais, o mesmo não se pode afirmar em relação ao estatuto de inferioridade que continua a pairar sobre a natureza, em muito responsável, por exemplo, pelo atual biocolonialismo.

Se é possível identificar no colonialismo do século XV a matriz para um tempo dinamizado pela constante ruptura na relação entre ser humano e natureza – marcadamente no contexto europeu – é bem verdade que há outras representações no bojo desse processo que promoveram uma busca de maior integração na relação ser humano-natureza. Todavia, com a Revolução Industrial instaurou-se no mundo ocidental, e um pouco por todo o mundo, a visão da natureza enquanto fornecedora de bens, fonte de lucratividade e objeto passível de intervenção, modificação e controle. A deflagração desse modelo econômico impulsionou de forma dramática a intervenção humana sobre a natureza, de modo que, algumas dessas consequências somente agora se põem a assolar as sociedades.

Tais consequências não são, contudo, sentidas por todos com o mesmo grau de intensidade. Se nos países do Sul se encontram os maiores reservatórios de biodiversidade do planeta (Santos, 2006b; Shiva, 2004), é também nesses países que se avolumam valores ascendentes da dívida externa para com os países do Norte. Essa situação quase estrutural do contexto econômico interfere diretamente nos impactos ambientais que os diversos países suportam. Desproporcionadamente continuam a ser os países com maior poderio financeiro os que mais usufruem dos bens naturais dos países com menor vulto econômico. Afinal, não havendo um reconhecimento da dívida ecológica dos países do Norte para com os do Sul, a natureza continua a ser coisificada e mercantilizada, numa dinâmica neo-colonial que aqui denominamos biocolonialismo.

Paulatinamente, este cenário tem conduzido a humanidade a deparar-se com os seus excessos. Desse modo, tem sido cada vez mais elevada a preocupação com a crise ambiental, sobretudo no contexto ocidental. Respostas são perseguidas em acordos internacionais, criam-se políticas nacionais de contenção ou reversão das causas, almeja-se a um desenvolvimento sustentável dentro do capitalismo, mas tais medidas têm-se mostrado pouco eficientes na gestão ou solução global da crise – tendo em vista que os países mais poluidores têm tido uma postura pouco flexível em relação às mudanças de comportamento em escala macro.

Numa busca mais diferenciada e muitas das vezes mais incisiva, temos o movimento efervescente de organização da sociedade civil em grupos ou movimentos que passaram a dar a tônica do ativismo ambiental. Diferentemente do movimento ambientalista na sua gênese, na década de 1960, os atuais movimentos ambientalistas deparam-se com uma maior compreensão pública da questão ambiental – até porque esta encontra-se mais palpável – ao mesmo tempo que exercitam novas estratégias de ativismo para se fazerem ouvir pelas elites dirigentes dos países, pois, por mais que estas estejam sensibilizadas com a temática, seus objetivos ainda estão muito afastados da maioria dos grupos ambientalistas. Cada sociedade forja suas próprias práticas ativistas e os diversos movimentos ambientalistas têm se destacado na edificação de lógicas transnacionais que possibilitem respostas ao desafio ambiental.

Todavia, as respostas à questão ambiental não emergiram de maneira homogênea, visto que não apenas os valores, a ação antrópica e suas consequências são distintas, como a forma de condução das mesmas incidem contextual e culturalmente localizadas. Portugal foi um dos países nos quais a preocupação ambiental se fez sentir mais generalizadamente apenas nos anos 1980, sendo que mesmo na primeira década do terceiro milênio, muitas vezes a problemática ambiental ainda passa incógnita. E não somente por populares, mas até mesmo pelos responsáveis em formular e implementar políticas públicas nessa área, fornecendo muitas vezes uma imagem de negligência institucional nesse campo. Entretanto, a partir da década de 1990 floresceram nesse cenário mais grupos ambientalistas, na sua grande maioria, empenhados em sensibilizar a população sobre os objetivos ecológicos.

Nesse contexto ainda incipiente, e na tentativa de percorrer etnograficamente os delineamentos do ativismo em Portugal, optamos pela concretização de um estudo de caso no qual privilegiamos a observação do *modus operandi* empreendido pelo Grupo de Acção e Intervenção Ambiental – GAIA – e também das práticas quotidianas de seus ativistas, num esforço de compreender o que impulsiona estas pessoas a assumirem comportamentos e atitudes pouco usuais na sociedade portuguesa. Ao enfatizar um grupo, o

objetivo foi desvendar as lógicas de ativismo presentes tanto ao nível do coletivo, como ao nível do ativismo pessoal e quotidiano daqueles militantes.

Refletir sobre as estratégias de ativismo ambiental do grupo, sobre questões de identidade ativista, sobre as ações coletivas e individuais compõem o cerne dessa dissertação ao mesmo tempo que constituem os questionamentos centrais que impulsionaram essa investigação.

No primeiro capítulo, ensinamos a discussão sobre a construção do conceito de desenvolvimento sustentável no cenário das sociedades capitalistas. Numa perspectiva de análise crítica do conceito e partindo de algumas definições da teoria económica ambiental, elencamos a posição de vários autores para melhor balizarmos esse debate, que apesar da amplitude social que abrange, tem sido tratado com alguma superficialidade. No âmbito dos novos movimentos sociais, abordamos ainda a problemática da diferenciação entre movimentos ambientalistas do Norte e do Sul, problematizando essa questão para além da metáfora geográfica. Na continuidade do capítulo, passamos a abordar a construção histórico-cultural do conceito de natureza e as implicações desse processo na forma como os ativismos ambientais têm sido estruturados em redes transnacionais e consoante os objetivos que almejam.

No segundo capítulo, apresentamos as estratégias metodológicas utilizadas na condução da investigação: o enquadramento teórico-metodológico, bem como as questões orientadoras da pesquisa.

Em seguimento, o terceiro capítulo constitui-se numa análise descritiva do Grupo de Acção e Intervenção Ambiental. Partindo de uma breve contextualização do movimento ambientalista em Portugal, seguimos um trajeto de apresentação das rotinas, a definição, a estrutura e os objetivos do grupo, bem como as estratégias de ação empreendidas sobretudo no núcleo do GAIA no Porto.

O quarto capítulo comparece a cargo das narrativas que configuram os sujeitos ambientais atuantes no grupo. A identidade ativista do coletivo, assim como a identidade ativista individual são cotejadas com o propósito de melhor compreendermos a lógica que as vincula ou não àquele grupo e a relevância que adquirem na empreitada do ativismo quotidiano. De fato, a abordagem do

sujeito ambiental constituiu-se num esforço em elucidar formas de ativismo ambiental ainda pouco exploradas pela bibliografia corrente, como é o caso das atitudes e comportamentos circunscritos aos espaços domésticos.

No quinto capítulo, há um rápido resgate da crítica pós-colonialista com o objetivo desta introduzir o debate do biocolonialismo e, desse modo, podermos apreciar possíveis formas de enfrentamento do mesmo. O objetivo com essa discussão é a apreensão de até que ponto as performances do ativismo ambiental, com destaque para o ativismo empreendido pelo GAIA, implicam a desconstrução das lógicas do biocolonialismo e da colonialidade que mantemos em relação à natureza.

Capítulo 1.

O Desafio Ambiental no Cenário Capitalista Contemporâneo

1.1. Desenvolvimento Sustentável ou Sustentação do Desenvolvimento?

O desenvolvimento sustentável é um conceito com diversas interpretações, sendo abordado diferenciadamente pelos variados atores sociais. É reverenciado por muitos, mas já causa desconforto nalguns. Todavia, a reduzida problematização do conceito obriga a uma abordagem cautelosa do mesmo, sobretudo no que consiste a cristalização à qual este conceito tem sido levado. Em termos gerais, o desenvolvimento sustentável é considerado representante de um processo muito avançado, quase definitivo, rumo às soluções dos problemas ambientais mundiais. Nesta perspectiva, não pretendemos analisar o conceito de desenvolvimento sustentável, mas ainda que de forma breve, é imprescindível remetê-lo à reflexão, já que este conceito está inscrito no rol daqueles que perfazem a compreensão científica e popular do que seja a questão ambiental.

É a partir de uma maior e inevitável preocupação com o ambiente natural no mundo ocidental que surge o conceito de desenvolvimento sustentável. Este, por sua vez, foi precedido pelo de ecodesenvolvimento, que foi cunhado por Maurice Strong – Secretário-geral da Primeira Conferência Internacional das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo em 1972 – e difundido por Ignacy Sachs, a partir de 1974. Ecodesenvolvimento significa o desenvolvimento de um país ou região, baseado em suas próprias potencialidades, portanto, endógeno, sem criar dependência externa, tendo por finalidade a consecução de objetivos sociais e econômicos que proporcionem uma gestão responsável do meio ambiente (Montibeller Filho, 2004).

Em 1987, no Relatório Brundtland ou Relatório da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, temos a definição oficialmente mais adotada de desenvolvimento sustentável: “[...] desenvolvimento que responde às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades das gerações futuras de satisfazer suas próprias necessidades.” (ibidem: 50). Nessa definição,

fazem-se presentes as respostas às necessidades das atuais gerações (lógica intrageracional) e às das próximas gerações (lógica intergeracional).

De fato, desenvolvimento sustentável tornou-se num dos conceitos mais pronunciados na atualidade e, ao mesmo tempo, um dos mais imprecisos. Segundo Gustavo Ribeiro é preciso “[...] pensar o desenvolvimento sustentável como um campo de disputas ideológicas, utópicas, políticas, econômicas e técnicas” (2004: 15). Para Gilberto Montibeller Filho: “[...] Sustentável é mais um rótulo ou adjetivo afixado ao conceito tradicional – desenvolvimento –, e que o deixa, do mesmo modo polissêmico. Mas é esta característica de polissemia que o mantém universalmente aceito: a aceitação plena do termo desenvolvimento sustentável é devida, segundo M. Redcliff (1992), principalmente à sua imprecisão” (2004: 55). Desse modo, procuraremos abordar algumas visões críticas sobre o desenvolvimento sustentável e, tendo em conta a pluralidade do conceito, alargá-lo.

Termos como sustentável, sustentabilidade, desenvolvimento sustentável tornaram-se conceitos com índices de aceitação popular espantosos, muito em razão do apelo que o conceito de desenvolvimento implica. A percepção do que é ou constitui o conceito de desenvolvimento – bem como o seu oposto, isto é, a condição de subdesenvolvimento – está inscrita no imaginário social de maneira arraigada, nomeadamente nos seguintes aspectos relacionados a esse conceito: o impedimento de reflexões mais aprofundadas sobre o seu significado; a sua aceitação praticamente unânime nas diferentes sociedades; as classificações e estigmas que tem perpetrado ao servir às definições dos países do Norte¹ sobre como devem agir as sociedades do Sul, para que alcancem o status de desenvolvidas.

Gustavo Esteva ao fazer uma análise do conceito de desenvolvimento traz à baila o seu contraponto, isto é, o subdesenvolvimento. Ele afirma que:

¹ Ressaltamos que tal lógica não diz respeito diretamente à posição geográfica dos países, mas à posição de exploração e/ou opressão que possam exercer (Norte) ou sofrer (Sul). Todavia, tal metáfora não consegue operacionalizar sempre as análises pretendidas. Boaventura de Sousa Santos esclarece “O meu apelo a aprender com o Sul – entendendo o Sul como uma metáfora do sofrimento humano causado pelo capitalismo – significava precisamente o objectivo de reinventar a emancipação social indo mais além da teoria crítica produzida no Norte e da práxis social e política que ela subscrevera” (2006a: 25).

"[...] A palavra define uma percepção. Essa, por sua vez, torna-se um objeto, um fato. Ninguém parece suspeitar que o conceito não se refere a um fenômeno real. Ninguém parece compreender que "subdesenvolvido" é um adjetivo comparativo cuja base de apoio é a premissa, muito ocidental, mas inaceitável e não demonstrável, da unicidade, homogeneidade e linearidade da evolução do mundo" (Esteve, 2000: 16).

Conceitos como desenvolvido, moderno, produtivo, evoluído, urbano etc. requerem um oposto, de modo que temos tradicional, improdutivo, atrasado, rural como a outra face da moeda, mas uma face corroída pela subjugação e injustiça. São conceitos que fazem parte do cabedal lógico que dispõe a realidade com dualismo, que classifica e adjetiva pessoas, povos, países sob um rótulo que, em geral, tem o seu oposto benéfico situado e exemplificado nos países do Norte. Estes conceitos demonstram não apenas a lógica ocidental cartesiana de pensar o mundo, isto é, dividindo-o e classificando-o, mas afirmam um eurocentrismo² dinamizado não mais pelo colonialismo político, mas pela colonialidade do poder e do saber que se fazem presentes nas relações internacionais atuais.

Toda a trajetória colonial se constituiu a partir da dominação e exploração de uns, considerados superiores, sobre outros, tidos por selvagens, incapazes e inferiores. Passado algum tempo dos acontecimentos atrozizados que o colonialismo provocou, restam-nos ainda muitos resquícios dessa época, de forma que, o fim do colonialismo político, isto é, a independência das colônias, não resultou no fim da colonialidade do saber e do poder: o conhecimento científico é posto em primeiro plano, como único saber válido em relação aos demais conhecimentos e a economia capitalista neoliberal opera em estágio globalizado, aniquilando economias locais (Santos, 2003; Quijano, 2000).

Se dantes se utilizava o binômio civilizado/selvagem para demarcar as relações de poder, exploração e opressão exercidas pelo colonizador, atualmente utiliza-se desenvolvido/subdesenvolvido, primeiro mundo/terceiro

² Ainda que o conceito de eurocentrismo seja largamente utilizado, sobretudo em termos de teorias pós-coloniais – até porque, os antigos colonizadores eram europeus – é preciso olhar para este conceito com prudência, visto que há muitos 'suis' dentro do Norte e muitos 'nortes' dentro do Sul, e daí a necessidade dessa metáfora geográfica vir sempre acompanhada de ressalvas.

mundo – somente para não alongarmos-nos em exemplos – com o objetivo de cristalizar relações desiguais e de injustiça entre povos. E ainda que na maior parte dos casos não perdure o colonialismo político de outrora, este é redesenhado na imposição de saberes – marcadamente o científico – e de modelos econômicos dos países dominantes sobre os países dominados. Nesse contexto de imposição econômica e cultural de poucos sobre muitos, muitas vezes o desenvolvimento sustentável desempenha um papel estranho à lógica da justiça social e ambiental. Para Wolfgang Sachs “[...] Capital, burocracia e ciência – a venerável trindade da modernização ocidental – declaram-se indispensáveis na nova crise e prometem evitar o pior através de melhor engenharia, planejamento integrado, e modelos mais sofisticados”. Todavia, “[...] Conclamações para assegurar a sobrevivência do planeta são muitas vezes, após análise minuciosa, nada mais do que convocações para a sobrevivência do sistema industrial” (2000: 128). Nesse cenário, o desenvolvimento sustentável acaba por ser cooptado a uma atuação para a qual não é capaz de promover justiça, já que não apenas é construído um fosso entre os princípios inscritos nos documentos oficiais e o palco da sua implementação: a realidade – como temos em larga medida uma agenda ambiental ditada pelos países dominantes aos dominados (Schmidt e Valente, 2004).

A ligação de ambos os conceitos – ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável – é estreita com a perspectiva econômica capitalista, no sentido de que não intentam críticas à base do sistema de produção capitalista, antes perfazem o objetivo de alcançar, dentro do modo capitalista, condições que garantam um desenvolvimento (econômico) com sustentabilidade. Ignacy Sachs (2002) apresenta como dimensões de sustentabilidade no ecodesenvolvimento as sustentabilidades social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política. Montibeller Filho afirma que o desenvolvimento sustentável se constitui num novo paradigma que assenta no trinômio: “eficiência econômica, eficácia social e ambiental” (2004: 54), sendo que o alcance dessas condições implica o alcance do desenvolvimento sustentável. Luísa Schmidt e Susana Valente apontam três pilares do desenvolvimento sustentável, são eles o “desenvolvimento económico, a coesão

social e proteção do ambiente". E ainda acrescentam a "dimensão institucional" ou "governance" (2004: 29).

Há, todavia, perspectivas que apesar de criticarem o conceito, o retomam noutros moldes. É o que faz Enrique Leff ao re-significá-lo, traçando a diferença entre crescimento sustentável e desenvolvimento sustentável, inserindo este último como um dos elementos centrais na construção de uma nova racionalidade, capaz de substituir o modelo econômico e cultural dominante por um "paradigma produtivo alternativo", gerador de uma "produtividade ecotecnológica" (2005: 60). O enfoque econômico talvez seja o mais perceptível, mas há ainda outras formas de colonialismo/colonialidade no que diz respeito às relações sobre a natureza na atualidade; a biopirataria é uma delas, mas disso tratar-se-á mais adiante.

Organizações internacionais como as Nações Unidas e o Banco Mundial também adotaram nas suas agendas políticas o uso do conceito desenvolvimento sustentável. Esses atores concedem ao conceito aspectos robustos e capacidades próprias de transformação da crise ambiental. A ONU possui uma Comissão para o Desenvolvimento Sustentável (CDS), bem como uma Divisão para o Desenvolvimento Sustentável, e na sua página na Internet encontra-se em destaque a primeira definição institucional do conceito, presente no Relatório da Comissão Brundtland de 1987 – já citado anteriormente³. A Divisão tem como uma de suas metas a integração das dimensões econômica, social e ambiental do desenvolvimento sustentável na implementação política a nível internacional, regional e local, bem como a implementação da Agenda 21 e do Acordo de Joanesburgo, entre outros.

Curiosamente, o Banco Mundial, tal e qual a ONU, destaca o conceito de desenvolvimento sustentável do Relatório de 1987. A diferença é que na página eletrônica do Banco Mundial o desenvolvimento sustentável é incorporado de tal maneira aos objetivos de desenvolvimento econômico da instituição, que é como se o primeiro adviesse do segundo, nesse sentido, o objetivo principal da Vice-Secretaria de Desenvolvimento Sustentável do Banco Mundial é: "Assegurar

³"Development that meets the needs of the present without compromising the ability of future generations meet their own needs." <http://www.un.org/esa/sustdev/csd/policy.htm>

oportunidades econômicas confiáveis, atendendo as necessidades de crescimento econômico dos países em desenvolvimento por meio da agricultura, do desenvolvimento rural e urbano, da expansão do acesso à energia elétrica, dos serviços de transporte, do acesso à água potável, ao saneamento e às telecomunicações”⁴ [tradução minha].

Esses exemplos ilustram as semelhanças no discurso dessas duas importantes agências internacionais sobre o desenvolvimento sustentável. Não se trata de equipará-los, mas de ressaltar que no discurso de ambas o desenvolvimento sustentável é perfeitamente possível de ser construído dentro do atual modelo econômico, o mesmo que agudiza a cada dia as condições de sustentabilidade social e ambiental, majoritariamente nos países do Sul. É notável a vasta gama de interpretações para o desenvolvimento sustentável, e é mesmo significativo que um conceito tão unanimemente aceito seja tão diversamente abordado. Tomando como referência a sustentabilidade, pondera Leff:

“[...] Da vontade de capitalizar a natureza através do mercado à descentralização da economia e à construção de uma racionalidade ambiental baseada em princípios não-mercantis (potencial ecológico, eqüidade transgeracional, justiça social, diversidade cultural e democracia), a sustentabilidade se define através de significados sociais e estratégias políticas diferenciados” (2005: 48).

Na tentativa de melhor entender as relações do desenvolvimento sustentável com o modelo econômico capitalista, passemos a uma sucinta análise da teoria econômica ambiental em três de suas vertentes.

⁴<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/0,,contentMDK:21290756~menuPK:2643909~pagePK:64020865~piPK:149114~theSitePK:244363,00.html>

1.2. Desenvolvimento Sustentável e Capitalismo: qual compatibilidade?

Reiterando que até meados do século XX as teorias econômicas não levavam em conta os aspectos ambientais, a não ser como recursos passíveis de exploração, Montibeller Filho faz uma interessante análise do papel da natureza na economia ambiental. Ele questiona a possibilidade da existência de desenvolvimento sustentável no capitalismo e apresenta o que considera ser as três principais correntes da economia ambiental: a neoclássica, a economia ecológica e o ecomarxismo.

A corrente neoclássica considera os aspectos ambientais sob a lógica da internalização das externalidades (ambientais) ou da valoração monetária daquilo que antes não recebia tal atributo. Segundo Montibeller, as teorias mais conhecidas dessa corrente são: a fórmula do poluidor-pagador (Arthur C. Pigou), onde quem polui deve pagar; a tragédia da propriedade comum (Ronald Coase) – nesse caso, era necessário atribuir direitos de propriedade sobre o meio ambiente como maneira de conter o excesso da utilização do meio, tal se daria por meio de negociação –; e, por fim, o método da valoração contingente, que em caso de danos ambientais, leva em conta basicamente a disposição a pagar e a disposição a aceitar compensação por parte dos sujeitos envolvidos. Para Montibeller Filho, os métodos da economia ambiental neoclássica incorrem no mesmo erro, qual seja: “[...] a avaliação feita pela população atual, simulando um mercado, não leva em conta [o] possível valor do bem para as gerações futuras, pois estas não estão presentes, ou são parcamente representadas nos mercados atuais. Portanto, não consegue responder plenamente ao critério da equidade intergeracional do desenvolvimento sustentável” (2004: 103).

Em segundo lugar, o autor apresenta a posição da economia ecológica, que se baseia nos princípios da ecologia: “[...] Na ecologia, a noção de sustentabilidade ou capacidade de suporte diz respeito ao equilíbrio de um ecossistema. Para este equilíbrio é necessário que as saídas (*output*) se igualem às entradas (*input*), significando uma relação de 1:1, um para um, na troca de energia e materiais” (ibidem: 125). Historicamente, o sistema econômico capitalista tem proporcionado desequilíbrios entre as trocas de energia e

materiais dos ecossistemas, sobretudo por retirar mais do que a natureza é capaz de repor. Nesse sentido, “[...] o desenvolvimento sustentável é para a economia ecológica, a resposta à crise ambiental gerada pelo paradigma economicista e excludente, atualmente dominante” (ibidem: 125-126).

Diferentemente dos teóricos neoclássicos, os representantes da economia ecológica não vêem no mercado capacidades de apreensão de todas as externalidades ambientais, de modo que a valoração econômica dos bens ambientais não é suficiente. É necessária a atuação e cobrança social para a efetivação de políticas ambientais. A economia ecológica prevê então, que o mercado é capaz de reagir positivamente – no que diz respeito à promoção do desenvolvimento sustentável (leia-se internalização das externalidades ambientais) – desde que a sociedade civil exerça pressão e reivindique continuamente suas posições por um modelo econômico capaz de promover sustentabilidade.

Para o autor – que está a realizar uma análise macro social da possibilidade do desenvolvimento sustentável no capitalismo – importa ter em mente o impacto desses movimentos (responsáveis pela reivindicação de políticas ambientais), que segundo ele, atuam nas margens do sistema, sem conseguirem, por exemplo, influenciar as políticas governamentais de forma a obrigar que estas realizem iniciativas mais auspiciosas de proteção do ambiente. O autor refere-se especificamente ao ecologismo popular⁵, definição que se reporta basicamente aos movimentos de grupos sociais economicamente desfavorecidos. Estes seriam aqueles que lutam pela preservação da natureza quando esta se encontra diretamente implicada na sua própria sobrevivência, ou seja, há uma inter-relação de objetivos sociais e pessoais, do bem comum e de manutenção da própria vida.

O autor argumenta que, mesmo sob pressão da sociedade civil organizada, o desenvolvimento sustentável não é alcançado nas sociedades capitalistas, sobretudo devido ao baixo alcance dessa pressão. Todavia, essa opinião é por demais generalista, já que ao considerar essas lutas como práticas

⁵ Na tipologia de Martínez Alier (2007) – utilizada por Montibeller Filho – ecologismo popular ou ecologismo dos pobres equivalem à definição de movimentos ambientalistas do Sul.

de ecologismo inexpressivas ou de reduzido impacto social, o autor desconsidera por completo as vitórias já alcançadas por vários grupos em relação às questões ambientais. Dwivedi (2001) enfatiza a diversidade dos movimentos ambientalistas do Sul ao enumerar em grupos ambientalistas de vários países diferentes questões, ações, atores, e metas. Por sua vez, Shiva (2004) dá-nos vários exemplos de conquistas de movimentos ambientalistas do Sul frente às investidas dos interesses econômicos neoliberais. Todavia, importa-nos ressaltar que o ambientalismo contemporâneo não se esgota nessas classificações, logo, é necessário tê-lo em mente como um movimento plural, devendo ser analisado com o máximo de acuidade no sentido de compreender outros ecos, outras perspectivas e outros determinantes.

Passemos à terceira corrente da economia ambiental analisada por Montibeller Filho. Dentro da economia ambiental marxista, o referido autor dá destaque à corrente ecomarxista. Segundo os ecomarxistas, para além da contradição fundante identificada na teoria marxiana entre capital e trabalho, entre forças produtivas e relações de trabalho, há uma segunda contradição fundamental. Esta se dá conjuntamente entre as forças produtivas e as relações de produção que se contrapõem às condições de produção, marcadamente o meio ambiente, que possibilita a existência de ambas: das forças e das relações produtivas. Nesse sentido, a contradição apontada pelos ecomarxistas: “É uma apropriação autodestrutiva, dado que o capital avança na exploração e degradação do meio ambiente, até se defrontar com limites físicos por ele mesmo criados” (Montibeller Filho, 2004: 196).

Se pela primeira contradição do capitalismo, este há de se deparar com o dilema da sua própria sobrevivência, por meio da manutenção das relações de produção – já que quanto maior é a ação do capital, maior é a exploração do trabalhador e maior a tendência deste se mobilizar contra aquele. Já pela segunda contradição apresentada pelos ecomarxistas, temos que quanto mais avança o sistema capitalista, maiores são as chances de encontrar limites físicos (esgotamento do solo e de outras fontes renováveis; extinção da fauna; devastação da flora etc.) para seu desenvolvimento e manutenção. Nos dois casos é o capital a gerar as suas próprias condições de derrocada.

Montibeller Filho empreende esta concatenação teórica sobre a economia ambiental a fim de responder à questão da possibilidade ou não do desenvolvimento sustentável no capitalismo. Sua conclusão é a de que o desenvolvimento sustentável no capitalismo é um mito. Entretanto, ele ressalta que as propostas que enxergam compatibilidade entre um sistema capitalista de mercado e a implementação de políticas de desenvolvimento sustentável não podem ser desconsideradas, mas interpretadas como paliativos perante o desafio ambiental. Segundo o autor, tais propostas “[...] não conseguem superar a contradição fundamental do sistema de tender a apropriar-se de forma degenerativa dos recursos naturais (esgotamento) e do meio ambiente (degradação), impossibilitando que sejam concretizadas as eqüidades sociais e ecológicas intra, intergeracional e internacional do desenvolvimento sustentável” (2004: 292). As práticas referidas pelo autor dizem respeito aos métodos usados pelos teóricos neoclássicos da economia ambiental e que prevêm a valoração de bens ambientais baseados na lógica de sanção/tributação pelo dano ambiental causado.

Baseado numa série de argumentos, o autor sustenta que o desenvolvimento sustentável é incompatível com o sistema capitalista, ou seja, que não estão postas atualmente condições para a supressão da referida segunda contradição do capitalismo. Por outras palavras, a manutenção das atuais condições dos modos de produção e de consumo capitalista não permite o vislumbre de uma redução sistemática da pegada ecológica⁶, ao invés disso a agrava. Os argumentos aos quais recorre o autor são, por exemplo: as trocas ecológicas desiguais que correspondem sinteticamente à “[...] não-valorização intergeracional; não-compensação pela degradação ambiental; não pagamento dos serviços ambientais” (ibidem: 278-279); bem como aos limites da reciclagem e do armazenamento de resíduos não-recicláveis; e às práticas que supostamente amenizam a questão ambiental, tais como, a produção e

⁶ “Segundo o PNUMA [...] é uma atividade de área que «corresponde ao número necessário de hectares de terra biologicamente produtiva para produzir os alimentos e a madeira que a população consome, a infraestrutura que utiliza, e para absorver o CO₂ produzido durante a queima de combustíveis fósseis. Por conseguinte, a pegada ecológica leva em conta o impacto que a população produz sobre o meio ambiente. A pegada ecológica é uma função do tamanho da população, do consumo médio de recursos per capita e da intensidade dos recursos tecnológicos utilizados»” (PNUMA, 2002: 36 *apud* Porto-Gonçalves, 2006: 40).

comercialização de produtos 'verdes', por empresas 'verdes'. Para o autor, esses são exemplos da disparidade entre a prosposta teórica do desenvolvimento sustentável e suas práticas paliativas, que, por sua vez, se apresentam como a panacéia da crise ambiental. Dessa forma, Montibeller Filho afirma que:

“O desenvolvimento sustentável revela-se como um mito, compreendendo dupla dimensionalidade: caráter universal, ao contemplar a reflexão, pela maioria dos povos – do mundo capitalista ou não –, de uma condição de equidade socioeconômica e ambiental desejada, dando elementos para a construção de projeto civilizatório em diferentes culturas e norteador de práticas sociais (conflituosas); e o caráter particular, sendo no sistema atualmente dominante, e nas condições analisadas de tendência secular e escala global, todavia, uma idéia sem correspondência direta sendo até conflitante, com a realidade” (ibidem: 292).

Muito semelhante ao que Montibeller Filho refere como sendo a corrente neoclássica da economia ambiental, Enrique Leff denomina de economia ecológica e tece a seguinte reflexão:

“Ao “naturalizar” os limites do crescimento, a economia ecológica se separa do campo da ecologia política. Ao reduzir as condições ecológicas da sustentabilidade à resolução de problemas ambientais e demográficos, a distribuição dos custos sociais e ecológicos desaparece de seu foco teórico. Como resultado, a economia ecológica se preocupa em atualizar as preferências futuras dos consumidores, mas exclui o problema da equidade intergeracional, sob o falso argumento de que este já teria sido resolvido pela economia da abundância (dotando todo cidadão do Primeiro Mundo de alimento, moradia e dois carros), e transferindo a justiça social para um problema de sustentabilidade das instituições sociais (Proops, 1989). Desta maneira, as ideologias da pós-escassez (Inglehart, 1991) e o propósito de desmaterializar a produção (Hinterberger e Seifert, 1995) penetram nos enfoques da economia ecológica ao problema da sustentabilidade” (2005: 50).

O conceito de desenvolvimento sustentável não responde com a radicalidade que lhe é exigida as questões ambientais do nosso tempo. Ele camufla em mantos de sustentabilidade muito do que continua a ser a manutenção de modos de produção e consumo que agudizam e impossibilitam a construção de sociedades social, econômica e ambientalmente justas. Entretanto, não é acertada uma visão que enfoque apenas os problemas.

Por trás dos muitos equívocos que o chamado desenvolvimento sustentável tem criado, há reflexões e práticas que têm buscado exercer alternativas ao desenvolvimento, ou seja, experiências de movimentos ambientalistas que não descolam, por exemplo, os patamares ambientais dos sociais e econômicos, que trazem no bojo do desafio ambiental os mais diferentes aspectos que nos envolvem a todos, como por exemplo: questões étnicas, de gênero e de formas de participação pública. Os representantes dessas lutas trabalham numa perspectiva de elo entre o local e o global, sempre com atenção às relações de poder inseridas nessas questões para, a partir daí, estabelecerem estratégias de participação nas arenas políticas da maneira mais influente possível, a fim de serem ouvidos em suas reivindicações.

Salientar os resultados positivos que a questão ambiental tem suscitado nas últimas décadas é fundamental para compreendermos de fato a pluralidade que a envolve e, no caso aqui trabalhado, para compreendermos como são vastas e diversas as apropriações para o desenvolvimento sustentável e quão importante é o nosso esforço analítico na contribuição de sociedades mais justas. As abordagens críticas ao desenvolvimento sustentável são úteis para reflexões mais aprofundadas das nuances que esse debate tem alcançado, são úteis para que metodologicamente passemos a usar com mais rigor esse e outros termos que denotam entre si alguma similaridade tais como, desenvolvimento alternativo, desenvolvimento sustentado, e assim por diante.

Junto aos movimentos sociais, e mais especificamente aos movimentos ambientalistas, é provável que o conceito de desenvolvimento sustentável desperte mais críticas que acolhimento, sobretudo em razão das atitudes já comuns de empresas e partidos políticos que buscam, às custas de aproximações muitas vezes forçadas e enviesadas às questões ambientais, resgatar sua

credibilidade junto à população. Não obstante, é provável que o tom crítico não seja a postura pública dominante entre os grupos ambientalistas, principalmente, pelo conceito de desenvolvimento sustentável se constituir num forte elemento de inserção desses grupos nas sociedades, dada a aura de positividade que o recobre, sendo esta largamente reforçada por instituições governamentais, empresas e meios de comunicação.

1.3. Movimentos Sociais, Novos Movimentos Sociais e os Ambientanismos

O estudo dos movimentos sociais tem uma longa trajetória nas ciências sociais, o que tem gerado uma série de teorias analíticas e explicativas desse fenômeno social. Das chamadas teorias clássicas às teorias contemporâneas, todas têm agregado elementos no enriquecimento do estudo sociológico dos movimentos sociais nas diversas partes do globo. Para Maria da Glória Gohn movimentos sociais são:

"[...] ações sociais coletivas de caráter socio-político e cultural que viabilizam distintas formas da população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.), até as pressões indiretas" (2003: 13).

Alain Touraine define movimento social como sendo "[...] muito mais que um grupo de interesses ou um instrumento de pressão política; ele põe em causa o modo de utilização social de recursos e de modelos culturais". E ainda: "[...] Um movimento social nunca se reduziu à defesa dos interesses dos dominados; sempre pretendeu abolir uma relação de dominação, fazer triunfar um princípio de igualdade, criar uma sociedade nova em ruptura com as antigas formas de produção, de gestão e de hierarquia" (1998: 128-129).

Essa diversidade conceitual e estratégica dos movimentos sociais condiz com os diferentes momentos históricos, geopolíticos e econômicos nos quais emergem. Dessa forma, os movimentos sociais têm sido analisados cientificamente por várias correntes teóricas. Donatella Della Porta e Mario Diani (1999) identificam quatro correntes principais na análise contemporânea dos movimentos coletivos. São elas: Comportamento Coletivo; Mobilização de Recursos; Processo Político (Political Process); e Novos Movimentos Sociais.

Gohn (2006), ao realizar uma vasta reconstituição das teorias dos movimentos sociais inicia com as teorias clássicas, como o Interacionismo Simbólico da Escola de Chicago e as Teorias Organizacionais (Comportamentalistas). Ao tratar das teorias contemporâneas estabelece uma divisão entre as teorias norte-americanas e as européias. Entre as perspectivas teóricas norte-americanas a autora apresenta a Mobilização de Recursos e a Mobilização Política. Já entre as européias traz a teoria dos Novos Movimentos Sociais, bem como a Neomarxista. Por último, a autora destaca as teorias sobre movimentos sociais na América Latina, tais como: Teorias da Modernização, da Marginalidade e da Dependência.

De todas essas correntes teóricas, a dos Novos Movimentos Sociais é a que melhor se adequa ao enfoque deste trabalho. O ambientalismo é um dos principais representantes dessa corrente, juntamente com o feminismo e com o pacifismo que emergiram na década de 1960⁷. São considerados Novos Movimentos Sociais por ressaltarem outras temáticas para além daquelas preponderantes até então, marcadamente as que explicitavam as questões diretamente relacionadas ao mundo do trabalho, sendo o movimento operário o seu mais reconhecido representante. Alan Touraine, Alberto Melucci e Claus Offe são alguns dos mais conhecidos teóricos ocidentais a trabalharem com a temática dos novos movimentos sociais, comportando entre eles abordagens variadas.

Esses autores tratam, sobretudo dos Novos Movimentos Sociais nos países economicamente centrais, de modo que há muitas reticências quando os

⁷ Note-se que esse período é um marco na ampla divulgação e no rápido crescimento desses movimentos. Entretanto, muitos grupos ambientalistas, bem como pacifistas e feministas remontam a momentos históricos mesmo anteriores ao século XX.

movimentos em questão advêm de países de economia semi-periférica ou periférica. Principalmente em razão dos Novos Movimentos Sociais assumirem, nestes países, características onde se encontram mesclados aspectos dos 'velhos' movimentos sociais, assim como, por muitas vezes, terem uma composição bastante própria em termos de ideologias e práticas em relação aos movimentos dos países do Norte⁸. Referindo-se aos novos movimentos sociais Ilse Scherer-Warren afirma que estes têm "suas especificidades dependendo das situações estruturais e conjunturais onde se organizam. O seu significado político social terá, portanto, a ver com as relações que estabelecem com estas condições socialmente dadas" (1993: 51-52).

Algo frequentemente mencionado por teóricos dos novos movimentos sociais diz respeito ao questionamento sobre qual a novidade que esses movimentos representam. Advogando por perspectivas analíticas plurais em contraposição à uma única teoria dos Novos Movimentos Sociais, Boaventura de Sousa Santos argumenta que na "'impureza' reside la verdadera novedad de los NMSs en América Latina y su extensión a los NMSs de los países centrales es una de las condiciones de la revitalización de la energía emancipatoria de estos movimientos en general" (2001: 181). Em relação ao avanço teórico dos novos movimentos sociais para Gohn:

"[...] a teoria dos NMS está incompleta porque os conceitos que a sustentam não estão suficientemente explicitados. O que temos é um diagnóstico das manifestações coletivas contemporâneas que geraram movimentos sociais e a demarcação de suas diferenças em relação ao passado. Esses movimentos, por sua vez, geraram certas mudanças significativas, tanto na sociedade civil como na política." (2006: 129).

A autora aponta cinco aspectos básicos presentes nos Novos Movimentos Sociais, quais sejam: a grande importância da categoria cultura; a negação do marxismo clássico, que enxerga a ação coletiva apenas ao nível macro social da

⁸ Entre outras críticas à teoria dos novos movimentos sociais destacamos o pensamento de John Downing *et al* (2002) que critica os novos movimentos sociais por estes efetuarem uma leitura ocidental da realidade, deixando de lado movimentos como o apartheid na África do Sul, os movimentos de afro-descendentes no Brasil, a Intifada na Palestina e o movimento nacionalista no Quebec.

luta de classes; a adoção de um sujeito coletivo difuso em contraponto ao sujeito histórico predeterminado; a ampliação da política para todas as esferas da vida humana; e o fato dos sujeitos que constituem os novos movimentos sociais serem analisados a partir da ação e da identidade coletivas, sendo estas formadas no processo das lutas sociais (Gohn, 2006). Essas são características comumente referidas ao movimento ambientalista, mas não correspondem a um padrão rígido de identificação, visto que, são muitas as especificidades encontradas ao considerarmos os movimentos ambientalistas presentes nos diversos países. No caso dos movimentos ambientalistas em países semi-periféricos ou periféricos a mesclagem entre aspectos conceituais dos 'novos' e 'velhos' movimentos sociais é ainda bastante significativa.

Há uma tendência em promover a complexificação conceitual de termos que, em razão da sua polissemia, não conseguem explicitar a multiplicidade de significados que passaram a comportar. Acima vimos como o conceito de desenvolvimento sustentável, dada a variância de interpretações que passou a ter, adquiriu também a necessidade de ressalvas e análise cuidadosa. Os termos ambiental e ecológico também têm estado sob intensa confusão conceitual e, por tabela, movimento ambientalista e movimento ecológico acabam por necessitar de maior precisão.

Enrique Leff conduz a discussão para uma arena na qual encontraremos outros dois termos aqui adotados, sempre com as reservas necessárias que eles exigem, qual sejam: Norte e Sul. Ao investir na metáfora geográfica Norte/Sul para identificar pólos de centralidade e periferia, de dominadores e dominados presentes nas relações sociais, políticas e econômicas do globo, o autor identifica o movimento ecologista como pertencente aos países do Norte e, contrariamente, o movimento ambientalista estaria encerrado nos países do Sul. Para Leff os "movimentos ecologistas do Norte" surgem a partir do anseio de construir novos valores, valores estes exigidos pela pós-materialidade de que fala Inglehart (2003). Segundo Leff, os movimentos ecologistas são "[...] «movimentos de consciência» que desejariam salvar o planeta do desastre ecológico, recuperar o contato com a natureza, mas que não questionam a ordem econômica dominante" (2005: 114).

De maneira mais ampliada, os “movimentos ambientalistas do Sul” orientam-se, segundo aquele autor:

“[...] para um processo de mudanças econômicas, tecnológicas e sociais, numa perspectiva renovada e enriquecida. Desta maneira, a formação de uma consciência ambiental converte-se num processo ideológico e político que mobiliza os atores sociais a transformar suas relações sociais de produção e a abrir novos caminhos de desenvolvimento das forças produtivas baseadas na produtividade ecológica, no potencial tecnológico e nos significados culturais dos povos” (2005: 112-113).

Seria pois, conforme Leff, o movimento ambientalista “[...] capaz de gerar um desenvolvimento eqüitativo, sustentável e endógeno” (2005: 113). Como veremos a seguir, o debate conceitual, mas também político, que busca diferenciar os movimentos ambientalistas e/ou ecologistas do Norte e do Sul, tem sido praticado com alguma margem de dissonância, de modo que há posições mais rígidas, como a de Enrique Leff, que constrói um raciocínio de distinção explícita entre os dois movimentos. Contudo, há também perspectivas teóricas que antevêm uma flexibilidade inerente a esse tipo de movimento, seja do Sul ou do Norte, como é o caso de Ranjit Dwivedi (2001), o que acaba por resultar numa análise mais maleável no que diz respeito ao traçado delimitador entre movimentos do Norte e do Sul.

Importa sublinhar que adotamos o termo movimento ambientalista como referência à categoria dos movimentos sociais que atuam de maneira mais integrada com questões ambientais e sociais. Movimento ecológico, por sua vez, é aqui considerado – salvo quando sinalizado em contrário – como elemento indicativo da realização de práticas mais diretamente relacionadas às questões da natureza, isto é, de cariz mais preservacionista ou conservacionista⁹. Contudo, a diferenciação entre movimento ecológico e movimento ambiental deve ser apreendida no seu contexto de enunciação, pois, torna-se cada vez mais

⁹ O objetivo dessa diferenciação não é traçar fronteiras geográficas entre os diversos movimentos ou diversos ativismos, antes evidenciamos a necessidade de olharmos para essas caracterizações como reflexo da pluralidade existente hoje no movimento ambientalista. Utilizamos movimento ambientalista por consideramos que este conceito representa eficazmente uma espécie de matriz analítica, que engloba – sem liquidar – as outras categorias, como, por exemplo, o movimento ecológico e o movimento pelos direitos dos animais.

improvável separar, a partir do uso desses termos no discurso dos próprios movimentos, atribuições que sejam rigorosamente definidas, que denotem ou maior preservação da natureza ou maior interação com os aspectos sócio-culturais – com a respectiva utilização do termo ecológico ou ambiental.

Apesar de considerarmos pertinente a conceitualização que Leff atribui ao ecologismo em contraposição ao ambientalismo, é forçoso reconhecer que o termo ecologia, e todos que dele derivam, tem sido significativamente apropriado como sinônimo de ambientalismo – na atribuição que o autor lhe concede. Os movimentos sociais realizaram um processo de apropriação e internalização de um termo marcadamente científico. Assim, a ecologia tem sido resgatada do privatismo científico para ser inserida no campo do ativismo em par de igualdade com o conceito de meio ambiente, e isto é atualmente flagrante. Parece-nos que não é excessivo repetir que as diferenças acima apontadas apenas corroboram a noção de ambientalismo e, conseqüentemente, de ativismos que temos vindo a acentuar.

A literatura contemporânea sobre as questões ambientais frequentemente tem chamado atenção para a diferença entre os movimentos ambientalistas dos países do Norte e do Sul. A perspectiva da mudança de valores das sociedades do Norte, que teriam passado a ressaltar valores pós-materialistas tem sido referência constante na exemplificação a respeito do que é a base dos movimentos ambientalistas do Norte. Tratar-se-ia de sociedades que ao alcançarem um patamar de segurança social e econômica razoáveis passam a se preocupar com outras questões, e estas não mais estão relacionadas à valoração econômica, mas a aspectos não materiais, voltados ao incremento da qualidade de vida (Inglehart, 2003; Redclift, 1998). A questão ambiental tem sido citada como um exemplo típico das preocupações não materiais das sociedades do Norte.

Há autores que se debruçam sob a perspectiva dos movimentos ambientalistas do Sul. Para Dwivedi (2001) tem prevalecido, entre os estudiosos dos movimentos ambientalistas do Sul, o enfoque analítico que correlaciona as lutas ambientais às lutas pela própria sobrevivência humana. Segundo esta interpretação, voltamos à lógica das prioridades presentes na análise das

chamadas sociedades pós-industriais: primeiro tem-se a garantia da sobrevivência e depois a preocupação com outras questões, de ordem ambiental, por exemplo. No entanto, a análise de Dwivedi sobre a correlação entre a luta ambiental e a luta por sobrevivência difere da lógica analítica pós-materialista, justamente por aquelas ocorrerem concomitantemente e não após uma superação ou melhoria das condições materiais.

Dwivedi analisa sete movimentos ambientalistas em seis países do Sul (Brasil, México, Filipinas, Índia, Quênia, e Nigéria) a fim de contrapor, segundo ele, a recorrente análise que interpreta as lutas dos movimentos ambientalistas do Sul relacionados às lutas pela sobrevivência. Para o autor, os movimentos têm uma gama de questões que ultrapassam as lutas por recursos. A diversidade de ações, metas e atores envolvidos encontrados nos movimentos pesquisados em países do Sul, correspondem a uma significativa amplidão de objetivos, para além daqueles puramente materiais ou de sobrevivência – assim, como acontece com os movimentos do Norte, destaca o autor (Dwivedi, 2001).

Mas o que define um movimento do Norte e um movimento do Sul? Poderá ser a identificação a partir da proveniência do movimento, isto é, bastará pertencer a um país do Norte ou do Sul (mesmo tendo em conta o Norte e o Sul políticos) para ser considerado um movimento ambientalista do Norte ou do Sul respectivamente? A constituição de redes internacionais entre os diversos movimentos (não apenas entre movimentos ambientalistas) tem deixado essa indagação ainda mais impenetrável. Todavia, a literatura tem vindo a afirmar que os movimentos ambientalistas do Sul, diferentemente dos movimentos do Norte, possuem objetivos que se entrelaçam na própria manutenção da vida das pessoas envolvidas. Já foi ressaltado anteriormente que essa definição é incompleta, dada as várias características que os movimentos ambientalistas do Sul apresentam para além (ou totalmente fora) da referida luta pela sobrevivência.

É, portanto, complexo e arriscado classificar movimentos ambientalistas entre Norte e Sul, pois um movimento num ambiente rural pode vir a ter características completamente diferentes de movimentos que ocorrem num meio urbano, ainda que ambos pertençam à mesma categoria de movimento – do Sul

ou do Norte. Nesse caso, a metáfora geográfica é débil em promover uma reflexão clara em termos conceituais e, desse modo, é mais uma vez proveitoso recorrer ao plural. A existência de realidades que se interconectam exige a observância tanto da existência de 'nortes' dentro do Sul, como de 'suis' dentro do Norte, e tal ocorre não apenas nas relações de poder institucionalizadas, como é o caso de governos e instituições financeiras, mas também em relação aos discursos e práticas dos próprios movimentos sociais.

A identificação Norte ou Sul não pode pairar acima de qualquer suspeita como uma distinção válida para todos os casos. Ela é útil em muitos casos, mas não em todos, sobretudo se levarmos em conta o grau de informatização e articulação de redes que atualmente os movimentos estabelecem a nível global, muito em razão da Internet. Nessa tentativa de percebermos os matizes dos movimentos do Norte e do Sul, devemos antes estar atentos às singularidades locais de onde está inserido cada movimento, pois são as características e as condições locais – sejam elas materiais, políticas, físicas ou simbólicas – que implicarão os objetivos e as ações de cada movimento.

Essas singularidades locais devem ser apreendidas enquanto objetivo do movimento, já que olhar para o movimento em si, antes das suas redes internacionais, a fim de compreender sua ideologia, torna-se cada vez mais difícil, senão impossível, visto que o local está no global e o global no local, constituindo intrínsecas malhas que interligam os movimentos ambientalistas na atualidade. Nesse sentido, não é relevante se o movimento é do Sul ou do Norte, em termos geográficos. Mais do que nunca importa apreender essa definição em termos políticos. Importa compreender que tipo de ambientalismo está a ser praticado: um ambientalismo para limpeza de consciência ou um movimento comprometido com mudanças sociais planetárias. A partir disso, pouco importa a procedência do movimento, mais vale saber o horizonte a que aspira e, a partir dos seus objetivos – expressos em práticas – chegar a conclusões sobre a sua perspectiva política: se emancipatórios ou não, se permeáveis entre si ou não.

1.4. A Construção da Natureza

Outro aspecto que poderia ser perscrutado é o referente à relação dos diversos movimentos ambientalistas com a natureza. Surge então a seguinte indagação: que valores estão presentes na defesa do meio ambiente – seja diretamente no ambiente no qual vivem, seja na defesa de meios que nem sequer conhecem (caso dos movimentos que apoiam outros em pontos geográficos distantes)? Esta questão surge na esteira das reflexões anteriores, e tem por objetivo a compreensão de ativismos que se pautam por uma dinâmica dialógica e interativa em contraponto aos ativismos que se estabelecem numa lógica reativa e utilitarista: preserva-se a natureza porque a espécie humana necessita de tal proteção.

A natureza, por assim dizer, não é natural, trata-se de um conceito criado e recriado ao longo do tempo sob diferentes perspectivas. Isabel Carvalho (2004), por exemplo, aponta duas perspectivas principais sob as quais a natureza tem sido considerada no Ocidente desde o século XV: primeiro a natureza selvagem, depois a natureza boa e bela – o que não resulta numa linearidade de significados, já que as diferentes noções de natureza se perpassam sempre.

Com o advento do Iluminismo e, posteriormente, da Revolução Industrial, a natureza passou a ser vista como estranha ao mundo civilizado, assim, era preciso incorporá-la ao mundo do progresso, do desenvolvimento, tornando-a um instrumento produtivo e lucrativo. A natureza ganha *status* ao ser promovida ao patamar de recurso natural, era como se somente assim ela alcançasse seu objetivo último perante as sociedades humanas.

Paralelamente, o século XVIII viu nascer mudanças na relação entre o ser humano e a natureza, mudanças essas que não fogem muito à lógica do controle e da domesticação do natural, mas que passam a ver a natureza de forma romântica, os ambientes naturais como lugares aprazíveis e até mediadores de curas. Essas duas perspectivas perduram significativamente no imaginário ocidental e, ainda que movidas por compreensões diferentes da natureza, perfazem um único eixo, já que apreendem o mundo natural como algo extrínseco ao mundo humano.

A relação do ser humano com a natureza tem se transformado com o passar do tempo, tem adquirido ou perdido aspectos, mas nunca tem sido neutra. O advento da modernidade colonial capitalista transformou de modo radical e intenso as formas de interação que os humanos mantinham com a natureza até então. A mudança é drástica, instala-se um padrão civilizatório, onde o conhecimento da natureza não passa mais pela contemplação interativa, mas pela dissecação, pelo controle e pela exclusão de tudo o que não se encaixa na definição de racional. Nesse sentido, e inseparável dele, muitos povos – os 'outros' – receberam tratamento similar. E a continuação da história já sabemos: genocídios, escravização, controle, exploração, epistemicídios. Tudo isso em nome de uma linearidade na forma de conceber o tempo e administrar os espaços de modo que, apenas o pensamento racional perdurasse, de modo que, apenas uma forma religiosa fosse praticada, de modo que, apenas uma tonalidade de pele fosse exaltada.

A fim de não estagnarmos nessa visão, associamo-nos a Maurício Waldman (2006), que ressalta a importância em se fazer uma antropologia do ambiente com o intuito de perceber que a intervenção humana no meio ambiente natural não é obra da modernidade, mas que remonta aos primeiros seres humanos. Os povos originários impactaram de forma muito menos grave a natureza, mas ainda assim estudos têm demonstrado que foi a intervenção humana que possibilitou o surgimento de ecossistemas como as savanas africanas e os cerrados sul-americanos. Estas intervenções passam muitas vezes despercebidas, de maneira que lugares fortemente marcados pela remota presença humana são classificados como sendo paisagem natural, pelo fato de a natureza se reapropriar das antigas construções a ponto de torná-las praticamente indetectáveis nos dias de hoje.

Esse último argumento, da ação antrópica remota, confronta-se com muitos discursos ambientalistas que projetam nas sociedades do passado um exemplo irrepreensível de convivência harmoniosa com a natureza. De fato, a maioria dessas sociedades desenvolveu formas de convívio com a natureza onde esta, diferentemente da atualidade, não era posta à parte, mas constituía uma esfera necessariamente imiscuída nas vidas das pessoas, pois atuava nos diversos

âmbitos da vida humana – com destaque para o aspecto cultural (religioso, simbólico, mítico). O autor ressalta que a relação humana com a natureza não deve ser observada em termos de imutabilidade e que a intervenção humana no mundo natural é uma constante. Entretanto, no passado a relação dos povos com a natureza era de intimidade e cooperação, muito diferente da lógica de apropriação e exploração dos tempos moderno e contemporâneo.

Essa perspectiva analítica faz-nos voltar à reflexão sobre a diferenciação entre movimentos ambientalistas do Norte e do Sul, faz-nos questionar se não estaríamos munidos de ferramentas explicativas um tanto quanto petrificadas nessa discussão. Uma antropologia do ambiente, ao levar em conta todos esses fatores histórico-culturais, insta com aquelas e aqueles que nutrem preocupações com o futuro do planeta e que anseiam pela construção de novas práticas de convivência com a natureza e com os variados ambientes a também estarem atentos à história. Especialmente para manter em evidência que o período, que o tempo, que os espaços que temos no mundo se constituem de uma série de camadas sobrepostas e relacionadas umas às outras e que, advogar o simples retorno às práticas de um passado longínquo e tantas vezes floreado é uma estratégia no mínimo ingênua.

A humanidade sempre impactou o meio natural, mas nunca de forma tão devastadora como agora. A opção civilizatória pela qual seguiu a modernidade e pela qual continuamos em grande parte a seguir cegamente – inclusive com a aceitação acrítica do desenvolvimento sustentável – foi a da aglomeração urbana, da exaltação da ciência e da técnica, da ocidentalização do mundo em termos culturais, da subjugação da natureza ao mero status de recurso natural, recurso porque capaz de gerar lucros.

Em razão da colonialidade do poder e do saber as pessoas ainda não estão a sofrer por igual os efeitos calamitosos das desregradas intervenções humanas na natureza. Os países do Sul acabam por sofrer mais os efeitos daquilo que copiaram e/ou lhes foi imposto pelos modelos econômicos e culturais do Norte. Enquanto o Norte se reserva o direito de ditar a agenda do que entende por desenvolvimento sustentável. Todavia, apesar de cada vez mais constrangidos a adotarem posturas de preservação dos seus 'recursos' naturais,

os países do Sul continuam a receber rejeitos, tecnologias ultrapassadas, bem como a sofrerem um tipo contemporâneo de colonialismo político ou de biocolonialismo do qual a biopirataria é a mais conhecida representante (Shiva, 2004).

Diante de tudo isso, importa menos a categorização do que venha a ser um movimento ambientalista do Sul ou do Norte, do que a percepção se estes se constituem em movimentos emancipatórios¹⁰. Nesta linha de pensamento que veio sendo desenvolvida até então, temos a associação entre o tipo de movimento e o tipo de ativismo, isto é, a existência de movimentos ambientalistas concorre para a existência de ativismos, no plural. O fato de não existir uma tipologia consensual para os movimentos ambientais reflete quão variantes são suas ideologias e práticas, logo, quão variantes são seus ativismos¹¹. As práticas tendem a se adequar ou se organizar consoante o contexto sócio-cultural no qual se desenvolvem. Assim, resta-nos questionar sobre o impacto dos movimentos ambientalistas hoje – em termos sociais, culturais (simbólicos), políticos e econômicos – e ainda sobre os resultados desses movimentos a nível dos grupos e dos próprios ativistas. Avançaremos com uma reflexão sobre esses tópicos nos capítulos posteriores, tendo por base o estudo de caso realizado para a elaboração deste trabalho.

Uma análise sobre os impactos sociais, culturais, econômicos e políticos dos movimentos ambientalistas da atualidade seria algo louvável, apesar de necessariamente redundar em lacunas. Não conduziremos tão ambicioso intento, mas incorreremos em análises teóricas com a intenção de proporcionar alguma reflexão sobre o impacto desses movimentos a nível macro social. Uma primeira consideração é em relação à escala de classificação de um movimento ambientalista, bem como sua transição por outras escalas.

¹⁰ Movimentos ambientais emancipatórios são tidos aqui como aqueles que coadunam em suas diretrizes ideológicas e no seu ativismo prático, valores e metas voltados à construção de uma realidade social, econômica e ambientalmente justa, sustentável e não fragmentada.

¹¹ Para além dos objetivos desse trabalho, cabe referir a tipologia apresentada por Van de Donk *et al* (2004:14) sobre os movimentos ambientais. Estabelecem três categorias: conservacionismo apolítico; ambientalismo pragmático e uma terceira categoria mais radical: ecologia política fundamentalista.

1.5. Os Desafios para o Movimento Ambientalista na Formação de Redes Transnacionais

Cada vez mais a relação local – global tem se tornado mesclada no que diz respeito aos movimentos ambientalistas. É recorrente que os movimentos sociais tenham um surgimento local, geralmente relacionados a problemas locais, mas a partir do momento que abandonam o carácter de luta isolada e estabelecem contatos, efetuam redes com movimentos maiores – que atuam em escalas geográficas e políticas mais amplas –, desde então, os ditos movimentos locais não podem mais ser considerados em níveis restritos. Nos termos de Gustavo Ribeiro “A consciência de que as fronteiras ecológicas não coincidem com as políticas, assim como a identificação de muitos problemas ambientais supranacionais e globais (chuva ácida, desastres nucleares, o buraco da camada de ozônio, aquecimento global, por exemplo) deram ao ambientalismo um discurso claramente transnacional” (2000: 479).

Com a emergência das chamadas TIC's (Tecnologias de Informação e Comunicação), a comunicação tem se tornado cada vez mais veloz e abrangente, sendo a Internet indiscutivelmente o veículo de interação planetária mais proeminente dessas tecnologias (Ribeiro, 2000). Os movimentos sociais utilizam esses instrumentos como meio de sensibilização, mobilização, angariação de recursos, constituição de redes etc. A Internet tem sido a principal forma dos movimentos locais atingirem projeções globais, como é patente na atuação do movimento Zapatista no México e com o movimento Narmada na Índia, que já conseguiram mobilizar milhares de ativistas em todo o mundo através de contatos estabelecidos na rede mundial dos computadores (Van de Donk *et al*, 2004; Ribeiro, 2000). Movimentos ambientalistas com renome internacional e dotados de uma estrutura organizacional sólida, como é o caso do Greenpeace, World Wide Fund for Nature (WWF) e Friends of the Earth utilizam as TICs e sobretudo a Internet como forma de elevar e aprimorar suas teias de influência em todo o mundo, bem como adquirir recursos para o enfrentamento de questões ambientais transnacionais. A divulgação das causas dos movimentos ambientalistas, tanto dos menores e mais locais como daqueles com atuação

mundial mais abrangente depende, em grande parte, da projeção midiática e virtual que o ativismo desses grupos consegue estrategicamente impor. Para Ribeiro, o que acontece nesses casos é um “testemunho à distância”, isto é, o uso de estratégias de visibilização do movimento por meio da Internet e da mídia em geral mobiliza “o poder virtual da opinião pública mundial, da comunidade transnacional” (2000: 491).

Dwivedi sustenta que os movimentos locais que conseguem proeminência global têm mais chances, não somente de publicitar as suas questões locais, como de galgar soluções. Isso resulta na medida que esses movimentos estão cada vez mais inseridos em redes internacionais de lutas por direitos, por justiça ambiental, social e econômica. A formação de redes é uma questão relevante na análise dos movimentos sociais da atualidade, é algo que resulta numa inter-relação entre diferentes movimentos e que tem despertado, por exemplo, a noção de cidadania global.

Da relação múltipla entre o local e o global existente nos movimentos ambientalistas surge também uma pluralidade de metas, no sentido de que, ao lado das lutas de cariz ambiental, passam a figurar lutas por direitos. Por outras palavras, a sectorização de demandas perde um pouco de relevo, de modo que, a luta pela preservação de um curso de água pode estar de mãos dadas com lutas pelo pagamento justo ao trabalho de agricultores e agricultoras, bem como, pelo garantia de condições de trabalho apropriadas. Nas palavras de Dwivedi: “As demandas aos direitos democráticos, à informação e à participação, e aos direitos civis, contra expropriações forçadas e contra a repressão estatal, também constituem um fundamento do ativismo ambiental” (2001: 23) [tradução minha].

Para o autor, a inserção no âmbito global das demandas locais traz o benefício para os movimentos do Sul de, ao defenderem suas causas a nível planetário, obterem algum resguardo, seja das redes das quais fazem parte, seja da opinião pública internacional, a fim de exercerem maior pressão e influência local para a consecução de suas reivindicações. Ainda que estejamos a falar de redes internacionais entre os próprios movimentos sociais há que recordar as redes com outros setores das sociedades como cientistas, intelectuais e políticos,

que por sua vez, influenciam e ampliam os horizontes de diálogo e de negociação dos próprios movimentos.

Dentro desse marco, é corrente a noção de que os movimentos ambientalistas do Sul prescindem de conhecimentos científicos, mais que isso, que os recusam. Dwivedi alerta que essa interpretação ocorre dentro de análises que bipolarizam o conhecimento em indígena, local e tradicional de um lado e, moderno e científico de outro (2001). Todavia, essa questão tem adquirido muitos pontos de contato, de forma que antecipar que um movimento ambientalista (do Sul ou do Norte) é anti-científico por princípio é algo equivocado. Não raro, os movimentos sustentam suas objeções à construção de uma barragem ou de uma co-incineradora¹², por exemplo, em argumentos fornecidos por técnicos e cientistas responsáveis pelos estudos de impacto ambiental. Manuel Castells (2003) considera que a relação entre o movimento ambientalista, a ciência e a tecnologia é ambígua, pois ao mesmo tempo que a ciência e a tecnologia são acusadas de servir interesses econômicos insensíveis aos interesses de sustentabilidade, elas são utilizadas pelos movimentos ambientalistas na formação de redes capazes de contra-argumentar com maior fundamentação as agressões ao meio ambiente.

No enredo dessas novas configurações dos movimentos sociais, Boaventura de Sousa Santos tem chamado atenção para a pluralidade da globalização, segundo ele, "globalizações". Esse autor designa duas categorias de globalização: a hegemônica ou neoliberal e a contra-hegemônica. Nessa segunda categoria Santos utiliza o conceito de patrimônio comum da humanidade que remete integralmente à questão ambiental e aos movimentos ambientalistas, trata-se pois de "[...] valores ou recursos que apenas fazem sentido enquanto reportados ao globo na sua totalidade: a sustentabilidade da vida humana na Terra, por exemplo, ou os temas ambientais da protecção da camada de ozono, da preservação da Antártida, da biodiversidade ou dos fundos marinhos" (2006d: 408). É dentro do marco teórico da globalização contra-hegemônica que as diversas redes têm sido tecidas, tanto a nível local, quanto

¹² Sobre movimentos sociais com recorte ambiental que evidenciaram a cientificação da política e a politização da ciência em demandas ambientais em Portugal ver Matias (2002 e 2004) e Rodrigues (2000).

global. Globalização contra-hegemônica são formas de mobilização e reação às disparidades sociais, econômicas, ambientais e culturais impingidas aos diversos povos da Terra ao agravar o fosso entre ricos e pobres, o preconceito e a discriminação étnico/racial, entre outros efeitos restritivos à interação e ao respeito mútuo entre os seres humanos e entre estes e as demais espécies. Esses e outros aspectos constituem a globalização hegemônica ou neoliberal.

Estarão os movimentos ambientalistas conseguindo dar a devida visibilidade ao papel complexo e intrincado da questão ambiental, ou estarão a corroborar para uma noção individualista do problema? A transformação individual é a visão que tem sido partilhada pela maioria dos meios de comunicação ao promover apelos à práticas de educação ambiental pautadas na mudança do comportamento individual – como a separação dos resíduos, a diminuição no gasto de água e energia elétrica e, no máximo, à reutilização de objetos. No dizer de Porto-Gonçalves (2006: 15), trata-se de um “ecologismo ingênuo”, onde predomina a lógica do “faça a sua parte”, “[...] como se a parte de cada um na injustiça ambiental que impera no mundo fosse de responsabilidade igual de cada um, como se o todo fosse a soma das partes, cada qual igual a outra”. Nesse sentido, muitas informações mais aprofundadas circulam a nível bastante restrito, não conseguindo perpassar os muros das reuniões, dos encontros, das listas na Internet em direção à população em geral, aos jornais, às escolas e aos programas de televisão, por exemplo.

Esse quadro parece evidenciar, como já foi dito, que os movimentos mais bem estruturados, em geral com uma boa fonte de patrocínio, escolhem a midiatização de suas ações como forma de fazer chegar ao maior número possível de pessoas a sua mensagem – nas palavras de Castells: “Boa parte do sucesso do movimento ambientalista deve-se ao facto de que, mais do que qualquer outra força social, tem demonstrado notável capacidade de se adaptar às condições de comunicação e mobilização apresentadas pelo novo paradigma tecnológico” (2003: 160). É o caso, por exemplo, dos protestos visualmente atraentes do Greenpeace mundo afora ou, mais recentemente, do polêmico espetáculo musical LiveEarth que foi transmitido a milhões de pessoas. Não é possível saber a dimensão do impacto que essas ações causam em termos

de sensibilização, mobilização ou mudança de comportamento social ou individual e é bastante questionável se elas estimulam práticas transformadoras ou emancipadoras. O que é certo é que essas medidas causam quase sempre um frenesi midiático.

Na rede mundial de computadores há milhares de páginas, *blogs*, listas de discussões que procuram debater temáticas ambientais. A primeira conclusão que se impõe é: estamos a falar de um alcance ainda muito restrito, já que a chamada exclusão digital atinge a maioria da população global. Segundo: há sempre o risco das informações e discussões não ultrapassarem a rede virtual, criando verdadeiros ciclos de repetição entre grupos que já possuem mais formação e informação que a maioria das pessoas. No dizer de Stallabrass: a Internet, apesar de espetacular "[...] ameaça atuar como mais uma cortina entre aqueles que a consomem e a condição do mundo. À medida em que os pobres sejam excluídos do ciberespaço, e nele, apareçam apenas como objetos, nunca como sujeitos com suas próprias vozes, estará o perigo que se afastem ainda mais da consciência dos que têm conforto" (1995: 30, *apud* Ribeiro, 2000: 495). Terceiro: essa regularidade virtual pode colaborar para o enfraquecimento das motivações de protestos e ações de rua, por exemplo, de maneira a atuar como um neutralizador ou moderador de objetivos mais diligentes¹³.

O leque de ações dos pequenos movimentos ou de movimentos com uma estrutura organizativa e monetária mais modesta é muito vasto, sobretudo porque costumam trabalhar na base do voluntariado e da disponibilidade de recursos. Isso muitas vezes compromete a própria manutenção do grupo e a realização das ações, mas também permite uma maior liberdade de criação de alternativas, bem como a proximidade entre os membros, já que nesse caso, as estruturas administrativas são quase nulas. Segundo Gohn, diferentemente dos movimentos sociais mais estruturados e com ideologias mais tradicionais, "Os movimentos sociais mais soltos, mais flexíveis em termos de valores e ideologias,

¹³ Esse terceiro ponto é fundamentalmente baseado nos relatos obtidos na pesquisa de campo realizada com o Grupo de Ação e Intervenção Ambiental (GAIA). Vários ativistas atribuem à Internet aspectos facilitadores da comunicação e da mobilização social do grupo, mas também a encaram como veículo que promove o distanciamento das relações pessoais, bem como a desagregação de práticas ativistas entre os vários núcleos do grupo. Essas questões serão abordadas noutra momento do trabalho.

como os ecológicos, tendem a fazer uso quase que exclusivamente das práticas informais. Por isso estão sempre inovando e surpreendendo" (2006: 260).

Pequenos ou grandes, verticalmente estruturados ou frouxamente organizados, os grupos ambientalistas são cada vez mais obrigados a se manterem cientes do envolvimento político que a questão ambiental requer. Para Porto-Gonçalves:

"Há muitos e complexos interesses, até mesmo antagônicos, atravessando essa questão. [...] o desafio ambiental contemporâneo está politizado de ponta a ponta. E, insisto, não devemos ver nessa politização algo negativo ou positivo do ponto de vista moral ou ético mas, sim, que a política está implicada até a medula nas questões de que nos ocupamos. Assim, olvidar as implicações políticas inscritas no ambiente é não captar uma dimensão concreta que dele faz parte. Impossível, portanto, enfrentar o desafio ambiental contemporâneo sem considerar as suas complexas implicações políticas. Eis um desafio a mais que se apresenta a qualquer um que esteja envolvido com a questão ambiental hoje" (2006: 324).

O movimento ambientalista, ao mesmo tempo que cresce em influência nas esferas política e cultural das sociedades contemporâneas, também sofre de algum ostracismo, sobretudo ao não conseguir trazer a público, não apenas os dados alarmantes do impacto ambiental que a espécie humana tem produzido, mas reflexões fundantes que possam resgatar com rigor e de maneira integral as causas dessas possíveis catástrofes – revelando não apenas índices de poluições – mas os valores civilizatórios que regem as sociedades ocidentais e não somente elas. Parece-nos que o papel dos movimentos sociais ainda é acanhadamente posto em prática na atualidade, no sentido que pouco faz refletir sobre a noção fundamental da sobreposição do ser humano à natureza, seja ao nível do sistema de produção e consumo, seja ao nível da socialização e construção de valores no que tange à intrínseca relação ser humano – natureza.

Não podemos negar a diversidade de metas, quicá de ideologias, dentro dos movimentos ambientalistas, mas também não podemos deixar de afirmar a necessidade de radicalização política da crítica e da ação desses movimentos –

entendendo por radicalização uma postura que, respeitando as diversas opiniões sobre o desafio ambiental, atue com autenticidade e crítica perante as muitas tentativas, hoje colocadas, de amenizar e encobrir, ao invés de refletir e agir seriamente sobre as causas do problema. É preciso superar o ambientalismo de conveniência e atrever-se a questionar as questões a partir da sua base de propagação. Aos movimentos é premente a manifestação pública de questões que perpassam as sociedades desigualmente, como a colonialidade do poder, e do saber e o retorno do colonialismo via biocolonialismo. É urgente que os movimentos ajam e publicitem suas ações no que diz respeito a desvelar que as relações de exploração contra a natureza não estão à parte de outras relações de exploração e opressão e de que o ativismo ambiental é obrigatoriamente ativismo social.

Capítulo 2. Trilhas Metodológicas

2.1. Marco Inicial da Investigação

O ambiente constitui nos dias de hoje uma das principais áreas de interesse e debate, sobretudo no mundo ocidental. A intensidade desse debate espanta pela visibilidade que alcançou no início do século XXI – ainda que muitas vezes o discurso esteja aquém dos imperativos reais da problemática ambiental. Multiplicam-se na mídia em geral e nos mais variados espaços públicos, reportagens, dicas, pesquisas, documentários e toda uma série de argumentos pró ambiente. No entanto, também se fazem presentes contra-argumentos que acusam o discurso da preservação ambiental de se fundamentar sobre incertezas, exageros e até mesmo dissimulações.

Não parece que este último raciocínio obtenha uma significativa repercussão social. Todavia, exemplifica de algum modo, a abrangência e a coexistência de outras formas de conflitualidade na arena política onde o discurso ambiental se faz ouvir – com maior ou menor intensidade. Nessa análise parece ser pertinente inferir que a carga de informação sobre causas e consequências de problemas ambientais não tem sido capaz de ultrapassar os limites da preocupação abstrata rumo à aplicação de práticas radicalmente sustentáveis – seja a nível individual, coletivo ou institucional. No dizer de Leff: “[...] Produz-se assim uma paralisia da ação entre o alarme catastrofista, a incerteza do longo prazo e a visão dos futuros possíveis; um espaço congelado entre uma utopia mobilizadora e uma realidade avassaladora e paralisante que a consciência ambiental e o conhecimento científico não conseguem dissolver.” (2005: 106).

Os meandros da sensibilização ambiental são fascinantes e já há algum tempo incidem significativamente na minha trajetória acadêmica. Se durante a licenciatura a temática surgiu muito mais como um interesse específico em mapear a importância que as ciências humanas atribuíam à questão, no mestrado os interesses foram outros. Vários foram os motivos que me levaram a olhar para a questão ambiental a partir de outras janelas, marcadamente a partir

da janela do ativismo: as vivências noutro país e noutro continente; o contato com perspectivas teóricas e críticas ao colonialismo e às situações de exploração e opressão dele advindo, bem como a permanência ou a readequação de muitas dessas situações na contemporaneidade; a percepção mais aguçada do envolvimento dos fatores econômico e político na questão ambiental; e tantos outros aspectos.

As formas de lidar com o ambiente são diversificadas e integram conjunturas históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas diferenciadas em cada sociedade. Em Portugal, a atenção mais generalizada ao ambiente faz parte de um despertar recente e bastante condicionado pela pressão dos países economicamente centrais da Europa. Assim, não é simples coincidência que em fins do século XX o Estado português passe a ter maior participação na regulação dos problemas ambientais, institucionalizando a temática através da implementação de leis e da criação de setores governamentais específicos. Na realidade, trata-se justamente da ocasião histórica em que Portugal passou a integrar a União Européia.

No seguimento desse processo, manifestações coletivas empreenderam esforços em tornar a preocupação e/ou a integração ambiental uma questão relevante na vida dos portugueses. No decorrer dos anos 1990, os grupos ambientalistas destacaram-se nesse papel e, apesar de cada qual possuir filosofias e práticas individualizadas, compartilham entre si muitos objetivos – característica importante que corrobora para a construção e divulgação da identidade de um movimento ambientalista nacional. Portugal conta atualmente com mais de uma centena de Organizações não Governamentais do Ambiente¹⁴ – ONGAs – e estas têm desenvolvido um trabalho cada vez mais expressivo em termos de sensibilização social. Segundo alguns estudos¹⁵, os portugueses têm vindo a declarar um nível alto de preocupação com as questões ambientais e, ainda que essa preocupação não redunde em frutos exuberantemente perceptíveis nos contextos mais amplos da sociedade, há indicações de que posturas mais vincadas a favor da sustentabilidade ambiental têm lugar

¹⁴ Ver capítulo 3.

¹⁵ Inquérito de 1992 *The health of the Planet* coordenado pelo Gallup International Institute; Lima; Cabral; Vala, 2004; Almeida, 2000, 2004.

crescente no cenário português. O aumento da recolha de materiais recicláveis, por exemplo, é um dos mais representativos aspectos da mudança processual de hábitos dos portugueses em relação ao ambiente.

Da confluência de motivações pessoais associadas a questionamentos mais amadurecidos – confrontados com um contexto social e cultural desconhecidos – é que surgiu a intenção de realizar um estudo de caso a partir de um grupo ambientalista português. Entre tantos grupos existentes, o objetivo dessa dissertação é adentrar na lógica de funcionamento do Grupo de Acção e Intervenção Ambiental – GAIA. O que é o GAIA? O que faz? Como faz? Que práticas permeiam o quotidiano de seus ativistas? Nas páginas seguintes procuraremos avançar com aspectos facilitadores para a compreensão dessas questões, tendo em conta uma série de instrumentos metodológicos que serão abordados mais à frente.

No próximo capítulo, será elaborada uma análise pormenorizada, com um enfoque mais descritivo, do GAIA, de modo que aqui nos restringiremos a indicar apenas eixos para uma melhor visualização do grupo. O GAIA tem pouco mais de uma década de existência e tampouco pode ser considerado um grupo popularmente conhecido. Sua busca por uma integração ideológica e prática entre esferas econômica, política, social e ambiental, assim como a opção por ações diretas¹⁶ lhe imprime uma identidade bastante diferenciada da maioria dos grupos ambientalistas portugueses. O rompimento com o carácter estritamente preservacionista, justaposto a uma prática ativista regulada por ações de cariz mais incisivas, foram as principais causas para a escolha desse grupo em particular.

O GAIA possui três Núcleos, todavia, convém destacar que a exígua disponibilidade de tempo para a execução do trabalho de campo, e o estabelecimento de um contato mais estreito com os ativistas do Núcleo no Porto implicaram a eleição do GAIA Porto como fundamento desse estudo de caso – ao invés de um dos demais núcleos do grupo, ou mesmo de uma perspectiva comparativa entre eles. Focar a observação no Núcleo do Porto não impediu,

¹⁶ Sobre as ações diretas, refere Daniel Cefai: "O objetivo não é provocar a confrontação física mas mostrar o carácter imoral de uma lei, chamar a atenção dos media, comover, chocar e indignar o público" (2005: 155).

contudo, o acompanhamento das informações e discussões do grupo em âmbito nacional, de modo que participei em reuniões, encontros, eventos e ações nacionalmente organizadas. Entretanto, justamente por ser através da observação participante no Porto que foi estabelecida uma maior fundamentação analítica do grupo é que o trabalho não poderá incorrer em generalizações, visto que cada Núcleo possui uma dinâmica própria, especialmente no que diz respeito à condução das atividades.

Estamos convencidos que o trabalho ficaria sobremaneira enriquecido se fundamentado numa perspectiva comparativa, todavia, dificilmente seria possível finalizar uma observação participante dos três Núcleos, que em termos cronológicos exigiria um trabalho muito mais extenso que o realizado. E, nesse sentido, é tamanha a riqueza que ficou por ver: o papel histórico do Núcleo Lisboa – por ter sido o primeiro – e o diferencial do Centro de Convergência no Alentejo – por estar voltado ao ativismo ambiental no campo. A compreensão desses aspectos reforça a necessidade de um olhar ampliado sobre os grupos ambientalistas, já que, mesmo um único grupo pode ter múltiplas identidades, contidas nas variadas manifestações ideológicas e práticas que, no caso em observação, se revelam no interior de cada Núcleo.

O primeiro contato firmado com o grupo deu-se em Março de 2006 em razão de uma palestra sobre o Protocolo de Kyoto. A palestra foi promovida pelo Pelouro do Ambiente da Associação Académica de Coimbra, e o GAIA foi um dos convidados para integrar esse debate. Na ocasião conheci dois ativistas do Núcleo do Porto e foi a partir desse momento que tive acesso a um contato regular com o grupo, através do ingresso nas listas de discussão virtuais. Primeiramente na 'Gaia Geral', 'Gaia Geral Porto' e 'Gaia Eventos' e, algum tempo depois, na 'Activistas Porto' e só mais tarde na 'Gaia Ativistas' e 'Ecotopiando' (que abrangem todos os núcleos do grupo) e 'Gaia Coimbra' (atualmente sem fluxo de mensagens). Em razão da continuidade dos seminários no mestrado, bem como da distância geográfica, não pude travar contatos presenciais com o grupo nos meses que se seguiram, de maneira que me mantive atenta à toda a informação do grupo que podia aceder pela Internet.

Esse período de aprendizagem virtual do grupo não ocorreu de forma premeditada e nem o GAIA foi a primeira opção para esta investigação. Salientamos, ainda assim, que o fato de receber informações regulares do grupo, bem como o reconhecimento de características aparentemente mais arrojadas, quando comparadas com outras organizações portuguesas – com as quais mantive um contato superficial – foi de extrema utilidade para visualizar o GAIA no papel principal desse trabalho e a partir daí construir as melhores aproximações metodológicas para o desenvolvimento de uma posterior observação participante.

Assim, em Setembro de 2006 teve início o acompanhamento presencial de atividades do GAIA. De Setembro de 2006 a Fevereiro de 2007 participei em reuniões do Núcleo do Porto, em reuniões e encontros nacionais e em ações no Porto e em Lisboa. Uma das grandes preocupações dizia respeito ao tipo de relacionamento que se travaria entre mim, no papel de pesquisadora e o grupo sobre o qual eu iria fundamentar a dissertação. E, ainda assim, a princípio eu julgava estar diante do encontro entre ambientes culturais plenos de conexões: o meu próprio e dos ativistas portugueses. Gilberto Velho (1981), apoiando-se na discussão empreendida por Roberto Da Matta (1978) a respeito do exótico e do familiar nas pesquisas antropológicas, levou-me a tomar com mais cautela essa primeira impressão.

Para Gilberto Velho, “[...] O fato de dois indivíduos pertencerem à mesma sociedade não significa que estejam mais próximos do que se fossem de sociedades diferentes, porém aproximados por preferências, gostos, idiossincrasias [...]” (1981: 124-125). Foi só então que percebi que para além de partilharmos algumas utopias semelhantes – marcadamente meu envolvimento ideológico com a questão ambiental – havia alguma distância entre o meu mundo cultural e dos membros do GAIA. Noutro momento refere Velho: “[...] Falar-se a mesma língua não só não exclui que existam grandes diferenças no vocabulário mas que significados e interpretações diferentes podem ser dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas”(1981: 125). Tendo em conta essa perspectiva, passo a folhear as primeiras páginas do meu diário de campo e lá estão registradas em titubeante português de Portugal expressões

recém aprendidas após o primeiro contato mais extenso com os ativistas do GAIA: uma reunião nacional de dois dias em Vila Nova de Gaia no verão de 2006. Estar em Coimbra já há alguns meses não me livrou do estranhamento com o sotaque do Norte do país e com as gírias – apenas para ficar circunscrita ao âmbito da língua.

Obviamente que o contexto dessa pesquisa permite muito mais aproximações que rechaços culturais: as semelhanças de faixa etária, de escolarização, entre outras, liberaram-me da situação de observar o exótico, em sentido lato. Mas é assente que a observação do familiar não incorre em menor complexidade. Estar inserida numa dada sociedade e reconhecer nela diferentes grupos não implica o conhecimento dos metabolismos culturais *sui generis* desses mesmos grupos. Torna-se fundamental que o pesquisador não negligencie a reflexão em seu próprio meio – por mais que este possa lhe ser familiar – do contrário, não raro são conduzidas análises baseadas em estereótipos, muitas vezes arraigados desde a socialização. Resgatando mais uma vez Velho:

“[...] O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente” (1981: 126) [grifos no original].

Com o transcorrer do tempo a situação se alterou. A preocupação não desapareceu, mas já não se fazia tão presente. O vínculo que foi sendo construído apoiou-se muito na aproximação cultural que tenho com o grupo e, sobremaneira, no relacionamento interpessoal que se fortaleceu em todos esses meses de pesquisa. Postas lado a lado, semelhanças e diferenças culturais mantiveram-se em equilíbrio, de modo a não representarem quaisquer motivos de impedimento no meu relacionamento com os ativistas do GAIA, enquanto pesquisadora. A existência da alteridade, do estranhamento recíproco entre pesquisadora e sujeitos de pesquisa foram em muito minimizados, como referido acima, mas na medida que se faziam presentes, foram dinamizadores do processo de investigação, da busca e compreensão de significados.

No contexto da observação do dito familiar, Velho (1981) reclama atenção à exposição à qual está submetido o pesquisador, visto que, numa situação de inteligibilidade maior, a interpretação do cientista social poderá ser mais facilmente cotejada não apenas por seus pares, mas pelos próprios sujeitos pesquisados. No sentido oposto, localizam-se as clássicas monografias etnográficas, onde, na maioria dos casos, povos, rituais, entre outros, foram apresentados sob um único crivo interpretativo.

Ciente desse diferencial apresentei minhas intenções de realizar uma dissertação sobre o grupo, bem como pedi autorização do grupo para tal. Isso deu-se durante a citada reunião nacional em Vila Nova de GAIA em Setembro de 2006. Senti alegria e confiança com a receptividade que me foi oferecida naquele momento, bem como senti que começava a ser posto um grande desafio na minha vida acadêmica. Nesta época não tinha nem sequer um projeto estruturado, mas firmamos um acordo de troca: todos os meus escritos seriam enviados para a lista de ativistas e estariam completamente abertos a questionamentos e discordâncias, gerando daí o debate e, em grande medida, a co-participação.

Na intenção de dar azo a essa maior interação com os sujeitos da pesquisa e resguardar todas as implicações éticas que pudessem daí advir, este trabalho foi continuamente apresentado ao grupo, do rascunho do projeto aos capítulos em construção – afinal, o objetivo era possibilitar o maior contato possível entre a minha interpretação e as representações dos ativistas e, desse modo, proporcionar um debate estreito também a nível da crítica e da reformulação literária do trabalho.

A participação do grupo fez-se igualmente e, sobretudo, por outros canais. Os ativistas tiveram um papel deveras ativo na construção desse trabalho, na medida que me permitiram: adentrar as estruturas do grupo; presenciar e questionar as situações mais diversas; vivenciar práticas ativistas do seu cotidiano; e, doutro modo, intervirem no que consideravam importante destacar ou não no trabalho. Assim, o estudo não tem apenas uma perspectiva indireta dos membros do grupo, mas uma perspectiva direta e atuante, isto é, constitui-se também a partir da participação efetiva dos sujeitos de pesquisa.

Velho menciona que: “[...] A “realidade” (familiar ou exótica) sempre é filtrada por determinado ponto de vista do observador, ela é percebida de maneira diferenciada. Mais uma vez não estou proclamando a falência do rigor científico no estudo da sociedade, mas a necessidade de percebê-lo enquanto objetividade relativa, mais ou menos ideológica e sempre interpretativa” (1981: 129). Nessa perspectiva, nossa tarefa é contar uma história de pessoas às quais consideramos importante dar a conhecer suas práticas. Contudo, nesse sentido e em relação à metodologia dialógica do trabalho, trata-se de divulgar uma versão que se soma a outras: as dos próprios sujeitos da pesquisa e a outras que, quiçá acrescentem, refutem e ampliem perspectivas àquelas aqui apresentadas. Ressaltando a competência que cabe ao pesquisador num contexto de pesquisa qualitativa José Manuel Mendes refere que “[...] o tecer e o alinhar das diferentes perspectivas, dos diferentes discursos, cabe ao analista, que deve atender ao que faz quando interpreta, de forma a potencializar espaços de liberdade e não a construir cangas analíticas redutoras de uma realidade que é sempre complexa, transbordante e propiciadora de outras versões” (2003: 20).

2.2. Questões Orientadoras

Quando decidimos acompanhar o GAIA através da metodologia da observação participante estavam postos em causa uma série de aspectos e um deles era a construção ou não de hipóteses. Há mais de 60 anos Evans-Pritchard (1972) referiu que nenhum trabalho antropológico deve ser conduzido sem hipóteses – e fazem coro com esta máxima a maioria dos manuais de ciências sociais da contemporaneidade. Constituído por meio de uma pesquisa qualitativa de um grupo ambientalista familiar e exótico ao mesmo tempo (no sentido de Da Matta, 1978), a presente investigação perscrutou algumas questões. Essas questões (tópicos relevantes para a observação, guião da entrevista, reflexões teóricas, entre outras) não tiveram um trajeto retilíneo: algumas foram elaboradas no momento de construção do projeto de pesquisa, outras tantas nasceram no trilhar da própria pesquisa, nos momentos de

interação com o grupo ou nos momentos de análise dos dados, de afastamento analítico propriamente dito.

A origem desse trabalho pauta-se por questionamentos, assim sendo, não é adequado conceituar como hipóteses as questões que lhe imprimiram direção, nem as impressões prévias relativas ao grupo. Essas impressões perfaziam-se em pré-conceitos, estereótipos, palpites, enfim, aspectos que, com o transcorrer do trabalho foram sendo modificados, alargados, rechaçados ou mesmo confirmados. Todavia, tais aspectos não possuíam prévio respaldo teórico, constituindo-se, insistimos, em impressões. Contudo, é fundamental elucidar que hipóteses são aqui compreendidas como uma afirmação antecipatória (empírica e/ou teoricamente fundamentada) de que um dado fenômeno tende a seguir um dado caminho(s), em detrimento de outro(s), portanto ela é imprescindivelmente explicativa. Por conseguinte, é necessário pôr as hipóteses à prova – e mesmo que o pesquisador esteja sensível às demandas do real, ainda assim, a formulação de hipóteses lhe impele a uma busca mais bem definida ou delimitada diante dos seus sujeitos de pesquisa.

Ao pesquisar um grupo ambientalista é explícito que existem pressupostos a serem tratados, pressupostos diferentes dos que poderiam ser abordados com um grupo de alcoólicos anônimos, por exemplo. Entretanto, ao declararmos a opção pela não formulação de hipóteses, os recortes do real ou as delimitações do fenômeno estudado não foram abandonados, apenas não lhes foram atribuídos exames hipotéticos de quaisquer afirmações. Entendemos que o terreno é que nos pede a teoria, de modo que não é aconselhável enquadrar-se de antemão numa moldura teórica, que futuramente deverá ser revista; deverá porque, se não o for, expressa que, de fato, não nos deixamos surpreender com o campo e, no fundo, com as pessoas e suas vivências. Nesse trabalho de pesquisa, a não adoção de hipóteses significa não somente a tentativa de um trabalho teórico mais flexível e em consonância com o contexto em investigação, mas implica a busca de um olhar ingênuo, a busca de compreender o grupo de forma mais transparente, com o desafio de – a partir de um olhar de fora que processualmente passa a enxergar de dentro – tecer uma interpretação legítima sobre a constituição daquele grupo e das vivências dos seus ativistas.

Em sua abordagem da sociologia do quotidiano, José Machado Pais lança luzes importantes sobre essa nossa opção metodológica:

"[...] Em que consiste a perspectiva metodológica do quotidiano? Precisamente em aconchegar-se ao calor da intimidade da compreensão, fugindo das arrepiantes e gélidas explicações que, insensíveis às pluralidades disseminadas do vivido, erguem fronteiras entre os fenómenos, limitando ou anulando as suas relações recíprocas. À sociologia do quotidiano interessa mais a mostração (do latim *monstrare*) do social do que a sua demonstração, geometrizada por quadros teóricos e conceitos (ou preconceitos) de partidas, bem assim como por hipóteses rígidas que à força se procuram demonstrar num processo de duvidoso alcance em que o conhecimento explicativo se divorcia do conhecimento descritivo e compreensivo. A questão que portanto se coloca é a de saber se as «explicações» e «demonstrações» sociológicas ganham sentido heurístico ao menosprezarem os sentidos do viver quotidiano. Os conceitos e teorias devem entender-se como instrumentos metodológicos de investigação ao serviço da capacidade criadora de quem pesquisa" (2007: 32-33).

Firmada a opção por um estudo de caso, vários foram os questionamentos evidenciados. Em grande medida, essas questões estão a par das minhas próprias impressões sobre aquele grupo, mas não são reconhecidas como hipóteses, visto que definitivamente não se constituem em construções teóricas antecipadoras do contato direto com o grupo, construções essas que, em se tratando de hipóteses, reivindicariam o *status* de proposições explicativas de uma dada realidade ou fenómeno. As questões orientadoras são de fato os problemas de pesquisa dessa investigação, estabelecidos a partir do eixo central do trabalho, qual seja: o ativismo no movimento ambientalista português. Transitar por este vasto campo tornou-se menos árduo com a delimitação de um grupo específico, por exemplo.

O que foi questionado no terreno e fora dele é resultado de um pensamento que intentou aglutinar percepções sobre o GAIA, da maneira mais livre e abrangente possível. Nessa tessitura há muitas vozes a dar o tom do que é

o GAIA, e o objetivo não é tomar emprestado essas vozes para corroborar alguma outra, marcadamente a nossa própria voz. Intentamos perfazer o trabalho de apresentar esse grupo, mas sem a falsa noção de sermos seus representantes. Destacar a subjetividade no decurso da pesquisa de forma alguma a fragiliza, pois não se colocam aqui, falácias metodológicas da ordem da neutralidade ou da objetividade na pesquisa em ciências sociais. Do mesmo modo, seria incongruente afirmar uma liberdade total em relação aos aspectos pesquisados. Há limites claros, de ordem prática e logística, mas também os de ordem sócio-cultural, temática e pessoal.

Finalmente, esse estudo de caso foi motivado primeiramente pela busca da compreensão das práticas ativistas no GAIA. Como pano de fundo, estas questões estiveram quase sempre presentes:

- O que é GAIA para seus membros?
- O que significa ser ativista ambiental naquele grupo?
- Como os ativistas se definem discursivamente?
- Que estratégias são acionadas no ativismo do GAIA?
- Qual é o alcance das ações do grupo?
- Quais práticas permeiam o cotidiano daqueles ativistas?

Parece-nos que estas interrogações estão no cerne de todas as questões que, direta ou indiretamente, foram indagadas aos membros do grupo. A partir das respostas e sinalizações apreendidas é que pude materializar por meio dessa dissertação as minhas próprias reflexões. É do encontro e do diálogo entre as reflexões dos ativistas, das nossas próprias e das críticas ao que agora é apresentado, que se faz possível a implementação da pesquisa enquanto processo. É um caminho não linear o que seguimos desde que esse projeto de pesquisa teve início. Um caminho com alegrias e percalços e com muitas descobertas. Nesse caminho trilham pessoas que defendem e vivenciam determinadas causas ideológicas, que se nutrem delas, ainda que sofram consequências em razão dessas mesmas causas. São as vivências dessas pessoas

que matizam e definem o grupo, e são elas, portanto, as protagonistas desse trabalho.

2.3. Técnicas Utilizadas

Em concordância com Michael Burawoy (1998), Mendes afirma que “[...] as opções metodológicas ocorrem antes e orientam, de facto, a escolha e a definição dos problemas. Daí que, na aplicação dos métodos quantitativos e qualitativos, convém ter sempre presente que os critérios de avaliação respectivos, bem como os objectivos a atingir, são bastante distintos e implicam pressupostos epistemológicos diversos” (2003: 02). A pesquisa desenvolvida para o âmbito desse trabalho teve por objetivo um movimento de aproximação e compreensão do Grupo de Acção e Intervenção Ambiental que somente aportes metodológicos qualitativos poderiam proporcionar. Na tentativa de compreender as estratégias, os símbolos, os argumentos e as práticas do grupo é que privilegiamos alguns instrumentos próprios do trabalho etnográfico.

Disse Geertz que “[...] (qualquer tipo de pensamento: o do Lord Russell ou do barão Corvo, o de Einstein ou de algum caçador esquimó) deve ser compreendido “etnograficamente”, ou seja, através de uma descrição daquele mundo específico onde este pensamento faz algum sentido” (2006: 227). Não obstante a incompletude da tarefa de apreensão da realidade social, optamos por fundamentar o trabalho em várias e distintas técnicas: observação participante, entrevista, diário de campo, fotografias, materiais informativos produzidos pelo grupo, comunicação e informação virtual (site, e-mails) e ainda produções midiáticas sobre o grupo, como artigos e reportagens. Acreditamos que a multiplicidade de técnicas é sempre capaz de enriquecer o trabalho científico, visto que lhe possibilita o acréscimo e a ampliação de horizontes compreensivos.

2.3.1. Estudo de caso

Privilegiar um caso, centrar-se nas singularidades de um grupo justifica-se no contexto rarefeito do movimento ambientalista português, onde a maior parte dos grupos realiza um ativismo moderado. Conforme Pais “[...] Os estudos de caso são das mais proveitosas vias de abordagem do social. [...] O caminho é chegar à realidade por partes. [...] A valorização da parte não significa necessariamente um equívoco de metonímia em que o todo é tomado pela parte, muito menos quando a parte é tomada como uma simples metáfora do todo” (2007: 72-73) [grifos no original].

A opção por um estudo intensivo de um único grupo deu-se em razão das peculiaridades enunciadas pelo mesmo e que ressoam de modo significativo no contexto do movimento ambientalista português. O GAIA assegura uma filosofia integradora entre esferas social, econômica, política e ambiental e extravasa tal filosofia através de atividades e ações marcadamente interventivas. Nesse sentido, refere Robert Stake: “[...] Estudo de caso não é uma escolha metodológica, mas uma escolha do objeto a ser estudado. [...] Como uma forma de investigação, o estudo de caso é definido pelo interesse em casos individuais, não pelos métodos de pesquisa utilizados” (1994: 236) [tradução minha].

Ainda segundo Stake, “[...] O pesquisador de um estudo de caso enfrenta uma questão de escolha estratégica em decidir quanto e por quanto tempo as complexidades do estudo de caso podem ser compreendidas – quanto precisam ser? Cada pesquisador irá fazer sua própria escolha” (1994: 238) [tradução minha]. Como já foi mencionado, impedimentos logísticos por um lado, e o estabelecimento de um vínculo mais estreito por outro, possibilitaram que o Núcleo do GAIA no Porto se tornasse a referência empírica dessa investigação. Diante da abundância de aspectos que se fizeram presentes no terreno, buscamos sempre um equilíbrio que fosse capaz de atender aos objetivos da pesquisa.

2.3.2. Observação Participante

A observação direta de atividades e ações do GAIA ocorreu de maneira intermitente entre Setembro de 2006 e Fevereiro de 2007. Durante esse período acompanhei e participei: de uma ação de protesto em Lisboa contra uma Conferência Internacional de grupos multinacionais ligados aos negócios imobiliários (Corenet Global); acompanhei ainda uma ação no Porto contra a produção de armamentos na Europa, onde o GAIA participava ao lado de outras organizações (Símbolo da Paz); participei de uma reunião ordinária do Núcleo do Porto; de um encontro nacional em Alfarelos (arredores de Coimbra); e de duas reuniões nacionais: uma em Vila Nova de Gaia, outra em Coimbra. Compareci igualmente à uma reunião da Plataforma Transgénicos Fora (na altura, Transgénicos Fora do Prato) também realizada em Coimbra.

De Abril a Maio de 2007 estabeleci-me na cidade do Porto, de modo a melhor poder acompanhar o trabalho do GAIA, bem como me aproximar do quotidiano dos ativistas. Foram dias intensos e que me puseram diante de uma situação incontornável: há muito mais aspectos na realidade do grupo que consigo apreender e analisar no espaço dessa pesquisa. Para atenuar tais preocupações eu trazia à mente o fato de que a presente empreitada dizia respeito a uma pesquisa de mestrado, logo, a um trabalho inicial, que poderá ser ampliado e explorado em estudos posteriores, mais aprofundados. E evocava sobretudo a máxima de que o conhecimento é parcial, de modo que da minha observação participante, por mais longa e exaustiva que pudesse ser, resultaria sempre um olhar, uma interpretação, um ângulo – e muitíssimos outros restariam sempre por descobrir.

Nestes aproximados 30 dias de dedicação exclusiva ao GAIA Porto decorreram três reuniões ordinárias, oito ações no Porto e duas em Coimbra. As ações realizadas nesse período foram: Sessão Informativa sobre o G8 (Grupo dos 7 Países mais influentes do moderno sistema mundo – Alemanha, Canadá, Estados Unidos, França, Itália, Japão, Reino Unido mais a Rússia); Reforestação na Serra da Aboboreira; Semana Sem TV; Apresentação da Rede Alerta contra o Deserto Verde; Apresentação do GAIA num Restaurante Vegetariano em

Guimarães; Palestra sobre Eco-consumo numa Escola em São João da Madeira; Sessão sobre Agricultura Biológica e o Picnic Vegetariano da Primavera. As atividades que acompanhei decorridas em Coimbra foram: a apresentação da Rede Alerta e a palestra sobre Agricultura Biológica.

Em Agosto de 2007 participei durante uma semana da 19ª edição do Acampamento Internacional Ecotopia, organizado pelo GAIA e pela EYFA (European Youth For Action). Esse evento representou um marco para o grupo, pois além de ser a ação com maior visibilidade social promovida até então pelo grupo, constituiu-se num cenário de forte internacionalização do GAIA. Nas duas semanas de acampamento em Alzejur, estiveram presentes por volta de quinhentas pessoas de toda a Europa.

A observação participante redundou em momentos inestimáveis em termos de percepção da dinâmica do grupo, bem como de auto-percepção da influência do grupo nos meus próprios hábitos quotidianos. A interação contínua com o grupo favoreceu o reconhecimento do trajeto mútuo de que a pesquisa qualitativa é capaz de inscrever nos pesquisadores – na compreensão do outro e de si própria. À procura de mergulhar no outro, não raro o mergulho é interno, subjetivo. É por causa dessa aproximação interativa que a pesquisa qualitativa – marcadamente a observação participante – assume um papel muitas vezes instigante, questionador e inovador. Com o intuito de pôr em relevo esses e outros aspectos, Burawoy afirma que:

“Como uma técnica de pesquisa, a observação participante distingue-se ela própria por romper as barreiras entre observador e participante, entre aqueles que estudam e aqueles que são estudados. Ela estilhaça a caixa de vidro da qual sociólogos observam o mundo e os coloca temporariamente a mercê dos seus sujeitos de pesquisa. Ao invés de assistir informantes através de espelhos falsos, reconstruindo-os através dos vestígios que eles deixam em arquivos, analisando suas respostas de entrevistas por telefone ou os reduzindo a pontos em dados demográficos, o etnógrafo confronta os participantes na realidade corpórea dos mesmos, na sua existência concreta, no seu tempo e espaço” (1991: 291) [tradução minha].

2.3.3. Diário de Campo

Diretamente relacionado à observação participante encontra-se o diário de campo ou as notas de campo (fieldnotes) como prefere Roger Sanjek (1990). Na utilização dessa técnica recorri ao tradicional caderno e também aos registros no computador. A meta era fazer relatos do modo mais detalhado possível e o mais próximo, em termos cronológicos, da ocorrência do fenômeno descrito. As notas de campo tiveram um papel fundamental para a análise posterior das ações, bem como para a escrita, propriamente dita do trabalho.

O diário de campo começou a ser escrito em 3 de Setembro de 2006, logo após a minha primeira participação numa reunião ordinária do grupo no Porto. Nessa altura, a opção por investigar o GAIA era cada vez mais forte, ainda que não estivesse oficialmente estabelecida, o que veio a ocorrer dias depois, quando da aceitação unânime dos ativistas diante da proposta de observação participante expressa por mim na já citada reunião nacional em Vila Nova de GAIA. Já em meados de 2007, durante a minha permanência no Porto, as notas de campo eram digitadas diariamente. Somente mais tarde passaram por uma revisão, além de leituras analíticas para a construção da parte dissertativa desse trabalho.

Erigir o diário de campo foi um processo particularmente fascinante para mim. Trata-se de um ciclo que vai sendo mais e mais alargado. A ocorrência da ação; a captação mais aproximada desse ou daquele aspecto; as primeiras linhas; as impressões mais íntimas diante do fato; as análises prévias; a percepção das lacunas ainda na redação das notas; as releituras. Enfim, tudo concorre para a compreensão daqueles instantes em termos contextuais, relacionados com muitos cenários: a identidade do coletivo; as identidades dos ativistas; as estratégias; o impacto social propriamente dito; a reflexão (ou ausência desta) sobre aquele dado momento histórico para o grupo e para a sociedade. Encanta-me sobretudo a privacidade do diário de campo e a sua possibilidade expressiva do processo de pesquisa, repleto de traçados, questionamentos, angústias, confusões e êxitos.

2.3.4. Entrevista

Com o objetivo de perscrutar as construções e definições dos ativistas sobre o GAIA e sobre si próprios enquanto ativistas, lançamos mão da técnica da entrevista como um instrumento privilegiado. Consoante Miller e Glassner:

"A investigação não pode proporcionar o espelho da reflexão do mundo social a que os positivistas aspiram, mas ela pode propiciar acesso aos significados que as pessoas atribuem às suas próprias experiências e mundos sociais. Enquanto a entrevista é por si uma interação simbólica, isto não ignora a possibilidade que o conhecimento social do mundo pode ser obtido para além da interação. De fato, é apenas em contexto de entrevistas não-positivistas, que reconhecem e constroem os seus componentes interativos (ao invés de tentar controlá-los e reduzi-los) que a profundidade intersubjectiva e a profunda compreensão mútua podem ser alcançadas (e, com estes, a conquista do conhecimento dos mundos sociais)" (1997: 100) [tradução minha].

Dado o contexto interativo de uma entrevista, Mendes explicita não ser pertinente a separação entre entrevista estruturada ou não estruturada, ao invés disso, impõe-se "[...] estar atento às definições e relações de poder, às inflexões discursivas e à irrupção do imprevisto" (2003: 10). Optamos por criar um roteiro de entrevista, que por sinal, experienciou um longo processo de maturação. Em fins de 2006, estava construído o primeiro guião. Esse guião foi adaptado e aplicado em duas entrevistas realizadas com ativistas de grupos ambientalistas no Brasil ainda em 2006. Após a transcrição e análise dessas entrevistas, o guião sofreu modificações de modo a ser utilizado junto aos ativistas do GAIA.

A escolha daquelas e daqueles que seriam entrevistados decorreu a partir da observação participante. Entre Abril e Junho de 2007 foram realizadas sete entrevistas aos membros mais atuantes do GAIA Porto – em termos de assiduidade e comprometimento com as atividades. Foram mais de 13 horas de entrevistas (incluindo as realizadas no Brasil), gravadas, transcritas e analisadas – o

anonimato¹⁷ dos indivíduos foi assegurado desde o início. Todas essas entrevistas decorreram em clima amistoso, em geral em espaços familiares aos entrevistados: residências, cafés, bares e parques. Houve porém, entrevistas que não puderam ser realizadas presencialmente, assim, readapte o guião e o enviei pela Internet a mais seis ativistas de Lisboa e do Alentejo. Metade confirmou recebimento, declarou interesse pelas questões, mas alegou ausência de tempo livre para responder às mesmas. A essas colocações eu acenei com a possibilidade de vir a fazer a entrevista noutra ocasião, todavia, isso mostrou-se inviável com o passar do tempo.

Ao não se constituir numa simples recolha de dados, a entrevista é capaz de revelar e desvelar muitos elementos de ambos os lados (entrevistador e entrevistado). Cada entrevista realizada nessa pesquisa concorreu de maneira peculiar para demarcar e remarcar prioridades – as dos ativistas ao serem convidados a publicitar uma série de contornos da sua vivência no ativismo ambiental; e as minhas próprias, seja em termos daquele momento de interação, propriamente dito, seja em termos perspectivados para a pesquisa no seu todo. Mendes adverte que:

"[...] Numa dada situação de entrevista, o entrevistado, mais do que comunicar ou partilhar significados, pode estar negociando as suas identidades, arrastando nesse processo o entrevistador e obrigando este a negociar, alterar ou sublimar também as suas identidades. Ninguém, para o bem e para o mal, sai incólume de uma entrevista. E é nessa riqueza dialógica, nessa polifonia de vozes presentes ausentes, que jaz toda a riqueza das entrevistas, mais do que numa busca distante e objectiva de factos ocorridos" (2003: 10).

O clima amistoso no qual se realizaram as entrevistas está provavelmente relacionado com o fato de eu já manter um certo grau de intimidade com a maioria das pessoas entrevistadas. Isso está refletido na forma descontraída que, na maioria dos casos, os discursos foram proferidos. Houve momentos de

¹⁷ Os ativistas referidos nesse trabalho foram identificados por pseudônimos.

cansaço, de aborrecimento, mas também situações cômicas e de partilha. O processo interativo nessas entrevistas revelou-se sobretudo surpreendente.

2.3.5. Etnografia Virtual

Para Ardèvol *et al*:

"[...] lo que es específico de la etnografía virtual es el hecho de que la mediación tecnológica está presente durante todo el proceso etnográfico, tanto en la observación participante como en el registro y construcción de los datos. La mediación técnica (el registro textual, en audio, fotografía o vídeo) es clave en la investigación etnográfica porque fija la experiencia u descontextualiza la memoria del observador, creando un nuevo contexto para el análisis" (2003: 76).

Tendo em consideração a reflexão desses autores, por etnografia virtual realizada no âmbito dessa pesquisa temos o trabalho de recolha, leitura e análise dos e-mails sobre as ações que foram acompanhadas presencialmente, assim como das atas das reuniões, também disponibilizadas nas listas de ativistas na Internet. Analisei as atas contidas em e-mails arquivados desde 2006. Em geral, para cada atividade realizada uma ata é elaborada. Não há um padrão, cada autor a faz como prefere e as atas não são impressas, sendo apenas virtualmente arquivadas.

Em relação aos muitos e-mails que circulam diariamente nas listas do GAIA, utilizei como metodologia a leitura e arquivamento daqueles aos quais julgava conter maior interesse. Em relação às listas de ativistas, levando em conta que se tratam de listas restritas, nunca pretendi tecer comentários a nenhum desses e-mails no âmbito desse trabalho, todavia, é imperativo reconhecer que a manutenção de contatos virtuais com o grupo, seja por meio das listas de discussão, seja por meio da página eletrônica foi algo fundamental para o acompanhamento de muitas atividades, bem como para a percepção de certos aspectos, recorrentes e por vezes conflituosos, dentro do grupo.

2.3.6. Análise Documental

Em razão do GAIA Porto não ter um local para sede do núcleo, há pouco material arquivado, em sua maioria nas residências dos ativistas mais antigos. Desse modo, poucos foram os documentos que me detive a analisar. Em sua totalidade tratou-se de informativos, panfletos e também uma publicação antiga do GAIA, um Boletim Informativo chamado *Erva Daninha*. Estes documentos ajudaram sobretudo na obtenção de definições consensuais do que é o grupo e de quais são seus objetivos.

2.3.7. Fotografia

A fotografia como instrumento metodológico possui potencialidades ainda pouco exploradas pelas ciências sociais. Apesar de vivermos sob o império da imagem, as ciências sociais – com exceção da antropologia visual – sub-utiliza as características da fotografia enquanto instrumento metodológico. Com frequência as fotografias desempenham um papel meramente ilustrativo do discurso escrito ou aparecem como apêndices das pesquisas. Por sua vez, os movimentos sociais têm incrementado cada vez mais o uso da imagem, da fotografia em particular, na tentativa de emitir narrativas.

Acreditamos que a fotografia pode servir a construções narrativas, tratando-se obviamente, de uma narrativa amplamente diferenciada do texto escrito, demandando características analíticas muito próprias. Nesse sentido, argumenta Achutti: “[...] Para uma imagem alcançar eficácia simbólica, não basta que seja vista, ela tem que ser interpretada por um sujeito que compartilhe dos códigos simbólicos carregados pela imagem” (1997: 47). Nosso objetivo ao utilizar a fotografia como um instrumento metodológico era ressaltar o papel desse tipo de imagem como propiciadora da construção de narrativas que são úteis às ciências sociais – no âmbito da pesquisa qualitativa – assim como, implicam instrumentos estratégicos de visibilização social por parte dos movimentos sociais, marcadamente os ambientalistas.

Se é ponto assente que a fotografia não é espelho do real, há outras perspectivas mais polêmicas, como atribuir àquela um talento narrativo e compreensivo capaz de fundamentar uma fotoetnografia¹⁸. Com vistas a alargar o debate partilhamos a noção:

"[...] que se busque a importância da linguagem fotográfica no espectro do trabalho antropológico, no que essa linguagem tem a somar, a narrar, de uma forma especial, um dado especial: a cultura. A construção de narrativas através de imagem fotográfica vem, ao ser articulada com o texto verbal e a legitimidade que este alcançou, contribuir no sentido de enriquecer e agregar, além de outras formas narrativas como a literatura ou a poesia, complexidade aos esforços de interpretação de universos sociais cada vez mais densos e complexos, onde imagens por sua vez tornaram-se cada vez mais um elemento da própria sociabilidade." (Achutti, 1997: 38-39).

As ações do GAIA costumam ser registradas em imagens pelos próprios ativistas. Essas imagens tem como principal objetivo a divulgação do grupo na Internet, seja na página eletrônica do GAIA, seja em outros espaços virtuais. Na maioria das atividades em que estive presente fiz registros fotográficos e alguns vídeos. Atualmente contabilizam-se mais de mil fotografias digitais. Este material foi copiado em CD e disponibilizado ao grupo. Uma análise pormenorizada que permitisse a seleção, a análise e a apresentação desse material no corrente trabalho se constituiria noutro processo narrativo e investigativo, quiçá noutra dissertação. Entretanto, as fotografias constituíram-se em relevantes referências no percurso criador desse trabalho, sendo de vital importância para a compreensão das trajetórias identitárias do grupo e dos ativistas, no sentido em que estas se davam a conhecer também visualmente.

Ao permitir a materialização de momentos, as fotografias cumprem um papel interpretativo essencial, no dizer de Roland Barthes: "[...] O que a

¹⁸ Conceito elaborado por Achutti (1997) e aplicado na sua dissertação de mestrado no Brasil e na sua tese de doutoramento na França. A perspectiva que esse autor confere à fotoetnografia diz respeito ao uso da fotografia como uma maneira de possibilitar uma interpretação etnográfica a partir de uma série de fotografias, cuidadosamente editadas (selecionadas), sobre uma dada realidade estudada. Isto significa uma centralidade da fotografia na construção da narrativa etnográfica e, igualmente, implica uma narrativa da própria fotografia.

Fotografia reproduz ao infinito só ocorre uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente" (1984: 13). Contudo, a concretização do instante, com todos os condicionalismos que isto representa – seja de ordem tecno-operativa, seja de ordem individual, tanto na captação como na leitura da imagem – ao invés de congelar fatos, propicia sempre releituras, reinterpretações das situações e do processo metodológico. Ou seja, a mudança de ângulo é uma constante na narrativa fotográfica e foi sob essa perspectiva que a fotografia foi apreendida nesse trabalho.

Capítulo 3. O Grupo de Acção e Intervenção Ambiental – GAIA

3.1. Movimento Ambientalista Português

O movimento ambientalista teve uma expressão tardia em Portugal se comparado com outros países da Europa (Figueiredo e Fidélis, 2003; Lima e Guerra, 2004; Matias, 2002; Rodrigues, 1995; Schmidt, 1999; 2000). Alguns aspectos são tidos em conta nesse processo: um sistema político autoritário que perdurava justamente na altura em que o movimento ambientalista começava a ter destaque nos países centrais; um capitalismo periférico que, apesar de destoar da realidade económica dos países centrais da Europa, se subordinou a valores desenvolvimentistas e consumistas típicos daqueles países, dosando pouco ou nada as consequências ambientais dessa postura; uma sociedade civil fraca em termos de mobilização e organização política; e “[...] a prevalência de uma sociedade fortemente ruralista centrada sobre valores tradicionais, uma industrialização tardia e incipiente, um processo de urbanização acelerado e desordenado com a correspondente desertificação do interior; a par da manutenção de baixos níveis de literacia [...]” (Schmidt, 2000: 33).

Dois fatores foram primordiais para a mudança desse quadro: o fim da ditadura salazarista com a Revolução de Abril de 1974 e a entrada de Portugal em 1986 no grupo europeu dos países economicamente centrais, atual União Europeia (Matias, 2002). Surgem assim cores mais vivas para matizar o quadro do movimento ambientalista em Portugal, bem como dos demais movimentos sociais portugueses. Se por um lado, a sociedade civil portuguesa começou a perfazer um caminho mais participativo, por outro, o exemplo e a pressão dos demais países da União Europeia tiveram grande importância na agenda ambiental assumida pelo Estado e por vários grupos portugueses nesse período.

No que diz respeito ao primeiro marco da viragem rumo à apreciação da questão ambiental em Portugal, isto é, a derrubada do regime salazarista, Eugénia Rodrigues (1995: 09) define a “emergência da ecologia no contexto revolucionário do pós-25 de Abril (1974-1975)” como sendo a primeira fase do ambientalismo português. Nesse cenário efervescente, o ambientalismo não

surge como protagonista. De acordo com Boaventura de Sousa Santos “[...] Devido à revolução, os velhos e os novos movimentos sociais nasceram, por assim dizer, ao mesmo tempo e durante um curto período, conviveram em regime de grande tensão e contradição social, em disputa pela forma de democracia a privilegiar, democracia representativa ou democracia participativa” (2005: 266-267). Segundo Eugénia Rodrigues (1995), a associação mais importante deste período foi o Movimento Ecológico Português – MEP. Todavia, a mensagem ecológica obteve pouca fluidez na sociedade portuguesa de então, já que muitas vezes a confluência de necessidades básicas – mais abertamente confrontadas no pós 25 de Abril – ofuscava os objetivos ambientalistas recém nascidos, na medida em que, sobre estes não recaíam prioridades sumamente vitais. Anteriormente a esse período é possível encontrar experiências pontuais no que diz respeito a grupos ambientalistas, como a Liga de Protecção da Natureza, também conhecida por LPN, que foi a primeira associação ambientalista em Portugal, tendo sido criada em 1948 e que perdura até os nossos dias.

Como segunda fase do movimento ambientalista português, Rodrigues apresenta o período de 1976 a 1983: “Nuclear não, obrigado!” (1995: 11). Esse período é marcado pelo surgimento de vários grupos ambientalistas, bem como por tentativas de uma organização nacional dos mesmos, em fóruns de debate, por exemplo. O enfoque na rejeição ao nuclear deu lugar à algumas ações, entre elas, ao significativo protesto contra a instalação de uma Central Nuclear em Ferrel em 1976. Em 2006 vários grupos ambientalistas, inclusive o GAIA, reuniram-se em Ferrel para comemorar os trinta anos dos protestos que impediram a construção da Central na localidade, bem como, para reafirmar a posição do “Não ao Nuclear” do movimento ambientalista português no início do século XXI.

O discurso ambiental começou a ganhar expressão em Portugal a partir da década de 1980 e alcançou repercussão sobretudo na década de 1990, quando várias situações de degradação ambiental passaram a assolar explicitamente o país – como exemplo, as consequências do plantio das monoculturas de pinheiro bravo e de eucalipto, assim como do aumento desordenado das construções urbanas. Tal contexto despertou reações internas, sendo justamente nesse

período identificados protestos mais incisivos a alguns problemas ambientais, como a recusa à instalação de co-incineradoras de resíduos tóxicos e ao plantio de eucaliptos para a indústria de celulose (Schmidt, 1999).

Em parte, vislumbra-se aqui a definição de Rodrigues do que seria a terceira fase do movimento ambientalista em Portugal, designada como o período da “organização e pragmatismo” que se estende de 1984 a 1990. Nesse momento histórico foram criadas duas das maiores Organizações Não Governamentais da área do ambiente (atualmente consolidadas no cenário português): o Grupo de Estudos de Ordenamento Territorial e Ambiente (GEOTA) e a Associação Nacional de Conservação da Natureza (Quercus), criadas respectivamente em 1981 e 1985 (Schmidt, 1999). Segundo Rodrigues, os grupos originários dessa fase basearam suas premissas na lógica do ambientalismo conservacionista e suas estratégias direcionavam-se a “[...] formas de intervenção mais institucionais” (1995: 14).

A inserção de Portugal na União Europeia em 1986 constitui-se no segundo marco significativo na construção de um movimento ambientalista nacional. Muito em função da influência externa dos demais membros da UE é que o governo português se voltou às questões do ambiente, sendo somente datadas de 1987 a criação da Lei de Bases do Ambiente e da Lei de Bases de Ordenamento do Território e de Urbanismo¹⁹ (Schmidt, 1999) e, apenas de 1995, a elaboração do primeiro Plano Nacional de Política do Ambiente (Figueiredo e Fidélis, 2003). É o momento no qual podemos demarcar o surgimento não apenas de instituições governamentais e jurídicas relacionadas às questões do ambiente, mas o lançamento de bases mais sólidas do movimento ambientalista nacional.

A década de 1990 tornou-se protagonista da discussão da temática ambiental, exemplo disso é que já em 1991 surge a Confederação Portuguesa de Associações de Defesa do Ambiente (CPADA)²⁰, agregando atualmente mais de

¹⁹ Importa sublinhar a existência de uma legislação ambiental anterior a esse período: Áreas Protegidas (1975); Reserva Agrícola Nacional (1982); Reserva Ecológica Nacional (1983); Planos Regionais de Ordenamento do Território e Planos Diretores Municipais (1982-1983) (Schmidt, 2000).

²⁰ “A Confederação Portuguesa das Associações de Defesa do Ambiente foi criada em 1991, na sequência do 1º Encontro Nacional das Associações de Defesa do Ambiente (Viseu, 1989), e é a maior organização ambientalista do nosso País, integrando 110 ADA/ONGA (Associações de Defesa do Ambiente/Organizações Não Governamentais de Ambiente) de âmbitos Nacional, Regional e Local, de grande diversidade temática (conservação da natureza, ordenamento do território, património construído, ambiente urbano, transportes alternativos, bem estar animal, agricultura biológica, educação ambiental e actividades específicas, como

cem associações. De acordo com os últimos dados disponibilizados pela Agência Portuguesa do Ambiente – APA²¹ –, há 165 organizações a constar no Registro Nacional das Organizações Não Governamentais do Ambiente – nesta lista estão inclusas ONGAs de âmbito local, regional e nacional. Ao comparar o contexto português com outros países europeus, onde a temática ambiental há muito se encontra consolidada, seja em práticas individuais, coletivas ou institucionais, fica-se com a noção de que o movimento ambientalista português ainda é incipiente, sobretudo em termos de mobilização e transformação social. Nesse sentido, a quantidade de associações pode dizer muito pouco em termos da efetivação de práticas e políticas ambientais presentes na sociedade portuguesa.

Elisabete Figueiredo e Teresa Fidélis (2003) apresentam uma diferenciação entre os movimentos ambientais de raiz popular e as organizações formais de defesa do ambiente. Ambos os tipos de ambientalismo tiveram grande crescimento em Portugal no contexto pós 25 de Abril, bem como a partir da entrada do país na UE. As autoras corroboram a tipologia apresentada por Rodrigues (1995) em relação às organizações ambientalistas e, por sua vez, analisam mais pormenorizadamente aspectos das ações ambientalistas de cariz popular em Portugal. Dessa análise, importa-nos destacar o carácter bastante focalizado (geográfica e temporalmente) da maioria dos protestos estudados. Esse contexto conduz à uma conclusão na qual as autoras afirmam que tais movimentos em Portugal estão muito mais ligados a uma lógica de condicionamento e privatização dos objetivos (NIMBY: *not in my backyard!* Ou no meu quintal não!) do que a uma lógica de correlação e ampliação dos propósitos subjacentes à questão ambiental (NIABY: *Not in anyone's backyard!* Ou no quintal de ninguém!).

Nessa circunscrição, Luísa Schmidt destaca algumas mudanças significativas na postura institucional portuguesa contemporânea perante os impactos negativos no ambiente, sem deixar de ressaltar o baixo impacto das

espeleologia, montanhismo, escutismo e cicloturismo), espalhadas no Continente e Regiões Autónomas, que representam, no seu todo, muitas dezenas de milhar de associados." <http://www.cpada.pt/perfil.htm> (accedida em 07.06.2007).

²¹http://www.iamambiente.pt/portal/page?_pageid=73,408080&_dad=portal&_schema=PORTAL&actualmenu=10141123&docs=10236139&menu_childmenu=10140986 (accedida em 06.12.2007).

mesmas: "[...] há mais áreas protegidas, há o tratamento dos lixos, há uma inspecção do ambiente reforçada e com autonomia, há mais análises às águas de consumo, há a educação ambiental, há os estudos obrigatórios de impacto ambiental, mas quase sempre mal cumpridos... Mas, em geral, estes últimos anos deixam a imagem de um desfasamento: sobe a preocupação pública, desce a qualidade ambiental" (1999: 05).

A realização de estudos²² sobre a atitude dos portugueses perante o ambiente é útil para percebermos algumas das nuances presentes no contexto português, como por exemplo, motivação, percepção e sensibilidade ambiental. Chamam a atenção os níveis crescentes de avaliação negativa dos portugueses em relação à situação do ambiente no país e no mundo, uma perspectiva que aponta, entre outros aspectos, para um agravamento das condições ambientais, mas também para um avanço da percepção e apreciação crítica dos problemas ambientais pelos cidadãos portugueses. Num percurso que parte de uma maior apreensão da problemática ambiental em direção à efetivação de práticas que visam a melhoria da qualidade de vida, os números revelam a crescente intenção dos portugueses em adquirir hábitos "amigos do ambiente". Todavia, esse é um processo complexo onde se inserem muitos determinantes, como por exemplo, o puro desconhecimento de gestos simples e saudáveis para o ambiente. E, por outro lado, a propensão a adotar práticas ambientalmente sustentáveis não é proporcionalmente direta às práticas concretizadas, assim, a consecução dessas é muitas vezes viabilizada somente mediante a existência de alguma vantagem financeira.

Apesar da impossibilidade de retomar mais detalhadamente os referidos estudos no âmbito desse trabalho, importa ressaltar que eles apontam para a existência de movimentos contraditórios dentro da sociedade portuguesa no que diz respeito às estratégias desejáveis e/ou já atualmente praticadas para dirimir muitos dos problemas ambientais. Trata-se de clivagens geracionais, de classe e de instrução, sobretudo. Muitas das prioridades desses grupos tendem a se

²² Ver o inquérito de 1992 *The health of the Planet* coordenado pelo *Gallup International Institute*; Almeida, 2000 e 2004; Lima; Cabral; Vala, 2004.

chocar cada vez mais. Quiçá isso ocorra justamente por indicar processos de mudança – promotoras de sustentabilidade – no seio da sociedade.

Além dos motivos acima referidos, é provável que a falta de informação, bem como a ausência de políticas de educação ambiental alargadas sejam responsáveis por grande parte da manutenção de práticas anti-ecológicas na sociedade portuguesa. Nesse sentido, os dados do I Inquérito Nacional de 1997, bem como os dados do II de 2000 apontam para uma grande lacuna de informação ambiental disponibilizada e/ou acessada pelos portugueses. A maioria dos inquiridos²³ (47% das 2.450 pessoas inquiridas em 1997 e 44% dos 1.844 inquiridos em 2000) considerou-se nada informada sobre questões ambientais (Almeida, 2000; 2004). São números que fazem soar um sinal de alerta.

Ainda nesse contexto, é significativa a discrepância entre aquelas consideradas como as principais fontes de informação e o grau de confiança que depositam nas mesmas. As fontes midiáticas como televisão, rádio, jornais e revistas são consideradas como aquelas que mais informações ambientais transmitem. Em situação oposta, isto é, no fim da lista estão: Ministério do Ambiente, União Européia, Associações Ambientalistas e até mesmo especialistas e investigadores. Todos estes são avaliados pelos inquiridos como uma fonte secundária de informação ambiental, ainda que reconhecidos como detentores de significativa fiabilidade. Ainda que essas avaliações não ponham em cheque a credibilidade de nenhum desses setores sociais, questionam duramente a forma como os mesmos dialogam com a população e as estratégias de que lançam mão para fazer chegar às pessoas informações sobre o ambiente.

As associações ambientalistas, por sua vez, possuem baixa consideração como divulgadoras de informação, o que parece incidir no interesse por práticas ativistas, já que ao analisar “[...] o relacionamento e colaboração dos portugueses com as Associações de Defesa do Ambiente – verifica-se que os níveis de militância são irrisórios, assim como a subscrição de abaixo-assinados e/ou participação em sessões públicas organizadas por estas associações. A atitude dominante é apenas e tão só a enorme simpatia que a larga maioria dos

²³ Ambos os inquéritos foram aplicados às 5 Regiões do Continente: Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve. E às 2 Regiões Autônomas: Açores e Madeira.

portugueses parece nutrir por estas organizações voluntárias e pelas actividades que elas desenvolvem (considerando até que elas deveriam ter mais poder e influência na sociedade portuguesa)" (Resumo do II Inquérito Nacional 2001: 27-28).

Em termos de desenvolvimento associativo, tanto regional como nacional, nos anos 2000 surgiram em Portugal Plataformas nas quais várias associações se reuniram na tentativa de juntar forças na defesa de objetivos comuns, assim se deu com as Plataformas Transgénicos Fora²⁴, Convergir²⁵ e Não ao Nuclear²⁶. Há visivelmente um incremento do movimento ambientalista português ao longo dos anos. O agravamento da situação ambiental, a pressão externa, sobretudo da UE, o interesse cada vez maior da população pelo desafio ambiental são algumas das características que podem estar a contribuir para a visibilidade dos grupos ambientalistas nos últimos anos.

É esse momento histórico de inquietações e mudanças no interior da sociedade portuguesa – em relação à sustentabilidade do meio ambiente, assim como os antecedentes históricos do movimento ambientalista nacional – que importava brevemente remeter para situarmos o surgimento do Grupo de Acção e Intervenção Ambiental – GAIA.

²⁴ "A Plataforma Transgénicos Fora defende uma agricultura sustentável orientada para a protecção da biodiversidade e do direito dos povos à soberania sobre o seu património genético comum. A Plataforma [...] é composta por pessoas que, em nome individual ou enquanto representantes de associações e outras entidades, oferecem o seu tempo como voluntários para uma luta que é de todos". Segundo informações obtidas junto a uma representante da Plataforma, esta surgiu informalmente nos finais de 1999, consolidou-se em 2000 e foi relançada em Junho 2004. <http://www.stopogm.net/?q=node/70> (acedida em outubro de 2007).

²⁵ "A CONVERGIR é uma plataforma de associações cívicas que dedicam especial atenção às questões de ambiente, urbanismo e ordenamento do território na área do Noroeste e Norte de Portugal (grosso modo entre os rios Vouga e Minho, a Noroeste, e Trás-os-Montes, Alto Douro e Beira Alta, a Nordeste). [...] A Plataforma CONVERGIR surgiu em 2001-2002 em redor do processo de revisão do Plano Director Municipal para o Porto, tendo algumas associações que actuam no concelho sentido a necessidade de pôr em comum as suas reflexões e intervenções nessa matéria, sem prejuízo do que cada qual entendesse fazer por si própria." <http://bioterra.blogspot.com/2006/10/convergir-plataforma-interassociativa.html> (acedida em outubro de 2007).

²⁶ Segundo informações obtidas junto a uma ativista da Quercus a Plataforma Não Nuclear surgiu no princípio de 2006. O principal objetivo é opor-se a implantação de energia nuclear no país, bem como promover a efetivação de energias renováveis. Para mais informações: <http://www.naoaonuclear.org/> (acedida em outubro de 2007).

3.2. GAIA

O cientista ambiental James Lovelock apresentou em 1979 estudos que afirmavam que o planeta Terra é um organismo vivo, auto-regulado e fundamentalmente interligado à toda forma de vida presente no Globo. Por esse raciocínio, a Terra sofre, interage e reage às intervenções causadas sobretudo pelos desequilíbrios da ação antrópica. Essa abordagem recebeu o nome de hipótese GAIA, uma alusão à deusa grega GAIA que representava o planeta Terra. Por GAIA também se denomina o grupo sobre o qual discorreremos nas próximas páginas.

Criado em 21 de Março de 1996 na Universidade Nova de Lisboa (Faculdade de Ciências e Tecnologia), o Grupo de Acção e Intervenção Ambiental – GAIA – nasceu sob a perspectiva de defesa da natureza. Dado o contexto ensaístico do movimento ambiental português naquele momento, não é de se estranhar que o GAIA tenha dado seus primeiros passos sob a tutela do preservacionismo ambiental, mas os objetivos foram sendo alargados com o passar o tempo. Atualmente o grupo se revê numa lógica abrangente de atuação, com metas de transformações sociais e económicas associadas às ambientais e ecológicas. Os objetivos se diversificaram e os ideais do grupo acabaram por alcançar outras regiões do país, de modo que o GAIA conta hoje com três Núcleos fundamentados²⁷: um em Lisboa, outro na cidade do Porto e um em Odemira no Alentejo.

Segundo definição do grupo:

“O GAIA (Grupo de Acção e Intervenção Ambiental) é uma associação ecologista, inovadora, plural, apartidária e não hierárquica. Foi fundada em 1996 em Lisboa e actua a nível nacional e regional com núcleos no Porto, no Alentejo e em Coimbra, para além de Lisboa. Colabora com outras associações portuguesas e faz parte de várias redes europeias. O GAIA é uma ONGA (organização não-governamental do ambiente) com

²⁷ Tem havido tentativas frequentes de implantação de um Núcleo em Coimbra, sendo que algumas atividades já foram lá desenvolvidas, mas aspectos como baixa adesão e descontinuidade das propostas de ação têm dificultado a consolidação de mais esse Núcleo.

uma forte componente activista, recorrendo a acções directas, criativas e não-violentas, promovendo o trabalho a partir das bases.

[...] O GAIA é uma associação que foca as temáticas ambientais integrando questões sociais e políticas. [...] O GAIA investe também fortemente na integração e influência de outros grupos sociais, transformando o trabalho de lobby e cooperação em pontos fortes do trabalho que realiza.

O GAIA foi fundado em 1996, como um núcleo universitário dedicado exclusivamente para assuntos ambientais. Após 3 anos de activismo, dentro e fora da Universidade, os seus membros tomaram consciência de que os assuntos que a associação defendia eram demasiado importantes para serem sujeitos às limitações de uma associação de estudantes. Em 2000, o GAIA registou-se como Associação Juvenil, legalmente independente da Universidade [...]. [...] Em 2004, o GAIA registou-se legalmente como Organização Não Governamental de Ambiente [ONGA] e iniciou o processo para se tornar ONG de Ambiente no Registo Nacional."²⁸

Para além das fronteiras da identificação institucional como um grupo ambientalista legalmente estabelecido, o GAIA é recorrentemente definido por seus membros como um grupo de pessoas que pretende dar seu contributo ao mundo. É como se as fronteiras do ideal político do grupo e da fraternidade inter-pessoal fossem inseparáveis, sendo um dos exemplos mais fortes, os laços de amizade ali expressos. Muito provavelmente esse tipo de postura é possibilitada em razão de fatores como o número reduzido de ativistas, o que possibilita uma maior e mais profunda interação entre as pessoas. Outro aspecto a ressaltar é o fato da ramificação do GAIA a partir de Lisboa – através do estabelecimento de outros Núcleos – ter ocorrido através da iniciativa de jovens que não apenas já se conheciam, como já tinham tido experiências de ativismo em comum, o que reforça a evidência de inter-cursos militantes e pessoais na formação desses Núcleos – marcadamente Porto e Alentejo.

Ativistas do GAIA Porto definiram o grupo quando por mim questionados: o que é o GAIA?

²⁸ Fonte: <http://www.GAIA.org.pt/?que=node/327#comment> (acedida em 03.07.2007); atualizada em 07.12.2007.

Filipe Galvão: [...] O GAIA é um bocado difícil de resumir porque é muita coisa ao mesmo tempo, de qualquer forma, mesmo a definição do que é o GAIA não é, – para nós que estamos envolvidos com o GAIA de alguma forma – não é completamente tangível ou completamente objectivo dar uma definição do GAIA. Se calhar cada pessoa tem uma. Uma visão que pode divergir bastante da vida de outra pessoa sem que isso seja necessariamente errado ou problemático. Mas, no fundo, de uma forma um pouco mais convencional, o GAIA é o Grupo de Acção e Intervenção Ambiental, é uma Associação de Defesa do Ambiente. Mas de facto isso é uma definição demasiado convencional, porque apesar de ser um pouco esse formato, essa área ser o enquadramento, quase teórico do que está por trás, depois, na prática, acaba por ser algo que vai muito para além disso. É um grupo de pessoas, de facto, que estão juntas por um conjunto de afinidades das quais, se calhar aquela que se destaca mais e aquela que é mais primordial de todas é de facto partirmos do princípio que há uma série de abordagens, uma série de formas de estar no mundo e na sociedade que estão de alguma forma, que são de alguma forma bastante problemáticas para a saúde do planeta, para a saúde da própria sociedade [...].

Rodrigo Alves: [...] para mim o GAIA é um grupo de pessoas, que se importam e que gostam de participar no mundo, na sociedade e querem fazer alguma coisa por ela.

Fernanda Andrade: [...] quanto a mim o GAIA é quase um grupo de amigos.

Amanda Carvalho: [...] o GAIA é uma organização que trabalha temas ambientais, mas é diferente precisamente por isso, por ser muito... por estar em construção e não ter aquela postura fechada.

Regina Sousa: [...] é uma oportunidade de transformar assim aquilo que eu acho que está mal na sociedade. Pronto, para fazê-lo através de, pronto, da maneira colectiva.

O processo constitutivo da identidade coletiva do grupo está radicalmente ligado à constituição das identidades pessoais dos ativistas. A conjugação de perspectivas mais formais ou institucionais (que permite ao grupo uma atuação social legitimada em termos legais) com outras perspectivas informais (que

residem justamente nos laços de amizade construídos dentro do grupo, no trabalho voluntário e na anunciada relação horizontal entre os membros) confere ao GAIA uma atuação na qual se torna ainda mais marcante a interface entre identidade coletiva e identidade individual. Nesse delineamento por onde perpassam diferentes definições do próprio grupo é onde parece residir o seu aspecto mais maleável, responsável por uma grande mobilidade organizativa. Um exemplo dessa mobilidade e diversidade está corporificado na existência de Núcleos tão diferenciados, ainda que advindos – e ainda hoje relativamente pertencentes – à mesma origem, isto é, ao GAIA Lisboa.

3.2.1. Objetivos

Regina Sousa: [...] O objectivo é esse: tornar o mundo melhor, percebes? A nível social e a nível ambiental, ou seja, para a natureza e para as pessoas, quer dizer, não existe esta, nem sequer existe esta separação, não é? As pessoas fazem parte da natureza e, mas pronto, é para separar um bocado aquela visão mais tradicional de algumas acções ambientais, percebes? [...]

Assim como as definições, os objetivos do GAIA também são variados, e como aquelas, estes mantêm entre si um eixo mediador, do qual consideramos um aspecto especialmente proeminente, qual seja: a recorrente intenção de demarcar os objetivos e a atuação do grupo como fundamentalmente direccionados a relacionar esferas repetidamente separadas por muitos movimentos ambientalistas, nesse caso a ambiental e a social. Desse modo:

Roberto Filho: Para mim o objectivo principal é mostrar alternativas para vivermos de uma forma sustentável com a natureza [...] e em harmonia com a natureza. E a natureza implica a relação que nós temos com as pessoas e com o meio ambiente. Então, a nossa ideia é mostrar de que forma nós podemos viver assim e ir mostrando aos poucos, e criando alternativas, e criando modelos diferentes, experimentar. O que não resultar não resulta, o que resultar mantém-se não é? Boas ideias mantêm-se e, ao mesmo tempo estarmos a criar alternativas e influenciar as outras pessoas e mostrar que, se calhar, podemos viver numa comunidade, por exemplo, e viver bem e ser feliz e assim as outras

peçoas também, se calhar possam. É possível viver em harmonia com a natureza e é possível não haver desigualdade entre as pessoas e tudo isso.

Outro aspecto relevante na constituição dos objetivos do GAIA é verificado na amplidão das suas temáticas de trabalho. Isto pode ser exemplificado nas campanhas que desenvolvem ou apóiam. No endereço eletrônico do GAIA na Internet²⁹ é possível encontrar várias dessas campanhas, como Dívida Ecológica, Transgênicos, Desertificação, Eco-Consumidor, Paz e Não-Violência e Defesa Animal. Nem todas essas temáticas são desenvolvidas com a mesma intensidade, e a maioria delas sequer estão sob foco neste momento, e é justamente por isso que as tomamos como objetivos e não como atividades do grupo. Trata-se, pois, de diretrizes amplas pelas quais o grupo trabalha diretamente ou nas quais acredita e defende. A vasta gama de objetivos do GAIA é frequentemente referida por seus membros como uma característica dificultadora do processo de concretização das metas. Tendo em vista principalmente que a atual quantidade de ativistas no grupo não consegue suportar número tão elevado de atividades, o que se tem verificado na prática. Nesse seguimento de objetivos um tanto quanto utópicos, sobretudo porque muito generalistas em relação ao contexto de atuação do GAIA, temos que:

“A crise ecológica que o planeta e a Humanidade atravessam é abordada a partir de uma crítica ao modelo social e económico que explora e prejudica o planeta, a sociedade e as gerações futuras. Paralelamente o GAIA procura promover e construir alternativas para um mundo ecologicamente sustentável e socialmente justo.”³⁰

A partir das definições do próprio grupo, não nos é posto diante dos olhos um discurso que evidencie a predominância de características de um movimento ambiental do Norte ou, nos termos de Leff (2005), de um movimento ecologista, antes pelo contrário. A superação de uma perspectiva conservacionista da

²⁹ <http://www.GAIA.org.pt/> : com atualizações a partir de Novembro de 2007.

³⁰ Folheto de Propaganda do GAIA: A Ecologia Corre-te nas Veias? Publicação de 2007.

natureza rumo a objetivos de mudança social ampla dentro de correlações econômicas, sociais e ambientais, bem como as associações críticas empreendidas pelo GAIA, no que diz respeito à denúncia das desigualdades existentes entre os países, por meio por exemplo, do debate sobre a dívida ecológica e do Comércio Justo³¹são todos aspectos que interpelam o GAIA a tomar assento conceitual junto aos movimentos ambientalistas do Sul, no sentido de Leff. Mas há outras características que o associam à lógica dos grupos com valores pós-materialistas ou dos movimentos ambientalistas do Norte, sobretudo no que diz respeito aos objetivos do grupo relacionados à qualidade de vida e à participação pública das pessoas, bem como à valorização do lúdico e criativo nas ações desse coletivo.

Outro autor inserido na problematização conceitual dos movimentos ambientalistas é Joan Martínez Alier, que define três correntes teóricas para aqueles: o culto ao silvestre; o credo da ecoeficiência e; a ecologia dos pobres. O *culto ao silvestre* é uma corrente do movimento ambientalista voltada à conservação da natureza, mas que não possui uma postura crítica aos modelos de desenvolvimento econômico. A natureza é vista como sagrada. A segunda corrente, denominada como o *credo da ecoeficiência* diz respeito sobretudo à lógica que confia à ciência e à tecnologia alternativas de controle e prevenção da crise ambiental, bem como enxerga no mercado um potencial gestor das externalidades ambientais. A natureza é assumida como recurso natural. Por último, o autor localiza o surgimento do *ecologismo dos pobres* nos movimentos contra o racismo ambiental, sobretudo nos Estados Unidos. Ecologismo dos pobres, ecologismo popular e justiça ambiental são nomes diferentes, mas que basicamente implicam as lutas por justiça social que estão irrevogavelmente associadas a dramas ambientais, ainda que nem sempre o discurso ambientalista

³¹ "O Comércio Justo é uma parceria comercial baseada no diálogo, transparência e respeito. Contribui para o desenvolvimento sustentável oferecendo melhores condições de comércio tendo em conta os direitos dos produtores e trabalhadores marginalizados, especialmente no Sul do mundo. [...] Há 4 factores que caracterizam o Comércio Justo e que marcam a diferença, chamamo-lhes os 4 pilares: o pagamento do preço justo ao produtor, o pré-financiamento da produção até 60% para que os produtores não tenham de se endividar para comprar matérias-primas, ferramentas etc., os contratos de longa duração, no mínimo de 5 anos para permitir a estabilidade do produtor e a sustentabilidade ambiental." Fonte: http://www.reviravolta.comercio-justo.org/?page_id=11 (accedida em Março de 2008).

seja pronunciado com a clareza com que surge nas duas outras correntes (Martínez Alier, 2007).

O autor apresenta inúmeros estudos de caso – em países de economia periférica ou semi-periférica – nos quais identifica majoritariamente movimentos ambientalistas que praticam a ecologia dos pobres. Entretanto, destaca a pluralidade que um grupo ambiental pode assumir e como pode se apresentar multifacetado em suas práticas, de modo a assumir as três correntes, ainda que em situações variadas. Essa ressalva é o que mais importa destacar nesse momento, afinal, é mais uma vez obrigatório reconhecer quão densa é a rede de determinantes que atuam nos diversos movimentos ambientalistas e, quão insatisfatório é o estabelecimento rígido de classificações.

Essa crítica não é direcionada às categorias analíticas construídas com o intuito de uma melhor compreensão dos movimentos sociais e que elegem como meta o desafio ambiental, antes tencionamos ressaltar a importância em motivar análises transversais e dialógicas entre a realidade dos movimentos sociais – sempre variante – e os instrumentos teóricos escolhidos. Vários conceitos são fundamentais na condução analítica da problemática ambiental, bem como no seu enfrentamento pelos grupos sociais. Temos: natureza; ambiente; ecológico; movimento ecologista; movimento ambientalista; desenvolvimento sustentável, para restringir apenas aos mais utilizados. Todavia, a recorrência não deve conduzir à imprecisão, ao uso não criterioso, estanque ou confuso dos conceitos.

Dwivedi (2001) é bastante pertinente ao enfatizar a diversidade de metas, atores e ações presentes nos movimentos do Sul, assim como nos do Norte. Todavia, o que está posto é para além disso, já que cada vez mais se aguça o questionamento sobre o traçado das fronteiras entre um dito movimento do Norte e um do Sul, que como temos visto, são cada vez mais tênues. Declarar que os movimentos do Sul não perfazem apenas lutas por sobrevivência (Dwivedi, 2001) e que os movimentos do Norte não são tão pós-materialistas assim (Martínez Alier, 2007) acrescenta importantes elementos, mas a nosso ver ainda não se constitui numa ruptura. Parece-nos que para dirimir essa questão faz-se necessário questionar a base conceitual dessa tipologia: há pertinência explicativa em classificar movimentos sociais em Norte e Sul?

Vejamos o que diz o GAIA noutro momento:

"Somos um grupo de pessoas que realizam acções de sensibilização nas temáticas ambiental e social. Estamos conscientes que neste Mundo as relações políticas e económicas são cruéis e desumanas, que o lucro conta mais que a vida saudável do nosso planeta, que vale mais que a vida de milhões de animais humanos e não humanos. [...] Queremos construir um Mundo livre, no qual todos os humanos têm os mesmos direitos, o mesmo poder de decisão, eliminando a opressão e o medo... Queremos um Mundo onde a Natureza seja entendida como algo do qual fazemos parte, algo que é necessário proteger e respeitar³²."

Essas palavras não denotam sentido restritivo entre a luta por melhores condições de vida económica e social e a luta por um ambiente natural preservado. A definição acima associa os direitos humanos aos direitos da natureza, ao invés de sobrepor-los – além de evidenciar desigualdades materiais. Desse modo, é bastante impreciso identificar o GAIA como um movimento do Norte ancorado em causas pós-materialistas (Inglehart, 2003) ou com objetivos que se restringem à preservação do meio ambiente natural (Leff, 2005); ao mesmo tempo que não pode ser considerado simples e puramente um grupo representante do ecologismo dos pobres (Martínez Alier, 2007).

Estar em maior contato com GAIA, participar de atividades e ações do grupo forçaram-me a complexificar a noção que dantes tinha sobre movimentos ambientalistas do Norte e do Sul. Ainda que esse trabalho não permita comparações, farei algumas observações baseada em entrevistas realizadas com dois grupos ambientalistas do Brasil. Primeiro é possível afirmar que há mais pontos de contato que de desencontro entre os ideais políticos daqueles com o GAIA. Mas mesmo que os ideais políticos mantenham íntima relação com as práticas, as estratégias de ação podem diferir bastante. Desse modo, enquanto GAIA, IPOEMA (Instituto de Permacultura, Organizações, Ecovilas e Meio

³² Panfleto distribuído pelo GAIA Porto. Sem data.

Ambiente) e Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente do Distrito Federal e Entorno³³ podem reconhecer como escopo maior das suas atividades a sustentabilidade ambiental e social, cada qual foca aspectos muito particulares.

O IPOEMA foi criado em 2005. Atualmente possui em torno de 20 membros e foi definido da seguinte forma por um deles:

Marcelo Fontes: O IPOEMA [...] busca trazer a filosofia, a prática da permacultura, que é uma ciência que traz a cultura permanente, mostrando principalmente na prática de que forma nós podemos utilizar os recursos naturais, ser responsáveis, começar a ser responsáveis pela nossa sobrevivência. [...] Então, traz assim uma responsabilidade para nós, dos nossos atos, no dia-a-dia, que são os atos da nossa sobrevivência, o nosso alimento, a nossa moradia, a nossa forma de usar o esgoto, a nossa forma de comprar, e a nossa forma de utilizar a água, a nossa forma de utilizar a floresta [...].

O Coletivo Jovem pelo Meio Ambiente do Distrito Federal e Entorno foi estabelecido em 2003 (primeiramente como um Conselho) e conta atualmente com cerca de 10 ativistas a integrar o grupo. O Coletivo Jovem tem uma atuação direcionada à educação ambiental de jovens, promovendo a participação juvenil em encontros e seminários relacionados à temática ambiental e tem como objetivos:

Catarina Maciel: [...] tem esse objetivo principal que seria reunir os jovens, as organizações de juventude em prol da promoção da melhoria da qualidade de vida, de também estar... tem alguns princípios né? De estar fortalecendo alguns princípios que seria: o jovem educa jovem, o jovem escolhe jovem, seria o lance mesmo de empoderamento do jovem né? Ele está buscando soluções para o seu dia-a-dia né? [...]

Analisando mais detidamente categorias dos três grupos propomos o seguinte quadro:

³³ As entrevistas foram realizadas em Dezembro de 2006, anteriormente ao período de observação participante junto ao GAIA. Além de servirem com um instrumento metodológico preparatório importante, elas somente foram possíveis em razão da existência de um contato prévio com o trabalho e com ativistas de ambos os grupos.

Quadro 1. Aspectos Comparativos: GAIA, IPOEMA e Coletivo Jovem

	GAIA	IPOEMA	Coletivo Jovem
Raio de Ação	Ambiental e social	Ambiental e social	Ambiental e social
Objetivos	Sensibilização e intervenção ambiental e social	Disseminação dos princípios da permacultura	Focaliza a formação juvenil relacionada ao ambiente (educação ambiental e organização política)
Organização Interna das atividades	Horizontal	Horizontal	Vertical (ditada pelo regimento interno)
Organização Formal	Organização Não Governamental do Ambiente	Instituto	De carácter informal (não possui inscrição como pessoa jurídica)
Ações	Variadas (vide quadro 3, p.161)	Elaboração de Projetos; Cursos de permacultura	Oficinas; Encontros Regionais e Nacionais
Ativismo	Trabalho voluntário	Trabalho Voluntário, mas os cursos são pagos	Trabalho Voluntário
Perfil dos ativistas	Jovens universitários e de origem urbana	Jovens universitários de origem urbana	Adolescentes do Secundário e jovens universitários de origem urbana
Redes com movimentos sociais	Redes nacionais e internacionais	Redes nacionais	Redes Nacionais
Relacionamento com instituições públicas, privadas e partidos políticos	Pouco com instituições públicas e privadas; nenhum com partidos políticos	Pouco com instituições públicas; acentuado interesse em manter relacionamento com empresas; esporádico com partidos políticos	Muito com instituições públicas; acentuado interesse em manter relacionamento com empresas; esporádico com partidos políticos
Percepção da sociedade	Desinteressada da temática ambiental	Desinteressada da temática ambiental	Desinteressada da temática ambiental

Esses aspectos funcionam claramente como desconstrutores de uma leitura linear delimitante do que venha a ser um movimento ambientalista do Norte ou do Sul e concorrem para demonstrar quão diversificado é o percurso de cada um daqueles grupos. Os dois grupos brasileiros, ambos com sede em Brasília,

foram escolhidos justamente pelas características de proximidade ao GAIA, qual sejam: pequena dimensão em relação ao número de membros e reduzido alcance social – este considerado quantitativamente em termos do número de pessoas contactadas nas atividades de cada organização.

Dos três grupos, o IPOEMA é aquele com melhor estrutura logística. Está centralmente focado nas questões da permacultura e tem como principal objetivo a formação de ecovilas. Para tanto, realiza formações sobre variados aspectos da permacultura obtendo daí boa parte dos recursos para sua manutenção financeira. Por sua vez, o Coletivo Jovem está num momento de profunda reestruturação: a ausência de fontes de recursos financeiros; a instabilidade gerada pela baixa frequência dos ativistas; e a incerteza das estratégias de ação a seguir, apresentam-se como os principais responsáveis pela crise que o grupo atualmente vivencia.

Podemos considerar o GAIA como um grupo em franco processo de consolidação (nesse sentido, o Núcleo Porto, fundado em 2002, é quem mais se aproxima do contexto cronológico dos grupos brasileiros). Todavia, a incerteza das fontes de recurso financeiro e a grande dispersão temática do grupo terminam, muitas vezes, por impor grandes limites à realização das suas ações. Ainda assim, o grupo é capaz de em poucos dias fazer variadas atividades, com enfoques diferenciados e em diversos lugares, como veremos mais a frente.

Ao fazer essa reflexão o objetivo é ressaltar mais uma vez quão problemáticos são os guias conceituais sobre o que venha a ser um movimento ambientalista do Norte ou do Sul. Ao adotar como referência movimentos do Sul podemos, ainda que de maneira pouco aprofundada, ter em conta a existência dos nortes dentro Sul, isso para não entrarmos na discussão da demarcação entre movimento ambientalista e movimento ecologista. Há contornos muito próprios em cada um desses grupos, há lógicas nacionais, culturais e históricas muito diferenciadas, que interferem na dinâmica de cada um deles. Nesse sentido, apesar dos referidos grupos brasileiros considerarem os aspectos sociais e ambientais inseparáveis, não estão a atuar por causas de sobrevivência propriamente ditas, ou ainda: não estão a realizar um “ecologismo dos pobres”, da mesma forma que não conseguem fugir ao fato dos ativistas pertencerem, em

sua maioria, à classe média e terem níveis elevados de educação formal. Em termos de impacto, também está claro que não têm conseguido alcançar grandes públicos ou as tão referidas bases populares. Tão pouco o GAIA realiza o ecologismo dos pobres, de forma que vários aspectos constitutivos desse grupo nos obriga a romper com polarizações classificatórias. Dada a construção identitária de um grupo com princípios e práticas que: não desvinculam o contexto ambiental do social; que perfazem uma crítica arrojada ao modelo econômico dominante; e – ainda que majoritariamente no âmbito da partilha de ideais éticos e políticos – aderem na prática³⁴ a causas do ecologismo popular, assim sendo, tal grupo não se exemplifica propriamente como um grupo de apenas causas pós-materialistas.

Mesmo tendo receio em tornar a argumentação redundante, voltamos a reiterar que o objetivo com a discussão acima é sinalizar aspectos para uma possível reflexão capaz de promover um olhar mais alargado em termos de apreensão de filosofias e práticas dos movimentos ambientalistas, problematizando, para tanto, as suas classificações mais comuns.

3.2.2. Redes

Umas das mais explícitas evidências do contexto poroso dos movimentos sociais, com destaque para os movimentos ambientalistas da atualidade, são as redes nas quais se inserem. Muitas dessas redes, sobretudo as transnacionais, incidem justamente em desobrigar a manutenção de fronteiras analíticas rigidamente erguidas. Tendo por base o referencial empírico desse trabalho é possível perceber como essas redes atuam na diversificação de objetivos do GAIA, bem como na construção da identidade dos seus ativistas.

O GAIA compõe as Plataformas: Convergir, Não ao Nuclear e Transgénico Fora. Integra ainda a CPADA, o Movimento Massa Crítica, a Coligação Unidos Contra as Touradas e o Fórum Social Português. Além dessas e outras redes nacionais (o contacto com outros movimentos sociais portugueses, por exemplo),

³⁴ Exemplo disso foi a parceria desenvolvida com o GAIA para os debates realizados em 2007 em Portugal com duas organizações brasileiras: o MAB – Movimentos dos Atingidos por Barragem – e A Rede Alerta Contra o Deserto Verde – movimento contra o plantio de eucalipto em áreas indígenas.

o GAIA promove um processo cada vez mais contínuo de internacionalização do grupo, na medida em que, por meio de intercâmbios, estágios voluntários e participação em eventos o grupo tanto recebe como envia ativistas para outros países da Europa. Tais formas de internacionalização permitem ao grupo estender e diversificar a malha de experiências e práticas sociais, que de algum modo passam a estar presentes no coletivo a partir de então. Como podemos ver a seguir, a construção dessa malha, seja a nível do contato com indivíduos, seja do contato com outros grupos, nem sempre é intencional (e é considerada pelo entrevistado quase como algo proveniente de acasos), mas os resultados disso são estrategicamente apreendidos:

Nilzélia: O GAIA é acionado ou o GAIA tem procurado fazer, como é que é?

Roberto Filho: Bem, os EVS [European Voluntary Service], por exemplo, é uma maneira de ter voluntários a tempo inteiro não é? E damos preferência a pessoas com experiências diferentes para vir cá e romper um bocado com as ideias e, buscar coisas novas. Com essa questão dos movimentos acontece um bocado espontaneamente não é, tipo o MAB [Movimento dos Atingidos por Barragem] se calhar um dia envia um e-mail, vinha para Portugal e nós soubemos e contactamos porque, o MAB nem sei especificamente como é que foi, mas, mas acho que essas coisas acontecem espontaneamente. Os intercâmbios, portanto o GAIA, o GAIA está dentro do, dentro ou, como é que se diz, está ligado a organizações que, que promovem esses intercâmbios e, ao menos os internacionais, e porque achamos interessante, passamos as ideias para fora, e também o contrário, que venham pessoas cá e tragam ideias e pronto, isso. Mas muitas vezes o que acontece é, são espontâneas, tipo alguém conhece, tipo quando foi aquele workshop de construção que veio aquele homem que está a fazer a casa ecológica em Tábua, não sei, quando houve o último, há pouco tempo, um workshop de construção ecológica. E veio um homem que, ele vem de, ele é holandês e teve nos Estados Unidos e tudo [...]. No caso dele foi alguém que conhecia e pronto, é assim. Nós dissemos fixe, ele podia fazer um workshop de construção ecológica e é espontâneo, quer dizer não há, não há assim uma estratégia definida: vamos procurar coisas estrangeiras para vir cá. Só os EVS é que é uma estratégia definida e os intercâmbios, mas os outros acho que é um bocado... acontece.

O movimento ambientalista é recorrentemente tomado como exemplo do esfacelamento entre os limites locais e globais, sobretudo se é levada em conta a mobilidade proporcionada pelas TICs nos tempos atuais. Cabe aqui lembrar Gustavo Ribeiro (2000), quando este afirma que a existência de problemas ambientais que alcançam todo o globo redundaria numa ampliação das fronteiras ecológicas, de modo a transnacionalizar o movimento ambientalista. Para Dwivedi (2001), a constituição de redes é fundamental para que os grupos com menor impacto social alcancem maior visibilidade, obtendo apoio para além do limite geográfico no qual estão inseridos. Obviamente que o GAIA partilha dessa estratégia, afinal, o grupo sabe-se pequeno e com impacto social pouco mensurável, mas não hesita em arquitetar formas de, através das redes, imprimir maior realce aos seus objetivos.

A formalização de redes, por sua vez, alarga os objetivos do grupo, visto que o contato com outros grupos e/ou movimentos enriquece suas próprias perspectivas de luta. Essa dinâmica parece ser capaz de gerar maiores espaços de diversidade dentro do GAIA, seja no que toca à reflexão, seja em relação à adoção de objetivos e práticas sociais amplas e interrelacionadas.

3.2.3. Estrutura Organizativa

Anteriormente vimos que com o passar do tempo o GAIA lançou mão não apenas da ampliação de seus objetivos, como também da ampliação da sua estrutura burocrática ou organizativa. De Associação Estudantil passou a Associação Juvenil e chegou à Organização Não Governamental do Ambiente. Esse caminho implica, por exemplo, a necessidade de uma estrutura administrativa capaz de suportar os objetivos, as demandas e os projetos do grupo. Alguns aspectos passaram a ser obrigatórios: como a criação de um estatuto e o registro do mesmo em cartório; a eleição regular de cargos funcionais dentro do grupo; a captação e gestão de fundos; a realização de uma contabilidade interna e a prestação de contas no caso do uso de recursos públicos. Para além da sede nacional em Lisboa, o surgimento dos Núcleos regionais resultou na necessidade de uma organização administrativa capaz de

possibilitar a fluidez de informação e de recursos, bem como a autonomia entre os Núcleos. Constituir uma sede própria é um problema que tem sido enfrentado por todos os Núcleos, e tem sido uma questão particularmente difícil para o Núcleo do Porto.

Uma componente frequentemente observável no grupo é a manutenção de uma organização horizontal, onde todos têm liberdade para intervir sobre qualquer assunto do grupo sem a necessidade de algum tipo de intermediação. De fato, há uma ausência verbal no que diz respeito às questões formais, como cargos e hierarquias, com exceção de tudo o que se refere à solicitação e prestação de contas de recursos financeiros, que são regularmente discutidas.

Roberto Filho: O que nós decidimos foi que, como legalmente teríamos que ter esse tipo de hierarquia, tínhamos, tinha que existir, só que na prática não existe isso de presidente ou, só existe se for preciso para assinar papel, as coisas que tenho que assinar eu assino. Só que a idéia é: não existe qualquer tipo de liderança formal.

Outra ativista a comentar sobre a existência de lideranças formais:

Fernanda Andrade: Todas as associações têm que ter eleições de x em x tempo e não somos nós que escolhemos né? É uma coisa da lei e isso também acontece no GAIA. Agora o que acontece é que, pronto, esses cargos são uma coisa só formal, porque no fundo, eu, por exemplo, já fui um ano vice-presidente de não sei de que, que nem sequer me lembro, não sei se era no conselho fiscal ou não sei o que, assim uma coisa qualquer e pronto. Quer dizer, aquilo não significava nada, era só o nome lá, a assinatura lá no livro não é, porque não era nada assim muito importante. Mas, sim, há eleições e as pessoas são escolhidas, agora eu nem sequer sei quem é que são o presidente disto e daquilo. Lá está, porque isso tudo depois em termos práticos não tem, não faz diferença nenhuma não é? Nós já sabemos quem é que trabalha e, por isso tanto faz que seja presidente ou que não seja.

Contrariamente à posição amplamente desfavorável ao estabelecimento de lideranças formais, elas findam por serem necessárias, sobretudo em termos de trâmites burocráticos, envolvendo ou não recursos financeiros. Apesar de até

agora esses procedimentos estarem bastante centralizados na sede nacional, os Núcleos não deixam de ter cada vez maiores responsabilidades frente à angariação de fundos, à preparação de relatórios e ao acompanhamento de estagiários e de voluntários.

3.2.4. Ativistas

A força motriz do GAIA é o trabalho voluntário dos ativistas. Estes são definidos como aqueles membros que possuem uma atuação mais direta e presencial no GAIA, por meio da participação nas atividades do grupo. Essa diferenciação fica bastante explícita nas listas de discussões que o GAIA mantém na Internet. Há as listas voltadas ao público em geral como a 'GAIA Eventos', onde atualmente estão inscritas 1250 pessoas; a 'GAIA Geral' com 705 inscritos e a 'GAIA Geral Porto' com 173 pessoas inscritas. Entre as listas que podemos chamar de restritas há a 'GAIA Activistas' contando atualmente com 25 membros³⁵. Muitas vezes o número de ativistas na Internet extrapola a realidade do número de pessoas realmente ativas no grupo. Contudo, esses números não são estáticos, visto que há algum fluxo de entrada e saída de novos membros ou do retorno de antigos ativistas, que por algum motivo deixaram de atuar mais diretamente no grupo – entretanto, nesse último caso, a volta ao grupo pode ser apenas para uma atividade pontual. A Internet é um dos instrumentos estratégicos mais utilizados pelo grupo na organização e divulgação das atividades. As listas gerais funcionam como elo entre o grupo e a sociedade, enquanto as listas restritas dizem respeito ao trânsito de informações que colaborem na organização e realização de ações e atividades.

O uso das novas tecnologias, sobretudo a Internet, é visto criticamente por muitos ativistas do GAIA. Aqui o entrevistado ressalta os aspectos positivos e negativos do uso da rede mundial de computadores no grupo:

Roberto Filho: [...] e tem a página na Internet que muita gente lê todos os dias, centenas de pessoas às vezes; às vezes ligo-me e tão centenas de pessoas ligadas. Já liguei e

³⁵ O número de inscritos nas listas foi verificado em Outubro de 2007.

estavam 250 pessoas ligadas na altura que eu estava ligado, é muitas pessoas, portanto, tem um raio de acção muito elevado, mais do que uma acção, se calhar na rua. [...]. Mas o lado negativo é muito negativo eu acho também, porque num dia desses as acções tornam-se estereis, porque nós não entramos em grupos, discutimos tudo pela Internet e não estamos em grupo a discutir as coisas, a criá-las e torna-se, às vezes parecem que sabe da acção, mas ninguém sabe o que cada um pensa e, fizemos a acção e saímos dali e acabou, e não sei, acho que fica um bocado vazio.

Há ainda outro grupo de pessoas que apesar de não ser propriamente ativista, colabora diretamente com a ONGA: são os sócios ou amigos do GAIA, como querem alguns ativistas. São as pessoas que estão inscritas junto ao GAIA com a finalidade de pagar anualmente uma quantia ao grupo. O valor dito normal é de 25 euros, enquanto estudantes ou desempregados pagam uma anuidade de 15 euros. Há por volta de 500 sócios, todavia, o número de pessoas que têm as cotas em dia é muito menor. Nesse sentido, a questão do financiamento externo dos custos do grupo é algo que adquire algum relevo, já que é preciso alguma dinâmica administrativa para acionar os fundos por meio de programas e projetos:

Roberto Filho: O financiamento vem do Instituto do Ambiente, vem do, do IPJ [Instituto Português da Juventude], vem dos sócios, só que muito pouco, vem também da União Europeia, dos Programas como o Serviço de Voluntariado Europeu ou os intercâmbios. Estes três são os principais. No Instituto do Ambiente temos que fazer um... apresentar projectos todos os anos e o IPJ também.

Para sinalizar alguns aspectos importantes da condução do trabalho e tendo em vista que o maior e mais estreito contato no processo de investigação se deu com o trabalho realizado pelo Núcleo do Porto, alerta para as limitações em extrapolar algumas colocações para o GAIA enquanto organização nacional. Nesse sentido, seguirei nas próximas páginas a tratar especialmente do GAIA Porto e a indicar quando se tratar de uma abordagem aos demais Núcleos ou ao grupo na sua totalidade.

3.3. GAIA Porto: um capítulo à parte

O Núcleo do GAIA no Porto surge a partir de uma configuração importante. Os primeiros ativistas do Núcleo do Porto e, por assim dizer os seus fundadores, atuavam numa Associação de defesa dos direitos dos animais e já mantinham um relacionamento de amizade. Descontentes com o ativismo que estavam a praticar, esses jovens lançaram mão das experiências que possuíam, bem como das redes sociais daí provenientes e, associado a isso, fundamentaram o grupo com base no relacionamento interpessoal, algo que continua a ser um aspecto marcante do Núcleo.

Nilzélia: Como é que foi assim o processo, daí você conta mesmo daquele surgimento, como é que surge o GAIA?

Regina Sousa: E, entretanto, na Internet tinha visto qualquer coisa que o GAIA estava a organizar em Lisboa, pronto, achei piada... O que era? Fui ver, fui à página, gostei da forma como tratavam a ecologia, né? Aquela coisa de não ser só uma coisa muito conservação da natureza mas mais interligada com o social, la la la... (porque como a mim também me interessavam) aquelas questões mais políticas, não é? E, pronto! E depois, lembro-me de ter mandado um e-mail que perguntava: "Mas vocês também tão aqui no Porto?" e foi o Marcos Azevedo na altura que me respondeu, lembro-me perfeitamente: "Ah, não! Mas podemos estar!" [...]. E depois, na altura falei com o Filipe Galvão, que eu conheci porque andávamos nessas andanças do vegetarianismo, da ANIMAL e blá, blá, blá... E ele também já tinha ouvido falar do GAIA... [...] e depois fomos reunindo, fomos crescendo, fomos também (lidando) mais com o GAIA Nacional, conhecendo mais gente, indo a reuniões... (Pronto), e... foi assim que (se iniciou) o GAIA.

Foi em 2002 que se deu esse encontro, no qual jovens à procura de um ambientalismo de viés mais social que preservacionista, mediados pela Internet, se depararam com o grupo que viria a assumir um papel preponderante na vida de muitos deles. Ainda que haja algum fluxo de entrada e saída de membros no Núcleo Porto, o envolvimento dos primeiros ativistas tem sido relativamente constante nestes quatro anos de existência do mesmo. E isso se dá, muito

provavelmente em razão da autonomia de intervenção que o Núcleo adquiriu desde o começo e que tem vindo a manter por meio de uma dinâmica considerada por seus ativistas como algo peculiar:

Nilzélia: E nessa altura, teve um apoio direto do Marcos Azevedo, do pessoal de Lisboa ou vocês foram tendo uma dinâmica muito própria do Porto?

Regina Sousa: Sim. Fomos muito autónomos, desde o início. Aliás, no início nem sequer havia essa obrigação que há agora que até às vezes é mais chata, mais burocrática, não é? [...]. No início não havia.

É recorrente entre os ativistas a noção de que a autonomia poderia ser ainda maior, se houvesse uma sede onde o grupo pudesse se estabelecer com maior conforto e gerir melhor suas atividades. A dificuldade em conciliar um espaço que tenha boas condições e uma renda acessível tem se constituído numa das grandes preocupações do Núcleo do Porto nos últimos tempos. Desse modo, as reuniões, bem como a preparação de atividades costumam acontecer em parques como o Palácio do Cristal, em restaurantes vegetarianos como o 555, o Peixinho da Horta, O Oriente no Porto ou em espaços culturais cedidos como a Casa Viva ou ainda na residência de algum ativista do grupo.

De forma bastante descontraída são nesses espaços que ocorrem o planeamento da maioria das atividades do Núcleo do Porto.

Nilzélia: E como que é o planeamento e a realização das acções?

Regina Sousa: Há duas escalas diferentes: uma é nacional e outra é local. Nos encontros nacionais, tenta-se sempre fazer um planeamento assim de campanhas, quais é que vão ser as campanhas deste ano [...]. Mas depois é sempre difícil. E a nível local acabam sempre por haver muitas actividades que surgem, percebes? E o planeamento acaba muito por ser nas reuniões – e, como sabes, nós temos assim uma dinâmica de reuniões muito frequentes: uma vez por semana, às vezes até duas – e aí é que surgem as actividades e é que surge o planeamento.

E na opinião de outro ativista:

Nilzélia: Ah, Como que se dá o planeamento e a realização das ações no GAIA?

Roberto Filho: Normalmente são decididas em reuniões, a maioria delas, portanto, ou alguém pensa num tema, ou nós somos contactados para um certo assunto, ou nós próprios, algum de nós tem uma ideia e lança essa ideia, ou é temas que já foram tratados em anos anteriores [...]. O planeamento é na reunião [...] as pessoas trazem ideias e depois cada um fica um bocado com uma parte [...] que todos querem tratar e depois trabalha-se. Que mais? Usamos muito a Internet também, como veículo de mostrar o trabalho que temos feito e o que vai acontecendo ao longo do tempo.

3.3.1. Atividades

Entre compromissos sociais e ambientais bastante imiscuídos, as atividades do GAIA estão relacionadas tanto às campanhas que o grupo elege como prioritárias, como a situações contingentes nas quais o grupo julgue ser necessária sua atuação. Os diversos Núcleos possuem dinâmica própria, todavia, como já foi dito, algumas atividades são executadas a nível de integração nacional, isto é, os Núcleos, reunidos nacionalmente elegem uma ou mais temáticas a serem abordadas por todos, então, cada Núcleo dá seguimento ao projeto de intervenção a partir da realidade local. Para o segundo semestre de 2007 elegeram, por exemplo, o debate sobre os transgênicos como a questão central a ser trabalhada em todos os Núcleos do GAIA nos meses seguintes. Caberia a cada Núcleo fazer a gestão entre a temática nacional e as suas próprias temáticas locais.

O GAIA Porto realiza uma série de atividades que poderiam ser classificadas como rotineiras, isto é, acontecem com regularidade e representam pontos basilares para as demais atividades promovidas pelo Núcleo. Em primeiro lugar, há as reuniões semanais, que raramente deixam de acontecer. Apesar de nessas reuniões estarem quase sempre as mesmas pessoas, especificamente os ativistas, a divulgação da reunião é feita de maneira não restrita nas listas gerais do grupo na Internet, com o intuito de atrair interessados em participar do grupo.

A segunda atividade que considero rotineira, e esta possui uma frequência diária, é a divulgação de informações, eventos e opiniões nas listas de discussão do grupo. O fluxo diário de e-mails em todas as listas do GAIA é bastante elevado. Há variâncias: de segunda a sexta é mais intenso, e também quando está a ocorrer a preparação de alguma atividade. Entretanto, mesmo nos períodos de férias, bem como nos finais de semana, é improvável que algum e-mail não seja enviado. E para um ativista que esteja em listas de outros grupos o fluxo de e-mails pode se tornar sobrecarregado:

Nilzélia: Em quantas listas você está inscrito?

Roberto Filho: Não consigo contar, mas no GAIA estou em todas não é? E existem muitas. [...] Existe a GAIA Geral Porto, GAIA Eventos, GAIA Geral, a GAIA Ativistas, a GAIA Ativistas Porto e existe GAIA ativistas Lisboa, essa não estou. Ah, e não estou no Ecotopia também.

Nilzélia: GAIA Coimbra.

Roberto Filho: GAIA Coimbra também não estou. Pois, penso que estou em todas, mas depois não lembrava que são tantas. Havia antes a GAIA informática que estávamos, está parada. E existia GAIA Eco-consumidor, também desapareceu. Existe depois a paz e não-violência, existe o de proteção animal e existe das hortas. E depois estou em muitas outras listas que não são do GAIA, mas são de outros movimentos, do Musas, por exemplo, que nós tivemos sede no Musas³⁶ não é?

Nilzélia: Hum hum. Movimentos Internacionais também?

Roberto Filho: Ah, eu antes estava, mas agora não, não estou em nenhum. Eu saí de montes de listas, [...] Depois existem outras que são Plataformas que o GAIA faz como a Convergir, a Assembleia Libertária, que agora não existe.

Nilzélia: Ah, quantos e-mails você costuma receber por dia dessas listas todas?

Roberto Filho: Do GAIA...

³⁶ Musas é um Espaço Cultural na cidade do Porto.

Nilzélia: Do GAIA e, e de tudo.

Roberto Filho: Ah, de tudo pra aí 50, 60.

Nilzélia: Fogo! Consegue ler isso tudo?

Roberto Filho: Não. Ignoro-as, se tiver tempo leio tudo [...]. Nem é só tempo, às vezes não tenho pachorra não é? Mas se não tiver assim o que fazer e não sei mesmo o que faço, leio tudo, mas para ignorar é GAIA Geral e GAIA Geral Porto, que são notícias e já, então essas ignoro, depois ignoro aquelas que não estou, aquelas listas que não estou a participar, naquele momento não estou a participar ou que não estou activo e depois dou prioridade à GAIA activistas Porto, é a que dou maior prioridade e a segunda prioridade é a GAIA activistas, nacional.

Ainda como atividade frequente associada à divulgação de informações sobre atividades do próprio grupo ou de outros e de notícias relacionadas às temáticas ambientais (mas não somente) há a atualização da página eletrônica do GAIA na Internet.

Em termos de ações de rua que ocorrem com maior regularidade há a 'bicicletada', que apesar de pertencer oficialmente ao movimento Massa Crítica – voltado à sensibilização social para o uso da bicicleta como veículo de transporte ecologicamente sustentável – encontrou no GAIA, sobretudo nos seus primeiros tempos, um dos principais dinamizadores da atividade no Porto. Atualmente, o GAIA atua não apenas como um divulgador, mas como um participante assíduo, já que vários membros do GAIA participam da bicicletada tanto no Porto como em Lisboa. A bicicletada ocorre na última sexta-feira de cada mês e tem um percurso definido. De bicicletas, as pessoas partem para um passeio pelas ruas da cidade com o objetivo de chamar a atenção, sobretudo, dos condutores para a importância pessoal e social do uso da bicicleta no dia-a-dia. Muitas vezes são distribuídos panfletos e outros materiais informativos durante a ação. Alguns ativistas também divulgam mensagens na própria bicicleta por meio de cartazes ou faixas.

Nilzélia: [...] as atividades que para você tiveram melhor impacto social. Por quê?

Roberto Filho: [...] a bicicletada também tem bastante impacto, apesar de não ser, foi o GAIA que dinamizou, mas ela existe por si agora, o movimento, e tem bastante impacto porque as pessoas conhecem. Tu falas com as pessoas: " – Bicicletada? Já ouvi falar!" E, portanto, tem impacto. [...] Agora tu não sabes até que ponto a bicicletada influenciou. [...] Agora, por acaso, agora há mais pessoas a andar de bicicleta. E até que ponto isso é a bicicletada ou é as pessoas a se preocuparem mais com o ambiente ou é...? Nunca sabe, é muito difícil saber esse tipo de avaliação.

Essas atividades regulares ou rotineiras fornecem a coesão necessária para a manutenção do próprio grupo. É a lógica do ciclo – apesar de processual e variante – que proporciona aos ativistas experientes e também aos novatos, a sensação de pertencimento ao grupo. É nesse percorrer do 'mesmo' sempre modificado que as identidades coletivas e individuais ganham vulto, se complexificam e se complementam.

3.3.2. Estratégias

Nilzélia: E... quais são as estratégias e as, e as atividades mais recorrentes?

Fernanda Andrade: Actividades é o picnic, o dia sem compras, o Natal sem compras, isso tudo está mais inserido na Campanha do Eco-Consumidor. E mais recorrentes é esta participação do GAIA em muitas Plataformas, como a Plataforma Transgénicos Fora do Prato que agora se chama Plataforma Transgénicos Fora e mais como a Convergir que é uma, um conjunto de Associações que solidariza o ambiente na área metropolitana do Porto e pronto. Nós costumamos marcar presença nesse tipo de parceria, nem que seja só uma pessoa do GAIA a representar né? Porque também não dá para muito mais, porque nós somos poucos.

Na opinião de outro entrevistado:

Roberto Filho: Ah, atividades mais recorrentes é, pois: o picnic é uma delas; e o dia sem compras é daquelas que acontece sempre; semana sem TV também já aconteceu, enfim. Reflorestação é recente. As que acontecem mais é isso: o picnic, o econatal e dia sem compras. O dia sem compras é sempre o mais conhecido [...] as recorrentes acho que são essas sim, que estou a lembrar.

Em relação às estratégias:

Nilzélia: E quais são as estratégias e atividades mais recorrentes?

Roberto Filho: [...] Há várias estratégias, mas também depende, às vezes usamos cartazes, usamos flyers ou outras simplesmente acontecem com pouca divulgação, são as mais esporádicas, tipo a Semana Sem TV, apesar de estar na Internet é uma coisa que pode acontecer esporádica e não precisa ter divulgação.

Definição do grupo, objetivos, estratégias são aspectos que tanto podem ser revelados diretamente pelos ativistas (se questionados explicitamente sobre o assunto), como podem vir associados a outras questões. Desse modo, para explicitar as estratégias de ação do GAIA é importante observar que no percurso da entrevista, quando convidados a abordar outros grupos ambientalistas, alguns ativistas fizeram dessa questão um espaço para definir o próprio grupo, todavia, em contraposição a outros. Dessa maneira, inseriram o GAIA num contexto maior dos movimentos ambientalistas e, a partir da comparação, traçaram as características que julgam ser o diferencial do GAIA em termos de estratégias.

Nilzélia: E o relacionamento com outros movimentos ambientais? Como é que é?

Roberto Filho: [...] nós nos relacionamos bem, as associações que existem aqui que nós nos relacionamos bem é a Campo Aberto, a qual já fizemos acções ou coisas em conjunto e o Terra Viva. O Terra Viva é a mais próxima do que nós pensamos, também é da ecologia social e se calhar são um pouco mais agressivos na mensagem, são assim mesmo anarquistas, são assim mais, como é que se diz, mais agressivos mesmo, mais punk, sei lá. Mas a nível dos ideais somos muito parecidos.

Nilzélia: Hum hum. As estratégias são que diferem.

Roberto Filho: Sim, as estratégias são diferentes. Mesmo a maneira de comunicar, a maneira de, nós somos mais pacíficos, mais tolerantes, eles são mais agressivos, mais: – é assim, é assim! São mais assim.

Noutra entrevista, a ativista retoma aspectos definidores do grupo no que diz respeito às estratégias utilizadas por outros grupos:

Nilzélia: E como é que é a sua avaliação em relação aos movimentos ambientais em Portugal?

Fernanda Andrade: Eu acho, se calhar são todos muito parecidos e o GAIA é diferente porque tem uma abordagem diferente da maioria, enquanto que o normal é o representante da Quercus lá está ali no telejornal a dizer que acha mal que se faça isso assim, assim por causa do ecossistema e não sei que, mas depois não saem daquilo, nenhuma acção concreta, nenhum, pronto, parece que ficam só muito pela crítica e não fazem mais nada e nós não. Sempre lá vamos fazendo alguma coisa. E na Quercus as pessoas estão lá profissionais a ganhar dinheiro e nós nem ganhamos nenhum.

No mesmo sentido, outro ativista:

Nilzélia: Como é que você avalia os movimentos ambientais aqui em Portugal ou os grupos ambientais aqui em Portugal?

Roberto Filho: Eu acho que é muito, são muito burocráticos, a maioria deles e, às vezes, acho que é muito conservador aqui em Portugal. Há pouca acção, tipo a bicicletada ou acções de rua, isso não fazem, se calhar o GAIA faz ou Terra Viva, mas, a maioria delas são muito, fazer comunicados de imprensa e falar na televisão sobre isto ou aquilo, como a Quercus que é assim a mais conhecida e, depois tem muito conhecimento técnico também e trabalham nas florestas e não sei o que, isso também é importante não é? Mas assim de confrontação a nível de confrontar na rua isso é muito pouco, são mais conservadores também.

Como vimos anteriormente, o GAIA apresenta-se como um grupo que busca integrar problemáticas, de modo a alargar o conceito de ambiente. Desse modo, apesar de perdurarem características tradicionalmente identificadoras de um grupo ambientalista, tais como a defesa da prática do vegetarianismo, dos direitos dos animais e a luta contra os diversos tipos de poluição, muitos dos objetivos do grupo possuem matizes bastante abrangentes. Assim, o GAIA não é um grupo ambiental nos moldes tradicionais dos movimentos ecológicos, ou seja, não está fundamentado em práticas de conservação da natureza, antes enxerga o ambiente numa perspectiva onde o social é parte obrigatória. A abrangência de perspectivas em lidar com o ambiente é perceptível ao nível das ações realizadas pelo grupo. Não é apenas no discurso que os ativistas do GAIA direcionam um olhar interligado às esferas da vida. Suas ações demonstram esse pensamento ao relacionar aspectos ambientais, sociais, culturais e econômicos na busca de uma sustentabilidade ampliada.

Na busca da consecução desses objetivos, o grupo apresenta diferentes estratégias como: a elevada utilização da Internet, tanto para o planejamento, como para a divulgação das atividades do grupo; a divulgação das atividades por meio de cartazes e panfletos; a realização de contatos com outros grupos; e a utilização de um discurso de sensibilização mais que de protesto. Contudo, seja na utilização desses ou de qualquer outro discurso, a mensagem ainda encontra muitas dificuldades em se dissolver entre o grande público, sobretudo em razão do ativismo ambiental ainda chegar de forma muito tímida na sociedade portuguesa. Porém, o que se destaca mais facilmente é a propagação de um discurso midiático apolítico, pouco mais do que sugestivo de mudanças no comportamento individual – especialmente em tempos onde recai sobre o aquecimento global uma panóplia confusa e quase infindável de causas e consequências das mais variadas questões ambientais.

3.3.3. Descrição das Atividades: algumas notas de campo

A seguir, apresentarei trechos de algumas das minhas notas de campo correspondentes às atividades decorridas entre Abril e Maio de 2007, período em que estive a realizar a observação participante junto ao GAIA de forma contínua. Resgato aqui apenas os meus comentários às ações. Todavia, para cada uma das atividades que acompanhei durante o referido período, elaborei um histórico dos e-mails trocados na lista 'Activistas Porto' referentes à organização e à avaliação daquelas, como relatórios, atas e/ou comentários tecidos após a realização das ações. Obviamente que estas informações foram e são muito importantes para uma melhor apreensão do grupo, todavia, por questões éticas não serão aqui disponibilizadas.

A primeira atividade a ser apresentada é a Semana Sem TV, divulgada na página eletrônica do GAIA:

“Em Portugal vemos, em média, cerca de quatro horas diárias de televisão. Somos dos maiores consumidores do mundo. Em 95,6% dos lares nacionais existe pelo menos um aparelho, e 70,6% deles possui dois televisores, a maior percentagem de entre os países membros analisados pelo Observatório Europeu do Audiovisual, entidade que fornece estes dados. [...] Esta campanha internacional (www.tvturnoff.org), promovida pela AdBusters desde 1999, e em Portugal pelo GAIA a partir de 2005, propõe uma semana de pausa e reflexão sobre/sem televisão. Dia 23 de Abril as 18h00 o grupo Artactiv@ e o GAIA estão a organizar uma performance de rua sobre este mesmo tema que terá início na Praça da Batalha, Porto.



Imagem 1. Semana Sem TV

Fonte: <http://www.GAIA.org.pt/node?page=3>

Nota de campo redigida em 24.04.2007:

Durante o decorrer da ação – que teve início na Praça da Batalha e fim na Rua Santa Catarina – a sensação que tive é de que a mesma não tinha sido muito planejada, todavia, ao pesquisar nos e-mails hoje, percebo que falou-se dessa ação desde o ano passado, inclusive que também o mês já estava definido desde o ano passado e que não houve sequer mudança na data, então, o que se passou?

Os últimos e-mails do Roberto, Filipe e Regina (posteriormente à ação) sinalizam com uma resposta à pergunta acima e vários elementos são trazidos para o jogo, como a questão do mal planeamento; o uso de estratégias alternativas de intervenção e a negação de ideologias muito estruturadas; a questão das redes (e da inter-relação ou não) com outros grupos; a questão da hierarquia dentro do grupo e o possível impacto disso na construção pública da imagem do grupo. Esses elementos dão-me um rascunho do que é o GAIA, mas é preciso preencher esse desenho!

A ação em si contou com 13 pessoas (10 fizeram a performance e 3, além de mim, estavam a fazer fotografias e filmes (e havia ainda outra moça a acompanhar a ação, por ser amiga de uma das participantes). Ao final, juntou-se ao grupo um ativista recente do GAIA. Representantes do GAIA na ação eram Ângela, Amanda, Clara, Margarida e Roberto. Havia ainda dois estudantes do Programa *Erasmus* (Elisabete e Tito, ambos da Finlândia) e que estão a acompanhar as atividades do GAIA já há algum tempo. Já tinha encontrado a Elisabete noutra ação, a do Símbolo da Paz. O Tito disse-me que está a

trabalhar na reformulação do site do GAIA juntamente com o Marcos, mas esta já é a sua última semana em Portugal.

Colocou-se as 8 caixas de papelão em formato de TV em frente aos bancos da Praça da Batalha, então, uma pessoa foi para a frente de cada uma das TVs como se estivesse assistindo algum programa de forma muito atenta. Havia duas ou três pessoas com controle remoto na mão. As pessoas que estavam sentadas nos bancos riam-se, perguntavam ou ignoravam. Muitas outras que passavam pela praça também ficaram curiosas. A interação dos ativistas com as pessoas não foi grande, pois poucas eram as pessoas que perguntavam diretamente o que era aquilo e, por sua vez, os ativistas não abordavam as pessoas para falar sobre a ação. Exceto os finlandeses que fingiam ser repórteres (ele com uma câmera de papelão e ela com um suposto microfone), todavia, acabaram por entrevistar os próprios ativistas, e o fizeram em inglês, já que falam pouco o português.

Após uns dez minutos na praça, colocaram as caixas na cabeça e saíram rumo à Rua Santa Catarina, marchando ao ritmo de 'um – dois', 'um – dois', que a Ângela estava a ditar no começo da fila. Esse foi o momento de maior interação, todavia, de pouca explicação. As pessoas olhavam, faziam comentários, riam, tiravam fotos e poucas perguntavam do que se tratava. A ausência de panfletos foi algo que debilitou por demais o impacto da ação, até porque, a distribuição dos mesmos estava incluída como parte da ação.

No fim da marcha as pessoas com as caixas fingiram estar sem rumo e chocaram-se umas com as outras e caíram sobrepostas no meio da rua. Assim permaneceram alguns instantes. E pronto, estava finalizada a ação. Dispuseram as caixas umas sobre as outras e improvisaram dois pequenos cartazes em folhas de papel a dizer: *Semana Sem TV 23-29 de Abril* e *A Week Without TV* e mais o site da AdBusters.

Ficaram todos a conversar próximos às caixas e não muito tempo depois o grupo já havia se dispersado. A Elisabete e o Tito convidaram-nos para irmos jantar em sua casa, que fica mesmo em frente à praça D. João. Foram o Roberto, o Murilo, a Margarida e eu. Posteriormente vieram ter conosco a Clara e o Bernardo. A Elisabete, juntamente com o Roberto e com a Margarida, preparou uma massa com um molho com verduras variadas e mais uma salada com alface, tomates maduros e secos, azeitonas e pepino. Para beber: água. E no final o Tito ofereceu-nos um docinho finlandês (se não me engano). Jantamos na sala, numa mesa redonda ao som de bandas que não conheço, mas muito boas afinal.

Da janela da sala do apartamento, onde também moram pelo menos outros três estudantes, é possível ver um grande terreno abandonado, cercado por outros prédios, parece mesmo esquecido. Essa vista motivou conversas a respeito das muitas áreas precárias na cidade do Porto, bem como dos problemas ambientais da cidade. Perdi um bocado das conversas durante o jantar, pois falou-se majoritariamente em inglês fluente.

Após o jantar estive a lavar os pratos juntamente com o Tito. Ele falou sobre a reformulação da página do GAIA e que espera que em breve ela esteja no ar. Perguntou-me o porquê do meu interesse pelo GAIA, perguntou se haviam muitos e como eram os movimentos ambientais no Brasil, se havia educação ambiental nas escolas e ao final desejou-me sorte em tudo. Antes, também estive a conversar com a Elisabete, também sobre o meu mestrado. Ela acha a Sociologia muito teórica e perguntou-me sobre ser assistente social, se era muito difícil.

Após o jantar estivemos a ver algumas das fotos e vídeos da ação. A Elisabete esteve a tricotar um gorro. O clima era ameno, com alguns comentários engraçados acerca deles próprios. Apenas duas pessoas estavam a fumar.

Saí de lá pouco depois da 22hs com o Murilo que me mostrou de onde parte a bicicletada (Praça dos Leões).

Algo discutido na lista após essa ação foi o alcance que a mesma obteve, já que parte do planejado – a entrega de panfletos – não ocorreu. Alguns ativistas ficaram irritados com o fato de não ter ocorrido uma verificação prévia das tarefas, o que sanaria, por exemplo, a questão da distribuição do material informativo sobre a ação, que, apesar de já estar preparado, não foi reproduzido a tempo. Outros ficaram muito satisfeitos com a atividade e ressaltaram que novas formas de intervenção social, mais artísticas e menos diretivas são importantes e ajudam a ampliar o leque de estratégias das ações. Nesse sentido, não admira que as críticas à ação adviessem, em sua maioria, de ativistas que não participaram da mesma. Entretanto, para os que lá estavam, parece-me que a sensação de lacuna na transmissão da mensagem foi em muito reduzida pela adrenalina e pela satisfação de estarem expostos e em contato direto com o público de uma maneira tão peculiar como é o caso de uma encenação teatral.

As componentes performativas e lúdicas são aqui utilizadas para referendarem variados aspectos. Não somente para buscarem os olhares da sociedade e da mídia, como para darem vazão à identidade coletiva,

permeada por noções como criatividade e inovação. A performatividade dessa ação inscreve, ao mesmo tempo, a reivindicação dos olhares externos a uma temática relevante ao grupo, assim como a confirmação de novas estratégias de atuação, de novos moldes ativistas, num duplo movimento, onde o ativismo tanto é objeto de apresentação pública, como de construção privada do grupo.

A segunda atividade aqui relatada diz respeito a uma Caravana que partiu do Brasil com destino à Península Ibérica com o intuito de chamar atenção para o problema do plantio de eucalipto em áreas indígenas no Brasil. A atividade foi divulgada na página do GAIA e em panfletos da seguinte forma:

"A Rede Alerta Contra o Deserto Verde continua a resistir à expansão das plantações de eucalipto que expulsaram comunidades tradicionais e provocaram um desastre ambiental no Brasil. Governos, Instituições Financeiras Internacionais (IFIs), acordos internacionais e empresas multinacionais influenciam, através de interesses económicos tendenciosos, a expansão da monocultura de eucalipto que intitulam de 'progresso'; no entanto, as pessoas afectadas chamam-lhe o Deserto Verde.

Comparece para debates positivos, documentários sobre justiça ambiental, acções de resistência e alteração climática, e uma exposição, durante esta empolgante caravana multimédia, que reúne cinco activistas brasileiros envolvidos nas lutas locais de resistência à expansão do eucalipto, com interesse em criar ligações com movimentos em Portugal e Espanha, de 28 de Abril a 17 de Maio de 2007."

Fonte: <http://www.GAIA.org.pt/node?page=3>

Nota redigida em 03.05.2007

O ambiente da apresentação da Caravana foi mais descontraído que em Coimbra, onde a Rede Alerta havia feito no dia anterior uma apresentação também organizada pelo GAIA, no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. O espaço no Porto – uma sala na Casa Viva – era bastante amplo de modo que se pôde colar na parede fotos sobre as comunidades indígenas, quilombolas e suas respectivas ações. Antes da projeção dos filmes as pessoas ficaram a circular pela sala: olhando as fotos e conversando entre si. Não havia local para todas as pessoas sentarem, assim, durante a exibição do filme e durante o debate a maioria ficou sentada no chão.

Projetou-se o filme *Rompendo o Silêncio* que é sobre uma ação ocorrida em 2006 no estado do Rio Grande do Sul no Brasil, onde mulheres da Liga Campesina destruíram um viveiro de mudas de eucalipto da empresa Aracruz Celulose. Em seguida foi mostrado o filme *Luta Quilombola do Sapê do Norte (Espírito Santo)*, que trata da retomada de antigas terras quilombolas, hoje em propriedade da Aracruz Celulose.

Além de todas as pessoas da Caravana comporem a Rede Alerta Contra o Deserto Verde, estas também participam de outros movimentos ou organizações: duas representantes da Organização Não Governamental FASE; uma representante do MST; uma representante da Associação Brasileira de Geógrafos e um representante do movimento indígena. Resta dizer que essas viagens serão custeadas pela *Carbon Trade Watch*.

O debate começou com um tom bastante incisivo sobre as atividades da Aracruz Celulose, que segundo os palestrantes, detém 30% do comércio mundial de celulose. Falou-se da colaboração dessa empresa com partidos políticos e o apoio do governo Lula à implementação do aumento da plantação de eucaliptos para fins comerciais no Brasil.

Falou-se sobre a questão do plantio de eucaliptos em Portugal e das brechas na lei que o permitem.

Um ativista da Associação Campo Aberto levantou uma questão que acabou por ficar sem resposta: que marcas de papel comprar? Como saber que aquele papel não advém de empresas que devastam o ambiente e culturas?

Ao todo estavam seis ativistas do GAIA presentes. Tive que sair antes do término do debate, do contrário ficaria sem condução para casa.

Essa atividade exemplifica as redes internacionais que o GAIA tem vindo a construir. O plantio desenfreado de eucalipto é uma questão problemática tanto no Brasil como em Portugal, o que torna a parceria entre grupos de ambos os países totalmente justificável. Ao GAIA coube o papel de facilitador do contato do grupo brasileiro com o público português, marcadamente, o público já familiarizado com as ações do GAIA. Certamente que estas ocasiões não propiciaram um estabelecimento estreito de laços ou de experiências entre os dois grupos, todavia, o fato de ter existido alguma troca entre eles indica a possibilidade de construção de metas cada vez mais integradas entre os diversos ambientalismos.

Retomando a discussão travada anteriormente sobre a pertinência do limite conceitual entre movimentos ambientalistas do Norte e do Sul, esta ação interpõe-se como uma clara desconstrução dos modelos classificatórios rígidos entre um e outro movimento. O que ocorreu não foi apenas um intercâmbio de idéias, ou um apoio à causa do grupo brasileiro. Apesar do encontro entre o GAIA e a Rede Alerta não ter sido suficientemente maximizado em termos de formalização e aprofundamento de redes mútuas, ele denuncia a inteligibilidade filosófica e discursiva entre ambos. Nesse sentido, o encontro entre os dois grupos somente foi possível em razão dessa dinâmica ativista que, apesar de ser respectivamente diferenciada, funcionou em uníssono nesse dado momento histórico. A aproximação ideológica permitiu a concretização de uma ação prática e, dessa maneira, mais que as diferenças, saltam aos olhos as semelhanças entre esses grupos.

A terceira ação refere-se a uma atividade de reflorestação realizada na Serra da Aboboreira, área localizada próxima de Guimarães e atingida por incêndios nos anos anteriores.

Nota redigida em 23.04.2007

Cheguei ontem do Concelho de Marco de Canaveses, mas o sítio em que acampamos tem outro nome, que infelizmente não me recordo e esqueci de anotar, mas perguntarei ao Carlos depois.

Um grupo partiu da estação de São Bento na sexta (20.04.07) às 17.40, trocamos de comboio em Caíde e daí fomos até Marco de Canaveses. Durante a viagem estivemos a conversar sobre coisas variadas, típico de quem está a se conhecer. Falou-se sobre viagens a outros países da Europa e a outros continentes; falou-se sobre o crescente plantio de eucaliptos em Portugal e das consequências negativas desse fato, como a perda da biodiversidade e das águas subterrâneas; falamos sobre diferenças linguísticas entre o Brasil e Portugal.

Ao chegarmos na estação, a mãe do Carlos apanhou-nos e levou-nos ao acampamento que distava cerca de 10 minutos da estação, talvez menos. O local não é uma área de campismo, mas uma área próxima à uma Capela, onde anualmente

decorrem festejos religiosos. O grupo estava composto pelo Carlos, Lúcio, Fernanda, Guilherme e eu. Chegamos ao local ao anoitecer e logo após montarmos as tendas pôs-se a chover, assim cada um comeu na sua própria tenda a comida que a Fernanda já tinha trazido (macarrão, bolinhos de grão de bico e tofu (penso que o tofu foi trazido pelo Lúcio)).

Autoridades locais como a representante (ou presidente) da Junta e o pároco da localidade, bem com a Associação dos Amigos do Rio Ovelha apoiaram a ação. Na manhã seguinte, já bem cedo estavam lá a citada representante com seu filho de 4 ou 5 anos, o pároco, 4 ou 5 adolescentes da região e mais dois amigos do Carlos. A representante trouxe-nos dezenas de frutas (bananas, maçãs, peras e laranjas) e pães. Durante a manhã estivemos a plantar mudas de árvores próximo à Capela (isso foi mais em razão de uma contrapartida simbólica, já que foi somente no período da manhã que os representantes locais lá estiveram).

Preparamos o almoço com muita fartura: seitan e beringela assados, sopa, salada de alface, cenoura e tomate. Dos alimentos que levamos, ainda ficou por usar umas salsichas de soja. A mãe do Carlos ainda nos levou sumo, vinho, sopa, bolo, mais salada, além da churrasqueira e apesar de cada qual ter levado seus utensílios de alimentação, os que ela trouxe foram muito úteis. Trouxe-nos até mesmo uma mesa!

Não é de hoje que me chama atenção a importância da alimentação na vida dos ativistas do GAIA: há sempre um planeamento prévio do cardápio, de modo a garantir que o alimento seja suficiente sem ser desperdiçado. A alimentação ocupa um dos eixos centrais na vida desses ativistas: a ausência de carne, o não uso de certas marcas, a preocupação com a forma de preparar, com a quantidade, com as próximas refeições, enfim, é algo mesmo central. Não parece invulgar estar a falar do jantar ainda no almoço (assim foi nestes dias e também noutras experiências que tenho tido com o grupo).

O jantar de sábado foi um pouco às pressas porque voltamos do plantio já no fim da tarde e a chuva já estava à porta, assim, assou-se novamente seitan e beringela e juntamente com a salada fizemos sandes. Havia ainda alguns temperos, como creme de feijão e de legumes. A mãe do Carlos acabou por nos levar mais sopa após a chuva. Reunimo-nos à beira do fogo e assou-se maçãs e até pêras. A chuva não perdurou muito e nas primeiras horas da noite não fazia muito frio, diferentemente da madrugada onde se sentira muito frio, mas também aqui a gentil presença da D. Sílvia: como reclamamos de frio na noite anterior, ela levou-nos cobertores no sábado à noite.

Naquela mesma noite, pudemos observar ao longe uma demorada queima de fogos de artifício (mais de 10min) e no dia seguinte ficamos a saber que se tratava de uma espécie de devolução, já que a pessoa que vendera os fogos para a Páscoa não os tinha queimado todos, assim os queimara no sábado. Fogo!

O lugar é lindíssimo! À noite, as únicas luzes a disputar com as estrelas eram as das lanternas e dos telemóveis e ao longe, as das aldeias. Pela manhã, ouvia-se uma infinidade de cantos de pássaros, grilos e cigarras e ao fundo do nosso acampamento havia um pequenino córrego a presentear-nos com o barulho de água corrente. Os dias foram de muito calor. Tínhamos umas vistas lindas de montanhas com pedras sobrepostas, e de povoações nas serras ao longe. Em termos de estruturas havia duas casas de banho e mais uma torneira.

A parte mais pesada do trabalho deu-se no sábado (21.04.07) após o almoço, quando nos afastamos um bocadinho da área da Capela e fomos plantar numa área um tanto quanto íngreme (lá já haviam decorrido incêndios e foi possível encontrar muitos vestígios de galhos de árvores queimados). Perto do fim da manhã chegaram mais três ativistas (Clara, Bernardo e Maurício) e o acampamento ficou completo.

Dividimo-nos em duplas (4) e no total plantou-se mais ou menos 100 mudas supostamente de carvalho, mas ninguém tinha a certeza. Posteriormente a D. Sílvia, juntamente com uma adolescente e uma criança vieram nos ajudar, e não há dúvidas que a presença dela acelerou o plantio, pois pelos vistos, apenas o Carlos tinha maior experiência em plantar árvores, de modo que as outras duplas levavam bastante tempo para plantar cada muda.

Não havia qualquer critério de onde plantar as árvores e essa total ausência de técnica deixou-me meio desconcertada: quem vai acompanhar aquilo depois, e se não chover, e se o mato estiver a sufocar a planta? Essas eram questões que não pareciam preocupar os demais. O Carlos – que nesta ação teve um claro papel de líder, até por morar no local e conhecê-lo e também as pessoas da região – disse-me que o mato em volta garantiria humidade à planta e que elas enraizariam facilmente com as chuvas habituais sem a necessidade de regá-las. Não me convenceu, mas o fato é que se não fosse assim, não faria mesmo sentido plantar nada ali. A representante da junta sugeriu que o grupo retornasse para monitorar as plantas no que o Carlos disse que o contributo que o GAIA podia dar era aquele e que agora era preciso que as pessoas da região zelassem pelas mudas, nesse sentido é que foram convidados jovens da localidade para ali estarem.

Estivemos a plantar durante toda a tarde de sábado e foi um trabalho duro. Estive a tirar algumas fotografias, no que depois estiveram a gozar afavelmente disso: " – tem gente que só fica a tirar fotografias!" Mas eu trabalhei, ainda tenho as mãos ásperas e os pés arranhados, visto que molhei meu tênis na chuva de sexta e tive que usar sandálias para ele secar durante o dia.

Terminado o plantio toda a gente já estava muito entrosada e mesmo antes (está aí algo que sempre percebo nos encontros do GAIA: entrosamento rápido e descontraído). Houve algo interessante no fim da tarde do sábado: estávamos a plantar as últimas mudas, visivelmente esgotados e sujos, quando aparecem três homens e mais uma criança, bem arrumados e se dirigiram à D. Sílvia e depois ao Carlos. Eram representantes dos Amigos do rio Ovelha. A partir disso pode-se ouvir comentários sobre o fato de eles somente terem aparecido para olhar, quando já não havia mais trabalho.

No domingo, apenas parte do grupo foi ao passeio organizado pelos Amigos do rio Ovelha e pela Campo Aberto. Voltaram para o Porto no domingo de manhã: Fernanda, Lúcio, Guilherme e eu. Um membro do Amigos do rio Ovelha nos deu boleia até a estação e fez menção de que no dia anterior outros membros haviam ido ter conosco, no que alguém confirmou com um sorriso um tanto quanto irônico, que eles haviam passado por lá. O homem notou algum desconforto e justificou dizendo que todos eles trabalham até mesmo aos sábados, de modo que só podem fazer trabalhos associativos no domingo. Não voltamos a falar nisso na viagem de volta. Falamos novamente sobre uma data de outras coisas: desporto, sobretudo futebol, torcidas, gafes na mídia, enfim, foram risos e mais risos.

Conversas e discussões foram importantes momentos de socialização entre as pessoas no acampamento. A respeito disso o Lúcio insistiu duas vezes para eu registrar a conversa que tivemos à tardinha no sábado, já no acampamento. Após um pseudo banho ficamos (a Fernanda, o Lúcio, o Guilherme e eu) a apanhar um bocadinho de sol junto às tendas e aí teve lugar uma acalorada discussão sobre sistemas políticos, ciência etc. O Lúcio e o Guilherme estiveram a discutir sobre a legitimidade das ditaduras, o primeiro a favor do comunismo, o segundo contra. Discutimos ainda sobre qual a diferença entre as ditaduras, assim denominadas (por quem está fora) e as ditaduras veladas do capitalismo e isso levou-nos quase instantaneamente às questões do consumo, o consumir ecologicamente abandonando as grandes cadeias de produtos de alimento, por exemplo. Isso remete à outra conversa ocorrida no almoço: o comércio justo. Discutia-se sobre qual a garantia de que aqueles produtos advêm mesmo do comércio justo. Essa questão não fez sentido para a maioria dos membros do GAIA e o

Carlos disse mais ou menos: se existe alguma dúvida sobre os alimentos das lojas do comércio justo, há momentos que não há hipótese de ter dúvida alguma: ao comprar uma coca-cola, um chocolate da nestlé, por exemplo, já sabes que advêm de um comércio injusto. Esse argumento trouxe um consenso.

A descontração foi marcante nesta atividade e tratou-se de uma descontração muito coerente: de todo o grupo, apenas duas pessoas eram fumadores; o vinho foi bebido com muita moderação. Parece-me uma vivência equilibrada e bastante coerente com os princípios ecológicos sempre presentes: o lixo foi armazenado separadamente; para lavar a louça levaram um detergente biodegradável, ou ao menos é isso que assegura a marca; sem falar nos discursos que sempre remetiam ou a uma ideologia do que deve ser feito ou a uma prática que já fazem: não comprar produtos com a marca coca-cola, nestlé etc.; reutilizar água do banho; reaproveitar embalagens; usar tal combustível ao invés doutro; saber das emissões de carbono e como recompensar a natureza por isso, por uma viagem de avião, por exemplo; usar pilhas recarregáveis; não concordar com *rallies* etc.

Acabo de me lembrar de outra coisa que foi feita, mas que não pude saber quem a dinamizou: a recolha de resíduos sólidos junto à área da Capela, isso foi antes do almoço e recolheu-se um saco grande cheio de resíduos.

Em relação ao passeio programado para o domingo: das oito pessoas acampadas foram quatro, a expectativa dos Amigos do rio Ovelha era ter por volta de 80 pessoas, já que só da Campo Aberto eram esperadas 30 pessoas. O Carlos não ficou muito contente com tantas pessoas terem voltado antes do passeio, ainda antes de levantarmos falou-se disso, no que a Fernanda argumentou que a reflorestação era o mais importante. Penso que esse desconforto do Carlos deu-se mais pelos laços locais que pelo GAIA. De qualquer forma, a interação do GAIA com o grupo da região foi pequena, resta saber se o impacto será maior em razão do Carlos lá morar e assim estabelecer uma ligação, uma presença, ainda que simbólica, do GAIA na região.

Ainda que essa não seja uma atividade recorrente no grupo, e que não tenha conquistado a participação de muitos ativistas, a destaque por se tratar de uma ação tipicamente preservacionista, e que no entanto, reveste-se de inúmeros outros aspectos, aspectos esses que legitimam a atuação do GAIA enquanto um grupo com preocupações sociais: as redes estabelecidas para que essa ação pudesse acontecer; a educação ambiental realizada junto aos

habitantes locais que lá estiveram; a comunhão de valores e práticas ecológicas por meio da alimentação vegetariana, que representa uma das principais performances do grupo. Todos são elementos que podem ser facilmente negligenciados se a ação for interpretada a uma certa distância. De longe, essa atividade de reflorestação pode ser apreciada como uma ação isolada, como um divertimento de jovens ambientalistas ou ainda como uma atividade totalmente conservacionista. Entretanto, de perto e de dentro, vimos que há muitos elementos a serem apreendidos e melhor expostos, sobretudo a fim de complexificar a visão, muitas vezes estanque, que paira sobre as ações dos grupos ambientalistas.

Por último, deixo aqui o relato de uma das ações mais peculiares do GAIA Porto: o Picnic Vegetariano.



Imagem 2. Picnic Vegetariano

<http://www.GAIA.org.pt/node?page=3>

Nota redigida em 22.05.2007

O dia não começou muito bem para o picnic: diferentemente do sol dos outros dias, amanheceu a chover no Porto. Isso parece ter tido influência direta no número de pessoas que foram ao picnic: segundo a Regina esse foi dos menores picnics que tiveram,

em termos de quantidade de pessoas novas. A maioria das pessoas que lá estava já conhecia o picnic, de modo que apenas três ou quatro pessoas apareceram lá pela primeira vez.

Cheguei ao picnic com a Adriana pouco depois das 13hs. Lá estavam a Regina, a Fernanda, a mãe da Regina, a namorada do seu irmão e um casal de amigos ou parentes delas. Havia toalhas de pano e de plásticos estendidas no chão para que as pessoas se sentassem e também para colocar os alimentos. Levei frutas e lá havia: pão, patê de tofu; pudim de laranja; frutas variadas e um doce chamado molotov. Em seguida mais pessoas foram chegando e trazendo mais comidas: pizzas, pastéis etc. Ressalto que poucos eram os alimentos que continham leite ou ovos, por exemplo, o molotov; os demais eram veganos, ou seja, não continham ingredientes derivados de animais.

Colocaram uma faixa grande a dizer: Picnic Vegetariano. A faixa de retalhos de pano foi confeccionada pela Fernanda e deve ter mais ou menos uns dois metros de comprimento, por um de largura.

A chuva ameaçou cair umas duas vezes, mas nada que nos obrigasse a deixar o local: estávamos próximos ao lago, embaixo de algumas árvores e arbustos.

Além das conversas (falou-se muito sobre pratos vegetarianos, veganos), alguns jogaram futebol, depois vôlei; algumas moças foram dar pão aos peixes e o Rodrigo esteve a tocar violão. Também a Regina se divertiu com o violão. Ah, parece-me que somente o Roberto veio de bicicleta.

Por fim se deu a oficina de como fazer porta-moedas com embalagens tetra pak. A Fernanda e a Regina ensinaram a técnica, sendo que cerca de 15 pessoas participaram nesse momento. Ao todo passaram cerca de 30 pessoas pelo picnic.

Foi uma tarde muito descontraída e confesso que estive muito mais a me divertir que observar. Há quanto tempo não jogava vôlei! Precisava daquele momento de interação com as pessoas sem a necessidade explícita de observar criteriosamente a tudo, quis participar mais que observar. É claro que agora quero fazer algumas reflexões, afinal, o que me propus fazer foi observação participante.

Parece-me que o grupo de amigos daqueles ativistas não varia tanto assim, de modo que estão sempre em contato com pessoas que pensam mais ou menos parecido com eles, ou melhor, mantêm mais relações de amizade com seus amigos morais.

O picnic não é visto apenas como uma oportunidade de reunião descontraída entre os membros do grupo, mas como uma oportunidade ótima de atrair mais pessoas. Mas não me parece que esse objetivo de atração seja direcionado para o grupo, mas para as práticas que o grupo apregoa. Se calhar, preciso ver isso mais

distanciadamente, pois às vezes tenho a nítida impressão de que não querem publicidade para o grupo, mas às vezes não é bem assim... isso varia de pessoa para pessoa, por isso é difícil taxar uma orientação coletiva para a questão.

Considerado por vários ativistas como uma ação de cariz com menor poder incisivo em termos de sensibilização ambiental e ao mesmo tempo como uma das atividades mais regulares e que maior alcance social obtém, não é por acaso que o picnic vegetariano consegue reunir tantos aspectos, desde o ativismo ao encontro amistoso entre os membros. Obviamente que aquele momento está impregnado de atitudes éticas, políticas e morais: divulgação do vegetarianismo; expectativa de que mais pessoas conheçam e se interessem pelas causas do grupo e pelo próprio grupo – a partir daquele contato há sempre a possibilidade de novos membros virem a integrar o grupo. Concomitantemente, nessa atividade dá-se também o reforço dos laços de amizade, dos valores e das práticas de ativismo individuais. E, por sua vez, é um momento de reequilíbrio do grupo, que aprendeu a construir uma atmosfera onde o ativismo pode estar entremeado com momentos de fruição e descanso, numa espécie de ativismo lúdico.

Para alguns, essa última sessão pode ter sido deveras maçante, todavia, o intuito dessa apresentação mais literal das notas era fazer eco aos apelos de Da Mata em reconhecermos outras perspectivas do trabalho de campo, para além das pré-definidas:

“Na fase *teórico-intelectual*, as aldeias são diagramas, os matrimônios se resolvem em desenhos geométricos perfeitamente simétricos e equilibrados, a patronagem e a clientela política aparecem em regras ordenadas, a própria espoliação passa a seguir leis e os índios são de papel. Nunca ou muito raramente se pensa em coisas específicas, que dizem respeito à minha experiência, quando o conhecimento é permeabilizado por cheiros, cores, dores e amores. Perdas, ansiedades e medos, todos esses intrusos que os livros, sobretudo os famigerados “manuais” das Ciências Sociais teimam por ignorar” (1985: 24).

3.3.4. Trajetória do grupo

Passados cinco anos, o GAIA no Porto tem muitas histórias para contar e seus membros mais antigos e assíduos frisaram alguns pontos importantes nesse processo de solidificação do Núcleo. Ressaltaram que há aspectos a corrigir como a necessidade de um trabalho direcionado, com maior eficácia em termos de planejamento e realização das atividades; e que há avanços, sobretudo o amadurecimento do grupo, visível na constituição de um diferencial, de uma identidade.

Roberto Filho: [...] acho que fomos sempre, pá fomos criando também a nossa própria identidade não é? Havia o GAIA Lisboa, nos tínhamos, éramos um bocadinho diferentes deles, tínhamos ideias muito parecidas não é? Mas era, se calhar, estávamos envolvidos, éramos mais libertários que, eu acho que Lisboa ou éramos mais vegetarianos, lá em Lisboa só havia um ou outro.

Fernanda Andrade: O processo vai passando por várias fases, agora está numa fase das melhores talvez, porque temos muitas pessoas novas querendo participar, mas isso também é um bocado enganador, porque já aconteceu antes de termos assim um grupo de pessoas novas todas ao mesmo tempo, mas depois acabam por ir todas embora na mesma, e lá ficamos sempre os mesmo do costume. Mas acho que agora está melhor, porque antigamente... já conseguimos fazer um trabalho mais organizado.

Para os ativistas, o movimento de analisar o grupo e a si próprios nem sempre é algo fácil de conceber. Apontar falhas ou sucessos do grupo está em grande medida relacionado com a identificação de falhas e sucessos pessoais enquanto ativistas. Durante as reuniões e encontros é comum que se faça balanços sobre os caminhos até então trilhados pelo grupo. Mas no GAIA, é ainda frequente que essas avaliações sejam feitas nas próprias listas de discussão na Internet. Muitas vezes essas avaliações são motivadas por um desabafo ou uma queixa.

Regina Sousa: Mas no GAIA Porto são para aí umas três ou quatro; fala-se que se essas pessoas fossem cinco ou sete ou dez... claro, era melhor! [...] Aí, se eu olhar para trás, nós evoluímos muito, percebes? Nós antes reuníamos tipo quatro horas seguidas, as reuniões eram uma seca, andávamos ali a entrar em discussões mais filosóficas do que outra coisa. Mas hoje nós temos reuniões super eficientes, temos reuniões de uma (1) hora às vezes, de duas horas, percebes? Temos moderação. Muito bem... e... mesmo a nível nacional claro que nós evoluímos, temos noção o quanto evoluímos em quatro anos [...]. [...] Mas, mas eu acho que no Porto tem assim uma dinâmica muito fixe de reuniões e pessoas novas que aparecem... Também não se pode... pá, ter tudo.

[...]

E no GAIA Porto, nós nunca fizemos uma acção q fosse assim, estás a ver!? Com princípio meio e fim, [...] em que houvesse um grande número de pessoas que estivesse direccionado para ela... em que tu tivesses [...] de lidar com varias coisas: com imprensa, a nível político também, com outras associações, percebes? Com trabalho de rede, ao mesmo tempo. E sinto um bocado falta disso. [...]

Mas claro que há actividades que têm mais impacto do que outras e que, se calhar, nós devíamos concentrar-nos mais então nos que têm mais impacto! [...] É uma análise que [...] nós fazemos quando fazemos relatórios [...] lá está: isto é outra das ferramentas que evoluímos também. Nós no início tínhamos relatórios internos e externos e começamos por ter relatórios de actividades, só dizíamos o que é que tínhamos feito. De repente um relatório divide-se em relatório interno e externo, percebes!? Isto é uma evolução, percebes? É uma maturidade que o grupo foi alcançando e foi um processo que até conseguimos concretizá-lo. Em Lisboa, eu de lá tenho relatórios...? Não fizeram relatórios! Eu acho que até dos núcleos funcionais, o GAIA Porto é o que funciona melhor! E foi o que evoluiu mais, percebes? O GAIA Lisboa já existe há onze anos e nós no Porto existimos há quatro, percebes? Mas como grupo funcionamos muito bem e aprendemos muito também. Também porque fomos mantendo um núcleo duro que existe desde o início, enquanto que no GAIA Lisboa a única pessoa que existe desde o início é o Marcos, o resto não. E nós no GAIA Porto não. Somos quatro: sou eu, o Roberto Filho, o Filipe Galvão, a Fernanda, que resistimos desde o início.

3.3.5. Relacionamento entre os Núcleos

O relacionamento inter-Núcleos é considerado por muitos membros como um potencial, mas também como um problema atual que não tem sido bem gerido. A ausência de uma maior regularidade em encontros presenciais é aqui apontada como a principal causa do distanciamento entre os Núcleos.

Nilzélia: Ah, como é que é a relação entre os vários Núcleos do GAIA? E como é que essa relação tem evoluído durante o tempo?

Roberto Filho: Isso é um, acho que a parte pior: a relação entre os Núcleos. Por causa da distância geográfica e por causa da única forma de comunicar é quase a Internet e as pessoas não estarem tipo sozinhas, ou, não estarem fisicamente a decidir os assuntos e a decidir. Ao longo do tempo claro que há algumas coisas que vão melhorando, mas no geral está muito mal, está muito deficiente. E se calhar existe, por exemplo, uma proximidade entre a comunicação Lisboa e Alentejo, porque as pessoas que estão no Alentejo estavam em Lisboa, então, automaticamente essas pessoas conseguem conectar-se muito melhor, porque elas já conhecem umas às outras e já conhecem e são amigas, mais amigas, se calhar, sempre tiveram juntas não é? Mas existe um fosso um bocado grande entre Coimbra e Porto e Lisboa.

Nilzélia: Vês alguma solução para isso?

Roberto Filho: Vejo muitas. Acho que, mas a solução mais imediata é reunir presencialmente mais frequentemente, mesmo que isso implique que as pessoas tenham que abdicar um bocado. Acho que o GAIA devia pagar as viagens às pessoas, deslocar é caro não é? Pagar as viagens acho que é possível e deve ser incentivado um bocado.

Se por um lado, a autonomia alcançada por cada Núcleo possibilita a construção de dinâmicas adequadas à cada realidade, por outro, aguça dinâmicas de poder. Ainda que tais dinâmicas não perfaçam um problema crucial, elas acabam por gerar, em algumas ocasiões, desconforto entre os ativistas dos diversos Núcleos. Sendo a horizontalidade um dos pilares do grupo, é justamente nesse quesito que surgem por vezes desentendimentos entre os

núcleos, como por exemplo, a escolha unilateral ou bilateral de uma dada atividade que diz respeito ao GAIA nacional. Tal situação pode gerar reprimendas do ou dos núcleos que não acompanharam todo o processo de decisão.

A distância geográfica e os reduzidos encontros presenciais, referidos por vários membros, promove ainda mais esse desequilíbrio no acompanhamento mútuo das atividades de cada Núcleo. Essas características contribuem diretamente para a fundamentação de Núcleos cada vez mais independentes, contudo, até que ponto interdependentes, é algo que só o tempo dirá.

3.4. Quais são os frutos do ativismo?

A conciliação do meu olhar enquanto pesquisadora com as diversas opiniões dos ativistas sobre o grupo foi a empreitada aqui traçada. Ao ter em conta que esse exercício é um processo, é sabido que não poderá ser encerrado numa lista de afirmações ou teses, mas que passa a constituir uma interpretação, um conhecimento situado social, histórica e culturalmente. Muitas questões foram lançadas no decorrer desse percurso, outras tantas surgiram e ainda surgem, mas por uma questão lógica não serão indefinidamente interpeladas. À guisa de conclusão deste capítulo, retomarei um aspecto que foi rapidamente abordado anteriormente, qual seja, o alcance das ações do GAIA.

Uma questão já levantada por Leff (2005: 109s) e outros (Mainwaring e Viola, 1984 *apud* Leff, 2005) é: até que ponto, os novos movimentos sociais querem cumprir uma agenda de transformação a nível macro social? Até que ponto as transformações a nível micro não oferecem possibilidades de mudança das relações sociais (em âmbito cultural e simbólico) tão ou mais eficazes que transformações políticas e econômicas, aqui vistas como macro sociais?

O GAIA é um exemplo de que as transformações individuais e ao nível das micro relações sociais não constituem objetivos separados daqueles de transformação social numa escala macro. Todavia, é explícito que determinadas ações perfazem uma trajetória de impacto muito mais incisivas que outras. Assim, é possível que uma sessão informativa e crítica ao consumo de carne seja capaz

de sensibilizar de forma muito mais definitiva um pequeno grupo de pessoas – donas de casa, por exemplo – que um protesto contra uma rede de supermercados distribuidora de carne. E isso, menos em razão das estratégias, sempre adaptáveis, mas sobretudo em razão dos destinatários da ação. Aqui fazem-se presentes relações de poder bastante diferenciadas e que não podem ser desconsideradas ao avaliarmos o impacto social de cada ação ou de qualquer ação em particular.

Para Gohn:

“Os Novos Movimentos recusam a política de cooperação entre as agências estatais e os sindicatos e estão mais preocupados em assegurar direitos sociais – existentes ou a ser adquiridos para suas clientelas. Eles usam a mídia e as atividades de protestos para mobilizar a opinião pública a seu favor, como forma de pressão sobre os órgãos e políticas estatais. Por meio de ações diretas, buscam promover mudanças nos valores dominantes e alterar situações de discriminação, principalmente dentro de instituições da própria sociedade civil” (Gohn, 2006: 125).

Encontramos no GAIA muitos elementos de reverberação dessa afirmação, ainda que seja preciso ponderar nessa questão, já que além da mídia e da opinião pública como um todo, os governos, partidos políticos, grupos econômicos (comerciantes, produtores, industriais, entre outros) se constituem protagonistas no palco de muitos dos ambientalismo praticados pelo mundo. Martínez Alier (2007) mostra que os Estados não podem ser vistos linearmente nem como garantidores de políticas ambientais, nem como destruidores destas, pois a relação entre Estado e ambientalismo muitas vezes é dúbia.

É certo que um grupo com a dimensão do GAIA não possui maior influência ao nível das relações com o Estado e com o mercado, ou para melhor dizer: não possui meios capazes de remodelar estruturas institucionalizadas de poder. Entretanto, se consegue sensibilizar e quiçá, incidir na transformação de hábitos individuais ou de uma dada coletividade, então, como desconsiderar a ligação dessa parcela da sociedade civil com as esferas do Estado e do

mercado e mais que isso: como saber o peso dessas intersubjetividades na remodelação das estruturas de poder?

Os membros do GAIA associaram por diversas vezes o sucesso de uma dada atividade com o número de pessoas que a ela aderiram, ou seja, a quantidade de pessoas (se mais ou menos) foi tomada com um indicador do sucesso da ação (maior ou menor respectivamente). Mas dessa avaliação palpável, os ativistas não dissociaram aspectos subjetivos, o que significa dizer que, para o grupo, não é possível considerar o alcance de uma ação apenas em termos quantitativos. Nesse sentido, torna-se ainda mais complexo a busca por resultados, considerando que o atual contexto-histórico de crise ambiental e ecológica tem obrigado a verdadeiras torrentes de informação e que nem sempre tais informações possuem legitimidade suficiente ao ponto de pressupor mudanças de comportamentos.

Tendo em vista que este trabalho se destina a acompanhar um grupo ambientalista, os resultados do alcance externo do mesmo não se constituiu em objeto de apreciação – o que resultaria num estudo de grande envergadura. Todavia, é fundamental saber como as ações do GAIA e de outros grupos ambientalistas têm ressoado na sociedade portuguesa. Nosso objetivo, contudo, é tratar do grupo e dos impactos internos, isto é, da construção do ativismo coletivo, bem como dos ativismos pessoais.

Dessa forma, no próximo capítulo, apresentar-se-ão práticas particulares e quotidianas dos membros do GAIA, com o intento de lançar pistas de reflexão sobre as questões de atitude individual frente à coletiva.

Capítulo 4. Identidades, Modos de Vida e Sujeito Ambiental

4.1. Identidade Coletiva

Foram apresentados anteriormente uma série de argumentos pelos quais o Grupo de Acção e Intervenção Ambiental tem se pautado, sobretudo o seu núcleo na cidade do Porto. Algumas das principais diretrizes dizem respeito:

- Ao que o grupo representa em termos de condução da sua filosofia e das práticas ativistas;
- À maneira como as conduzem;
- E ao que almejam enquanto coletividade.

Em primeiro o GAIA baliza-se numa forma organizativa e operativa bastante diferenciada no que diz respeito ao contexto dos movimentos sociais portugueses e do movimento ambientalista em particular. Seus membros o qualificam de mais ativo, mais dinâmico e mais criativo que a maioria dos coletivos portugueses. E são também muitas vezes essas as características que os ativistas afirmaram ter levado em consideração para se engajar nesse e não noutro grupo.

No que diz respeito à operacionalização, isto é, ao planejamento e à realização das atividades, estas são guiadas de modo horizontal sob a égide do consenso. O exemplo mais reivindicado pelos ativistas é a inexistência de hierarquias entre eles, assim como a total insignificância das lideranças formais da ONGA. Ao mesmo tempo, a existência de lideranças naturais é ressaltada como algo positivo para o grupo e que também tem vindo a reforçar a lógica da horizontalidade, pois há uma espécie de liderança rotativa: cada ação pode ser coordenada por qualquer ativista, tão logo esse demonstre maior interesse em participar.

Outro aspecto que vimos ser predominante no GAIA é o fato do grupo possuir um vasto leque de objetivos, ainda que orientado por uma agenda ambiental explícita. Trata-se de um grupo ambientalista por definição e por

princípios, mas que acolhe uma gama variada de objetivos – estes não excluem os ambientais, integram-se a eles de modo a ampliá-los em direção à prática de um ambientalismo conectado com diversas questões, numa lógica holística. Isso impede uma atribuição tipológica mais rígida ao GAIA, como também já foi anteriormente destacado. O fato de não estar focado em uma temática – o que provavelmente daria lugar a um discurso opositor mais direcionado em termos de embate, ou melhor, de estratégias de embate – permite ao grupo uma ampla mobilização interna, do mesmo modo que lhe faculta a utilização de estratégias de ação maleáveis à cada nova situação, a cada objetivo.

Partindo desses três principais aspectos podemos traçar uma identidade coletiva que é baseada num ativismo dinâmico e performativo, numa organização horizontal, e em objetivos amplos. A construção dessa identidade é contínua e complexa, no sentido em que o encontro dos ativismos pessoais sob o abrigo dessa coletividade dá vazão a novos ativismos, tanto pessoais quanto coletivos. No dizer de José Manuel Mendes “a identidade é socialmente distribuída, construída e reconstruída nas interações sociais” (2002: 504). Assim sendo, o desenvolvimento de uma identidade coletiva ativista no GAIA está profundamente enraizada nos ativismos individuais ali praticados, e estes por sua vez, a partir do grupo, referenciam novos ativismos pessoais que dão origem à modificações no ativismo do grupo e assim sucessivamente, em movimentos de retroalimentação entre identidade ativista individual e identidade ativista coletiva. Kathryn Woodward refere que a formação das identidades se dá num processo de demarcação relacional da diferença, demarcação essa evidenciada social e simbolicamente. Para essa autora:

“Toda prática social é simbolicamente marcada. As identidades são diversas e cambiantes, tanto nos contextos sociais nos quais elas são vividas quanto nos sistemas simbólicos por meio dos quais damos sentido a nossas próprias posições. Uma ilustração disso é o surgimento dos chamados “novos movimentos sociais”, os quais têm se concentrado em lutas em torno da identidade. Eles têm se caracterizado por efetuarem o apagamento das fronteiras entre o pessoal e o político, para adaptar o slogan feminista” (2000: 33).

Para evitar o surgimento de hierarquias, por exemplo, as linhas condutoras do grupo optam por relações de igualdade entre os indivíduos, logo, os membros necessitam aprender a vivenciar uma lógica coletiva fundamentada na participação equitativa entre eles próprios. Na outra margem, tal linha condutora somente pode prosseguir se, e somente se, os membros do GAIA a aceitarem e a corroborarem no seu comportamento dentro do grupo. Não há como negar que as lógicas individuais se misturam, eventualmente se chocam, mas no caso em estudo, têm majoritariamente se coadunado.

Nesse percurso contínuo e complexo intentamos adentrar nalgumas formas de representação dos sujeitos ambientais que concedem forma ao GAIA e, por ou com ele são constantemente reformados. Achemos por bem visualizar tais formas através das práticas ambientais empreendidas diariamente pelos ativistas. A observação participante é uma importante referência nessa tarefa. As entrevistas, por sua vez, são centrais, afinal, foi por meio delas que as pessoas entrevistadas foram convidadas a refletir sobre sua própria identidade ativista, podendo desse modo se definirem discursivamente.

4.2. Modos de Vida do Sujeito Ambiental

Se os coletivos ambientalistas não têm sido objeto de investigação frequente, nem alvo de um conhecimento público esmiuçado, o que dizer então dos sujeitos que os integram?

De fato, torna-se muito difícil determinar dissociações entre o ativismo coletivo e o ativismo individual, já que, ainda que dinamicamente dispostos, na maioria dos casos, eles se complementam. Entretanto, as peculiaridades e as idiossincrasias dos sujeitos são capazes de fornecer delineamentos particularmente especiais para a consecução do nosso objetivo nessa parte do trabalho, que diz respeito ao mapeamento das práticas ambientais dos ativistas do GAIA Porto.

Quadro 2. Perfil dos Ativistas

Características dos ativistas	Sexo	Idade	Ocupação Profissional	Escolarização	Está no GAIA
Fernanda Andrade	F	30	Remunerada e não fixa (artesã)	Curso Técnico (Estilismo e Modelismo)	Desde o início
Amanda Carvalho	F	23	Desempregada	Curso Superior (Psicologia)	Há um ano
Fátima Pereira	F	40	Remunerada e fixa (Telemarketeer)	Curso Superior (Sociologia)	Desde o início
Regina Sousa	F	21	Estudante	Concluindo Curso Superior (Animação Sócio-Educativa)	Desde o início
Roberto Filho	M	27	Remunerada e não fixa (cozinheiro vegetariano)	Curso Superior (Engenharia Eletrotécnica de Computadores)	Desde o início
Rodrigo Alves	M	28	Estudante trabalhador	Concluindo Curso Superior (Engenharia Eletrotécnica)	Desde o início
Filipe Galvão	M	27	Remunerada e não fixa (cozinheiro vegetariano)	Curso Superior (Publicidade)	Desde o início

Das características acima destacamos o detalhe crucial dessas pessoas serem ativistas de um grupo ambientalista e mais que isso, de serem ativistas no cotidiano ou, no nosso entender, de se constituírem como um sujeito ambiental. Pode-se argumentar que todo ser humano é um sujeito ambiental, já que o ambiente no qual vive, seja ele qual for, o molda e é por ele moldado incessantemente. Entretanto, não levaremos em consideração nesse caso o

conceito físico de ambiente, mas pensaremos nele enquanto categoria política e simbólica fundamental dos nossos tempos. Possuir comportamentos, atitudes ambientais ou ecológicas remete à representações coletivas de certos modos de interação com a natureza ou com os diversos ambientes, nesse sentido, por sujeito ambiental entendemos o indivíduo que estabelece relações de sustentabilidade no seu contato com a natureza, os variados ambientes e com a sociedade, nas suas manifestações culturais, econômicas e políticas.

Essa nossa definição de sujeito ambiental deriva em grande parte do sujeito ecológico definido por Isabel Carvalho como:

“[...] um ideal de ser que condensa a utopia de uma existência ecológica plena, o que também implica uma sociedade plenamente ecológica. O ideal de ser e de viver em um mundo ecológico se vai constituindo como um parâmetro orientador das decisões e escolhas de vida que os ecologistas, os educadores ambientais e as pessoas que aderem a esses ideais vão assumindo e incorporando, buscando experimentar em suas vidas cotidianas essas atitudes e comportamentos ecologicamente orientados” (2004: 65).

O ativismo realizado no GAIA, por seus membros, denota uma dinâmica reiteradamente marcada pelo diálogo entre a esfera ambiental e social, de modo que, seguindo o raciocínio desenvolvido até aqui, optamos pela utilização do termo sujeito ambiental por o interpretarmos como uma categoria que instiga uma visão alargada e interdisciplinar do ambiente, tal qual os objetivos do GAIA. Desse modo, não estamos a referendar o “ecológico” como um conceito ligado ao âmbito da preservação e conservação ambiental. Apenas reconhecemos no “ambiental” uma capacidade semântica mais intensa para pensarmos o diálogo entre ambiente e as demais esferas da vida social.

Ser membro do GAIA é um elemento fulcral na constituição desses sujeitos ambientais, mas além disso (e nos é impossível referir até que ponto, por influência disso) há outros importantes elementos implicados no processo de formação desses sujeitos ambientais. Primeiramente, é relevante a atitude de recusa frontal da maioria desses ativistas ao modelo político-partidário: dos sete entrevistados,

apenas uma pessoa declarou possuir uma opção partidária. Do mesmo modo, conversas informais revelaram a prevalência de uma atitude profundamente crítica ou discordante desse modelo político. Tal posicionamento está explícito no trecho abaixo quando o entrevistado fala da relação do grupo com partidos políticos e empresas:

Roberto Filho: E com empresas também, a não ser que...: – que quer dizer uma empresa!? Grandes empresas, não é? Porque pode haver assim uma pequena empresa que podia ter, como por exemplo, agora no Tangerina, não é uma empresa, mas é uma cooperativa, e sem fins lucrativos, mas é. Nós gostamos lá do espaço, e achamos interessante a ideia de ter um restaurante vegetariano e uma loja do Comércio Justo e pronto, agora tudo depende da, mas nós tentamos nos relacionar assim com instâncias que nós gostamos e que coisa, agora os partidos políticos, nós fugimos, que nós não somos a favor da democracia representativa, isto é, não toda a gente no GAIA, mas as ideias do GAIA é no mínimo favorável à democracia participativa e, portanto, nós não acreditamos numa existência de poder ou numa sociedade vertical.

Depreende-se um descrédito para com as organizações econômicas empresariais e para com os partidos políticos em geral³⁷, todavia, há uma seleção: nem todas as empresas são descredibilizadas pelo grupo, ao passo que com os partidos a atitude é mais ostracista. Noutra entrevista, a ativista apresenta mais uma justificação ao relacionamento distante do grupo com partidos políticos. Segundo ela, é uma forma de não macular a imagem do GAIA associando-a a partidos políticos que, apesar de em determinadas ações partilharem as mesmas posições, não comungam em sua totalidade dos princípios do grupo.

Fernanda Andrade: Há situações em que o GAIA participa com outras organizações, outros grupos quaisquer, quaisquer que sejam, e depois acabam, esses outros grupos, por a última da hora, fazer coisas ou marcarem uma posição que o GAIA afinal até nem queria está associado. Aquilo, como por exemplo, no Símbolo da Paz, acabou por haver

³⁷ Acrescente-se a esses posicionamentos o fato de grande parte desses sujeitos terem obtido suas primeiras doses de impulso ativista por meio de leituras sobre o anarquismo ou da participação em grupos com esta filosofia, marcadamente a Assembléia Libertária do Porto.

lá muitas bancas e muito material informativo de alguns partidos políticos, e o GAIA se soubesse que ia ser assim naquele dia, se calhar, não tinha se associado com eles formalmente, se calhar as pessoas, nós iríamos lá na mesma participar, mas a título individual. Pronto, acho que esse é sempre um risco que se corre quando se participa em acções organizadas também em conjunto com outras pessoas, depois nunca se sabe muito bem o que pode acontecer a última da hora. E pode prejudicar um bocado a imagem, pronto, que nós queremos dar.

O ativismo ou militância política nos movimentos sociais diz respeito grosso modo à uma postura pessoal e coletiva diante de temas da vida social no sentido de atuar e intervir sobre os mesmos. Existem tantos ativismos que seria imprudente designá-los a partir da ligação a este ou àquele movimento social. Entretanto aventurando-nos numa definição generalista, podemos dizer que o ativismo é uma forma de atuação na vida social que extrapola a pura reflexão ou análise da mesma. O intento supremo do ativismo é provocar modificações. Nessa direção, Alan Touraine afirma que “[...] um movimento social é sempre um protesto moral. Coloca-se acima da sociedade para julgá-la ou para transformá-la, não em seu centro para geri-la e orientá-la no sentido exigido pela razão ou pela história” (1998: 90). No caso aqui investigado, o ativismo ultrapassa a delimitação organizativa (do movimento ou grupo social) em direção a um ativismo comportamental refletido em diversas práticas quotidianas.

Com frequência, o GAIA é apontado por seus membros como um grupo marcadamente ativo. Mas, o que dizer de si próprios? Qual é a reflexão que os membros desse grupo fazem quando interpelados sobre sua identidade ativista? Afinal, do que estamos a falar quando classificamos alguém como ativista ambiental? Seguindo o raciocínio apresentado anteriormente por Woodward – que se baseia em autores como Claude Levi-Strauss, Mary Douglas e Émile Durkheim –, a construção da identidade compreende variados aspectos como o estabelecimento de diferenças, por meio de símbolos, que por sua vez emergem nas relações sociais de modo a gerar sistemas classificatórios do que significa ser ou não ativista ambiental, por exemplo. A autora ressalta que as identidades não são unificadas e que para além da dimensão social e simbólica, a dimensão

psíquica exerce grande influência na construção e manutenção das identidades (Woodward, 2000).

Para José Manuel Mendes:

“As identidades emergem da narrativização do sujeito e das suas vivências sociais, e a natureza necessariamente ficcional deste processo não afecta a eficácia discursiva, material ou política das mesmas. As identidades constroem-se no e pelo discurso, em lugares históricos e institucionais específicos, em formações práctico-discursivas específicas e por estratégias enunciativas precisas” (2002: 506).

Tendo em conta a relevância narrativa e discursiva na formação das identidades, temos nos trechos das entrevistas a seguir a exemplificação desse movimento reflexivo de percepção identitária.

Nilzélia: E o que significa ser uma activista ambiental?

Fernanda Andrade: Significa ser mais que activista de sofá, aquele que só escreve e fala, mas não faz nada e... sei lá, e tentar em todas as atitudes do dia-a-dia pôr em prática os princípios em que uma pessoa acredita e mostrar aos outros que é possível fazer as coisas de uma outra maneira.

A entrevistada estabelece uma linha limítrofe entre aquele que faz algo e aquele que apenas reflete ou analisa a sociedade. O primeiro é dessa forma considerado ativista de fato, justamente por evidenciar sua atitude por meio de práticas quotidianas e quiçá mobilizantes. Na outra margem da fronteira está o ativista acomodado, aquele que ainda não ultrapassou o contexto meramente discursivo.

Noutra entrevista:

Nilzélia: O que é que significa ser um activista ambiental? Você vê-se enquanto activista ambiental? Que significa isso para você?

Filipe Galvão: Eu próprio tenho algumas dúvidas em perspectivar-me ou em considerar-me um activista ambiental – se é que isso...o que é que isso signifique! – mas, não sei, se calhar partindo um pouco da dissecação da terminologia das palavras, no fundo acho que a palavra «activista» é de facto alguém que pretende quase activar a sociedade, introduzir algum dinamismo a algo que está estático e que está parado. E nesse sentido creio que a palavra activista acaba por se adequar muito, porque de facto é isso que acontece. Estamos numa sociedade que está muito estagnada ou é muito pouco dinâmica – nomeadamente em termos de ideias, em termos de valores. No fundo acho que a palavra activista mais do que referir à própria pessoa em si, à pessoa que está activa a tentar fazer alguma coisa, é também o próprio movimento de fazer um activismo para activar a sociedade. Nesse sentido se calhar, sim. Tento desenvolver um estilo de vida que tem preocupações a esse nível, de fazer coisas a esse nível também, sem querer salvar o mundo – não é uma pessoa que vai salvar o mundo – mas, tentar de alguma forma contribuir pela minha parte, influenciar de forma positiva a sociedade. E para isso preciso ter uma atitude activa – uma atitude activa a nível pessoal, de questionamento do nosso próprio estilo de vida e das nossas próprias rotinas, no fundo, até, por exemplo um esforço de sensibilização – implica investir um enorme esforço no sentido de proporcionar que a informação chegue a mais gente, de proporcionar que outro tipo de pessoas tenha acesso à informação e possam passar por este processo de questionamento e de formar os seus próprios valores. Isto pressupõe activismo, pressupõe criar uma estrutura para chegar a mais pessoas, pressupõe conceber estratégias de intervenção e de certa forma um compromisso que a pessoa assume consigo próprio e com a sociedade. [...] Muito sucintamente, partindo de tudo aquilo que tive a dizer, creio que o significado é um compromisso no sentido de assumir essa preocupação quase diariamente e assumir um compromisso de dedicar uma parte da nossa vida – se essa parte é maior ou mais pequena isso depois já varia e é muito relativo, não é? Também depende da escala de prioridades. Dedicar [-se] a esse trabalho de tentar de alguma forma activar e modificar o próprio ambiente social.

Nos trechos acima é nítida a avaliação da sociedade portuguesa como sendo pouco mobilizada e pouco atuante em termos de construção de novos, justos e sustentáveis modelos sociais. Para os membros do GAIA, o ativismo é uma forma de despertar nos outros (ao mesmo tempo que em si próprios) uma intensidade criativa capaz de transformar essa passividade social. Se muitas vezes

o ativismo é acionado principalmente como justificativa de socialização de ideais e comportamentos desejáveis, é imperativo reconhecer que concomitante a esse ativismo expresso, há um um ativismo impresso no sujeito, ou uma atitude activa, definida anteriormente pelo entrevistado como “uma atitude activa a nível pessoal, de questionamento do nosso próprio estilo de vida e das nossas próprias rotinas”. Esse movimento de dentro para fora, de gestação de um ativismo que se recria, primeiramente no eu – apesar de não estar dissociado do coletivo – e se manifesta na prática individual que ambiciona influenciar a prática social é o principal fundamento daquilo que temos chamado de sujeito ambiental.

Nesse trajeto, a maioria dos membros do GAIA Porto atribui a noção de ativismo ambiental à passagem da teoria à prática. Todavia, o adjetivo ambiental não é tão homogeneamente recebido entre os membros do grupo. E isso menos em razão da tênue demarcação (se tal for mesmo possível) entre o ativismo de satisfação pessoal e o ativismo político de transformação social, e mais em função do termo ambiental representar nalguns casos uma adjetivação redutora ao ativismo empreendido pelo grupo ou por cada indivíduo em particular, qual seja: um ativismo assente na integração entre objetivos ambientais e sociais. Assim, vemos a seguir:

Nilzélia: Você se considera um activista ambiental?

Rodrigo Alves: Não, não gosto de me considerar um activista ambiental e eu vejo o GAIA também, não como uma associação ambiental, mas é uma associação muito mais geral, não só ambiental. Acho que isso é uma questão legal, depois as pessoas do GAIA estão interessadas, não só no ambiente, [...] também está tudo ligado, não vale a pena lutar por um ambiente sem lutar por um... pela questão social, política, por isso... não gosto de dizer que sou um activista ambiental. Gosto de dizer que sou activista em tudo. (sorrisos) Eu gosto sempre de ser, pelo menos.

Noutra entrevista:

Filipe Galvão: A questão do ambiental... no fundo o ambiente, normalmente o ambiente

é sempre abordado ou, muitas vezes é abordado quase como se fosse uma área específica da sociedade, ou uma ciência, ou quase muitas vezes até um hobby... hum... eu pessoalmente não... Creio que é uma visão que está... que é muito limitada e que não corresponde àquilo que essencialmente é o ambiente, o ambientalismo. O ambientalismo, é uma análise, uma forma de observar tudo aquilo que nós somos enquanto indivíduos, enquanto sociedade e a forma como nos interagimos com os outros, como interagimos com o meio ambiente – e daí a palavra ambientalismo. E nesse sentido é uma palavra muito holística, como praticamente tudo aquilo que nós somos e com tudo aquilo que fazemos...! Não é só preocuparmo-nos em salvar os espaços naturais ou em proteger os habitats naturais, o que é um trabalho extremamente importante: são cada vez menos e são cada vez mais valiosos, sendo menos... hum... sobretudo num país muito industrializado como Portugal é, e como normalmente são quase todos os países europeus, as áreas naturais acabam por não estar... não são muito comuns, em termo quantitativos, em termos qualitativos também, muitas vezes estão muito deterioradas... Mas de facto existe... existe de facto se calhar... facções ou correntes dentro do movimento ambientalista mais ligadas a esse trabalho de conservação da natureza, e que depois muitas vezes – em termos de comunicação social, em termos de sociedade – contribuem para que a visão do ambientalismo seja reduzida mais a essa vertente da conservação da natureza. Quando é de facto algo muito mais holístico do que isso [...] Isso parte muito da análise, da avaliação dos próprios valores da sociedade, dos próprios paradigmas que fazem colectivamente é ir numa determinada direcção e não noutra.

Ser ativista ambiental (ou apenas ativista, ressaltando-se a interdisciplinaridade das temáticas constituintes dessa prática) implica um entrelaçar de perspectivas, que no caso em estudo são, na maioria das vezes, coincidentes com o grupo no qual se está inserido. Desse modo, não é pois questão de admiração que nos discursos apresentados residam importantes lógicas de representação da identidade ativista pessoal, sem contudo deixarem de emergir aspectos de reafirmação da identidade do grupo – na tal lógica de concordância entre as identidades pessoais e coletiva presentes no GAIA. Assim, sendo um dos pilares do grupo a abrangência de objetivos – numa perspectiva ambiental o mais ampla possível – a definição restrita de ativista ambiental incidiria, contraditoriamente, nessa posição do grupo.

É curioso notar que diante desse encontro de identidades, existe a permanência da crença na ação individual como promotora de transformação social, não tanto pelo alcance, mas pela cadeia multiplicadora capaz de gerar. A crença no poder sensibilizador do ativismo individual dá sentido às práticas diárias, que por sua vez fornece sentido à uma militância doméstica ou quotidiana para além da militância tradicional, nas esferas a ela destinadas socialmente.

Nilzélia: É imprescindível estar no GAIA, estar num grupo ambiental para ser uma ativista?

Fernanda Andrade: Não, não é imprescindível, uma pessoa sozinha não precisa pertencer a nenhum grupo para ser um ativista, eu acho que não. Agora para mim acho que é imprescindível estar no GAIA, eu prefiro trabalhar no GAIA do que trabalhar sozinha, mas não quer dizer que não seja possível, eu acho que é.

Em outra entrevista:

Nilzélia: É imprescindível estar num grupo ambiental para ser um ativista ambiental?

Roberto Filho: Não tens que estar em grupo, mas o que o grupo ajuda é que, é que fazer coisas em conjunto pode ter um impacto maior, mas uma pessoa pode, sozinha pode ser um ativista, pode fazer tudo o que um grupo faz até, o impacto até pode ser maior se ela trabalhar mais que o grupo não é? (sorrisos) Mas isso, uma coisa não implica a outra, não tens que estar num grupo.

E ainda em outra:

Nilzélia: É imprescindível estar num grupo para ser um activista?

Rodrigo Alves: Não... não... [...] Normalmente, associa-se activismo aos outros não é o que tu fazes mas a acção que tens em relação ao teu meio... mas só as tuas próprias acções já são um exemplo. Por exemplo, eu não lembrei-me, olha vamos andar de bicicleta! Só me lembrei foi porque vi alguém a andar tipo: – Uau! Olha boa ideia por que é que nunca pensei nisto? E influenciámos assim. Por isso as nossas próprias acções é uma forma de ser

activista, isso só não é se tiveres um comportamento vulgar, se tiveres um comportamento igual a toda a gente, aí não mexe nada, é normal. Agora se tiveres uma atitude diferente vai provocar uma reflexão nas pessoas obrigatoriamente, por isso qualquer um pode ser activista independentemente de participar ou não em grupo. Claro que participar em grupo tem outras vantagens.

Na perspectiva desses militantes o ativismo pessoal não exclui o ativismo coletivo, antes se complementam. Os ativistas justificam essa abordagem tanto em termos de maior impacto social, que eventualmente o grupo possa exercer, como em termos de preferência ou de opção individual por integrar aquele grupo ambientalista e, desse modo, satisfazer um desejo pessoal. Ao equilibrarem a relevância da participação individual frente à coletiva, os ativistas do GAIA fogem de modo ciente às armadilhas daquilo que Porto-Gonçalves classificou de “ecologismo ingênuo” (2006: 15): uma forma de ativismo que apregoa acriticamente a convicção da transformação dos hábitos individuais como solução para os problemas ambientais, sem contudo, adentrar nos amplos contornos políticos, econômicos e éticos do desafio ambiental. Contornos estes inscritos em cenários de injustiça social profundos, tantas vezes distorcidamente exemplificados como justificativa do agravamento das questões ambientais.

É recorrente procurarmos as ações de ativismo em conexão com movimentos ou grupos sociais. Nossa tarefa nesse momento será a de expor práticas que apesar de terem muitas ligações com o âmbito coletivo são realizadas de maneira individual e constituem o âmago da caracterização do sujeito ambiental. Ao mesmo tempo que estas práticas diárias constituem conscientemente instrumentos estratégicos de propagação de modos de vida que os ativistas consideram adequados à manutenção do equilíbrio ecológico e ambiental, elas também se inserem no contexto de contínua construção da identidade pessoal. Ou seja, através da realização sistemática de determinadas práticas, os ativistas passam paulatinamente de operadores de instrumentos de educação ambiental, a portadores de mensagens ambientais. Eles não apenas praticam determinados modos de vida, mas os tomam para si – parece residir aqui a diferença entre um ecologismo ingênuo e um ecologismo estratégico e,

sobretudo incorporado, tendo em vista que esses ativistas vêem suas identidades associadas às tais práticas.

Não há regras ou pressupostos requeridos para integrar-se ao GAIA, contudo, a maioria das práticas ambientais estão em consonância entre seus ativistas, e parece-nos lógico que assim seja, segundo Mendes: "Na solidificação das memórias essencial é a possibilidade de simbolização e da sua reprodução ritualística. As identidades fortes são as performativas, as que se activam e aplicam no quotidiano, numa fusão parcial na comunidade e na colectividade" (2002: 514). Nesse contexto são inextrincáveis as crenças e os valores, as ações e as práticas desses sujeitos, antes umas se inscrevem nas outras. A realização de uma prática diz muito pouco em si mesma; são as representações e os símbolos que uma dada prática é capaz de evocar, recriar ou combater que lhe propicia sentido e significado.

As práticas refletem mudança individual interior e exterior, com o objetivo de alcançar mais pessoas, a fim de serem compostos novos e alternativos projetos de vida pessoal e coletiva. A negociação faz-se indiscutivelmente relevante, visto que a existência de conflitos se dá não somente ao nível do empreendimento para a sensibilização de outros indivíduos, mas sobretudo, em âmbito interno, na identificação e combate de contradições próprias da construção de uma identidade ambiental ainda pouco vivenciada na sociedade portuguesa. Negocia-se com os outros e negocia-se consigo próprio num movimento questionador que a todo instante exige não apenas a tomada de posições, mas o cumprimento das mesmas.

A mudança de comportamentos e a fundamentação de uma atitude ecológica ou noutras palavras: a construção do sujeito ambiental é uma tarefa diária, persistente e tem lugar no terreno das micro escalas. Os objetivos primeiros da manutenção assídua dessas práticas estão ancorados na robusta fé que os ativistas demonstram ter para com modos de vida alternativos aos habitualmente verificados nas sociedades capitalistas, já que esses ativistas acreditam numa relação de harmonia e cooperação entre o ser humano e a natureza. Com seu modo de vida diferenciado, intentam apelar à sociedade que é possível e desejável consumir menos, utilizar menos recursos naturais, reduzir em

praticamente todos os aspectos a pegada ecológica da atualidade. O ativismo vivenciado por membros desse grupo corresponde a um jogo intenso, porque quotidiano e alargado à maioria das esferas da vida.

Na construção e manutenção de uma identidade ambiental o que está em jogo é a negociação diária dos valores que aqueles sujeitos acreditam ser inalienáveis. Esse jogo é dinamizado entre sujeitos próximos afetiva ou situacionalmente. Nessa dimensão doméstica da sua prática social, os ativistas ambientais do GAIA procuram exercer alguma influência sobre as pessoas do seu convívio mais imediato e fixo, como família e amigos. O desenvolvimento desse jogo implica estratégias: ora de avanço, ora de recuo, ora de ataque, ora de defesa. As dificuldades e os sucessos talvez sejam mais rapidamente percebidos que em grande escala, e é justamente a incidência dos logros que motivam os ativistas em suas ações de pequena escala como é patente no trecho da entrevista a seguir:

Nilzélia: Hum... Que tipo de práticas você faz no dia-a-dia para impactar menos o ambiente?

Regina Sousa: Aqui em casa temos a reciclagem, não é? O facto de ser vegetariana, também é importante, mas acho que é nas atitudes, sei lá, de ir às compras e não levar sacos de pano, ou então se não levo nada, até trago assim na minha mala ou na mão assim, tento também não dramatizar muito, percebes. Se às vezes me esqueço e quando vou carregada não venho com aquilo tudo na mão. Pá, trago o saco de plástico, a seguir uso para outra coisa e, pá, e divulgar esses pequenos pormenores, percebes? Tipo ralhar quando o pessoal não faz essas coisas e... sei lá, em casa, ralhar quando... com pequenas coisas simples, quando o pessoal deixa a torneira aberta... sei lá! E no Porto, tem lá uma pequena horta em casa, temos compostagem, que é uma cena que a minha família (...) falava: "O quê, estás doida!?" e agora já aceita. E fiquei bué de contente do outro dia quando o meu irmão estava a virar...a revirar o composto e a ajudar-me a plantar umas framboesas que a Fernanda tinha arranjado. Sei lá, são assim pequenas coisas, que tu vais te lembrando, sei lá... substituir as lâmpadas por lâmpadas de baixo consumo... e também tentar não levar a coisa muito... sei lá, não vou ficar zangada comigo e auto-massacrar-me porque não fiz aquilo ou porque não fiz aqueloutro, não é? Tentar ter uma atitude também de "Pá! Nós somos seres humanos, cometemos erros e há muita coisa que podia

fazer e que não faço, também!" Ah! (...) estou sempre a tripar (...)... Lembro-me na Prá-kys-tão, de eu dizer assim do outro dia, Fui lá fazer... é uma coisa por causa do meu trabalho, é uma análise só, e disse: "Opá, arranjem-me folhas de rascunho, que eu esqueci-me e não sei quê..." e veio o José Francisco falou com folhas - o que é que eram aquelas folhas de rascunho? Eram folhas normais! Eram folhas A3, ainda por cima branquinhas de um lado e doutro! E eu disse: – Estás a gozar comigo?" (sorrisos) [...] – São folhas de impressão, não é? [...] Mas se calhar a pessoa para a próxima vai se já lembrar: "Porque é que eu não uso mais vezes folhas de rascunho?" Mas é uma coisa que a mim impressiona-me porque sai de mim, não é, percebes? Eu sabendo aquilo que posso fazer, tento fazer e, no dia-a-dia (...).

Nesse momento, a entrevistada recupera algumas das práticas ambientais que realiza em seu quotidiano. Ela reforça a importância do efeito multiplicador gerado em familiares e amigos a partir do seu exemplo de militância pessoal. A ativista demonstra uma postura exigente para com ela própria e para com os que lhe estão mais próximos no convívio diário, todavia tal exigência é amenizada quando ela reconhece que faz o possível para não causar certos impactos (o uso de sacos plásticos, por exemplo), mas quando tal é impossível, age da melhor forma possível (dando uma destinação posterior ao saco) com a intenção de não gerar uma auto culpabilização extremada.

Irrompe dois importantes conceitos: comportamento e atitude. Para Isabel Carvalho:

"Atitudes são predisposições para que um indivíduo se comporte de tal ou qual maneira, e assim podem ser preditivas de comportamento. Contudo, não há determinação do tipo causa e efeito que nos permita traçar correspondência direta entre a formação de atitudes e o plano dos comportamentos. Estes últimos são as ações observáveis, efetivamente realizadas, e podem estar ou não de acordo com as atitudes dos sujeitos. Muito frequentemente os sujeitos podem-se comportar em dissonância total ou parcial de suas atitudes. As ações humanas são multideterminadas, e há muitos fatores em jogo na relação entre atitudes e comportamentos. Determinada pessoa pode cultivar uma atitude ecológica, mas, por vários

motivos, seguir mantendo hábitos e comportamentos nem sempre em conformidade com esses ideais" (2004: 177-178).

Parece-nos que a entrevistada exemplifica bem esses dois aspectos. Seu discurso, assim como sua prática diária, indica que seu comportamento ambiental está ancorado numa atitude ambiental solidificada no GAIA, mas que surgiu antes desse, em ativismos anteriores e em reflexões pessoais acumuladas.

Os exemplos com essa ativista em particular avolumam-se: lembro-me de, numa dada atividade no Porto, sairmos às compras e além dos sacos que ela levava consigo houve um comportamento que me causou muita surpresa e pelo qual passei a ser influenciada. Fomos até uma frutaria e lá a Regina passou a escolher as verduras e frutas mais maduras e mesmo as que tinham alguma fissura ou pequenas lesões. A lógica era: se estamos a adquirir as frutas e vegetais para consumo imediato, mais vale escolher aquelas que dentro de um ou dois dias serão destinadas ao lixo, afinal é uma forma de evitar o desperdício dos alimentos, pois as pessoas raramente adquirem esses produtos com algum 'defeito'. Isso era algo que ia contra tudo o que eu havia aprendido sobre compra de frutas e vegetais! Mas, sem dúvida, era uma prática que refletia uma atitude ambiental aprofundada.

Noutra entrevista:

Nilzélia: Que tipo de práticas você costuma fazer no dia-a-dia para impactar menos o ambiente?

Roberto Filho: (sorrisos) Tenho que dizer isso sem se gabar.

Nilzélia: sem se gabar?

Roberto Filho: Sei lá, tem alguém que diz: eu sou vegetariano, eu sou não sei o que.

[...]

Roberto Filho: Há coisas que... sou vegetariano.

Nilzélia: É vegetariano ou vegan?

Roberto Filho: Eu sou vegano. Há umas coisas que são, tipo aqui em casa. (risos) Mas há coisas tipo reciclagem, já nem acho isso uma coisa assim que se possa dizer que, quer dizer, se não reciclar é pior não é? Mas não é assim nada de especial. Mas, a nível energético eu não sou assim muito poupável.

Nilzélia: Não é muito...?

Roberto Filho: Não sou poupável a nível energético. Tipo, a televisão está em stand by

Nilzélia: O computador... não.

Roberto Filho: Não, o computador agora está ligado, está em standby claro, o monitor está desligado. Acho que a nível energético não consigo pá, me orientar muito. Ah, é mais ao nível da alimentação de poupar resíduos que sempre que compro, o que compro tomo cuidado, tento não comprar multinacionais; ando de bicicleta; tento não usar nem carros privados, nem transportes públicos.

Nilzélia: Tens carteira?

Roberto Filho: Não.

Nilzélia: Pretendes ter?

Roberto Filho: Não. (risos) Eu não sei. Acho que não. Mas, quando, tem essa: quando compro também é importante vejo sempre os rótulos do... se é transgênico, a um bocado não há nada transgênico não é, mas... Vejo qual é as empresas e sei, tenho conhecimento de qual é as empresas que fazem mal e essas boicoto ou não compro nada dessas empresas, como a Nestlé, ou a Adidas, ou a Coca-Cola, ou a Pepsi, ou seja.

[...]

Roberto Filho: Não compro roupas também, tento usar roupas de outras pessoas que vão me dando (risos)

Nilzélia: Não compras mesmo?

Roberto Filho: Compro mas evito comprar, a maioria das roupas que tenho são roupas usadas ou de pessoas que não usam ou que não gostam.

Nilzélia: Hum hum. Há quanto tempo és vegano?

Roberto Filho: Ah, isso não sei.

Nilzélia: Começaste sendo vegetariano ou não?

Roberto Filho: Comecei sendo vegetariano.

Nilzélia: Isso há quanto tempo?

Roberto Filho: Aos 21, tenho 27, são seis anos.

Nilzélia: Seis, e vegano?

Roberto Filho: Vegano, numa altura que, portanto, tornei-me vegetariano, depois para aí um ano depois, só consumia ovos e leite que fossem da agricultura biológica e depois deixei ovos e leite, sei lá três, quatro anos não sei bem.

Nilzélia: Não fumas?

Roberto Filho: Não.

A menção à algumas das práticas quotidianas realizadas por esse ativista nos remete a uma série de aspectos sociais e simbólicos fundamentais para visualizarmos sua atitude ambiental, bem como de muitos dos ativistas daquele grupo. Não comer ou adquirir produtos de origem animal; reutilizar roupas, sapatos e outros objetos duráveis; não adquirir marcas de grandes corporações;

andar de bicicleta. Todos esses aspectos geram cenários muito próprios no universo do convívio social e da apresentação da própria imagem. O sujeito ambiental recria e fundamenta sua identidade na arena social e simbólica que passa a lhe ser muito própria ou diferenciada de outras arenas sociais e simbólicas presentes na sociedade alargada.

Contribuem enormemente no estabelecimento dessa identidade os lugares: restaurantes vegetarianos; espaços culturais alternativos; centro de cópias que utilizem papel reciclado; entre outros. A nível da composição da imagem a bicicleta é um objeto que exerce papel singular na vida desses ativistas. A ausência de roupas e adereços de grandes marcas; a preferência por uma apresentação mais despojada em relação ao universo da moda midiática; a utilização de produtos de higiene pessoal e cosméticos sabidamente ecológicos são outros dos aspectos que compõem simbolicamente o sujeito ambiental do GAIA.

Dois entrevistados explicam seu posicionamento em relação ao vegetarianismo:

Roberto Filho: Acho que é uma maneira... para já é uma coisa que qualquer pessoa pode fazer e que tem uma influência grande, porque se pensarmos no número de animais que mataríamos se comêssemos carne...

Nilzélia: Se pensássemos numa?

Roberto Filho: No número de animais que mataria, que matarias. Imagina que uma pessoa normal em média consome ao fim do ano consome não sei quantos animais, tu ao não consumires esses animais estás a provocar com que esses animais não sejam mais produzidos, ou não poderem estar no mercado não é? Quanto mais procura, mais oferta, então, quanto mais fores vegetariano então estás a salvar vidas de animais e ao mesmo tempo estás a tomar uma posição, quer dizer, não só dos animais também da natureza porque a produção animal exige, depende maiores recursos, e têm os rios por causa dos excrementos e tudo isso e pronto, é uma maneira também ao mesmo, ao fazeres isso também estás a influenciar. As pessoas vêem que consegues viver não comendo carne, e

assim influencias. Porque as pessoas olham, se calhar também posso fazer o mesmo e fazem (risos). É uma coisa muito prática e muito, e é saudável até, há quem diga que não mas, e é algo que tu vês, que às vezes é preciso muitas coisas, mas não vê o efeito e ali está, está muito óbvio o efeito que isso tem, acho eu.

O entrevistado apresenta um pensamento encadeado, onde o não consumo de carne apresenta benefícios para a saúde humana e para o ambiente – além desta prática poder atuar como um exemplo realmente eficaz de sensibilização e convencimento de uma parcela maior da população. Note-se que concomitante ao fato do não consumo de carne ser algo, segundo o entrevistado, com efeitos evidentes, há também a possibilidade de desconstrução do imaginário social que associa alto valor nutritivo (muitas vezes insubstituível) à alimentação à base de carne.

Em outra entrevista:

Nilzélia: Esclarece para mim a diferença entre o vegetariano e o veganismo.

Filipe Galvão: Portanto, normalmente as pessoas que eu...quando falo no vegetarianismo, uma grande parte das pessoas que são vegetarianas são lácto-ovo-vegetarianas. Fazem uma dieta vegetariana mas que ainda inclui o consumo de produtos lácteos, ovos... O vegetarianismo mesmo na acepção integral da palavra, até aquilo que se chama vegetarianismo integral ou vegetarianismo puro – não é puro no sentido de dizer que o outro vegetarianismo é impuro mas é puro no sentido, se calhar da própria terminologia – implica uma alimentação feita essencialmente a partir dos vegetais ou exclusivamente de alimentos vegetais, o que inclui frutas ou sementes ou outras coisas. Nesse sentido temos o lácto-ovo-vegetarianismo – que é o mais comum – temos o vegetarianismo integral – que são pessoas que fazem esse tipo de alimentação mas excluindo já esse tipo de produtos de origem animal. Normalmente o veganismo, o vegetarianismo que é praticado, a alimentação vegetariana que é praticada no veganismo é esse vegetarianismo integral. Agora, a questão é que o veganismo não se restringe só à questão alimentar. É mais uma atitude mais global. É a forma como estamos no dia-a-dia, também em termos de vestuário, em termos de o máximo possível – e isso depois do máximo também implica parte da sensibilidade de cada pessoa. É no máximo que nos for possível, evitar produtos

de origem animal. Pela própria lógica que está inerente à questão da exploração animal porque sabemos que pela própria lógica de vivermos numa sociedade que segue um modelo essencialmente antropocêntrico, em que considera o Homem uma espécie dominante e com a legitimidade moral para usar e abusar das outras espécies. Hum... o veganismo é o paradigma quase oposto. Nós somos uma espécie entre outras e podemos tentar viver e tentar consumir bens que possam ser produzidos sem estar a produzir esse sofrimento e exploração sobre as outras espécies, sobre os outros animais. Agora, como fazer isso no dia-a-dia e até que ponto é que é possível ou que género de compromissos é que cada pessoa... também é um pouco... consciência pessoal e individual de cada um. É um pouco aquela questão [que] estava a dizer há pouco. Se for muito forçado por uma pessoa deixar de beber leite, por exemplo, creio que o ideal é não o fazer, é não deixar de o fazer. [...] Claro que também é relativo, porque às vezes há um enorme sacrifício, depois de darmos esse passo, até percebemos que é mesmo algo quase habitual no dia-a-dia. E muitas vezes esse tipo de processo é precisamente assim. Parece-nos que é muito difícil conseguir atingir aquele objectivo – como seja deixar de comer carne ou deixar de comer peixe – e depois de deixarmos percebemos que no fundo até nem era assim tão difícil. É... pode variar, não é?

O trecho acima nos fornece alguns elementos importantes para pensarmos o significado, ou melhor, os significados do não consumo de carne, não somente para a alimentação, como para variados fins. O entrevistado esclarece que existem tipos de vegetarianismo, sendo o veganismo uma atitude mais global com o intuito de eliminar o sofrimento causado aos animais. Insurge-se o conceito de especismo, cunhado por Peter Singer e que diz respeito ao tratamento privilegiado que o ser humano tem atribuído à sua espécie em detrimento de outras. Segundo esse autor:

“Se um ser sofre, não pode haver justificação moral para a recusa de tomar esse sofrimento em consideração. Independentemente da natureza do ser, o princípio da igualdade exige que o sofrimento seja levado em linha de conta em termos igualitários relativamente a um sofrimento semelhante de qualquer outro ser, tanto quanto é possível fazer comparações aproximadas. [...] Os racistas violam o princípio da igualdade atribuindo maior peso aos interesses de membros da sua própria raça quanto há um

confronto entre os seus interesses e os de outra raça. [...] Do mesmo modo, aqueles a quem chamo «especistas» atribuem maior peso aos interesses dos membros da sua própria espécie quando há um conflito entre esses interesses e os das outras espécies. Os especistas humanos não aceitam que a dor sentida por porcos ou ratos seja tão má como a dor sentida por seres humanos" (2002: 78).

O entrevistado critica ainda o antropocentrismo presente nas sociedades capitalistas contemporâneas e apela à uma mudança de comportamento e atitude profundas. Todavia, pondera que as pessoas devem respeitar seus limites, que a transformação pessoal não deve incorrer numa lógica de sacrifício, ainda que seja necessário opor-se ao comodismo instaurado.

A alimentação assume contornos basilares nas práticas quotidianas desses ativistas – e está profundamente interconectada com outras esferas, marcadamente o consumo, na medida em que existe uma vigilância sobre onde e quais alimentos adquirir. Para aqueles ativistas o ato do consumo é especialmente dotado de potencialidade transformadora. A sociedade capitalista fomenta o consumo desenfreado e excessivo, todavia, por meio da implementação sistemática de um consumo responsável é possível impor uma regulação aos mecanismos fomentadores e maquiadores do consumo contemporâneo hegemônico. Ainda que os ativistas não nutram propriamente uma crença na transformação do modelo econômico, antes o rejeitam: muitos ativistas advogam idealmente pelo não consumo, mas como isso ainda é impossível em termos práticos, eles adotam uma postura do fazer o melhor possível diante das condições apresentadas, isto é, a concretização de um consumo responsável.

Em relação ao consumo refere um dos entrevistados:

Filipe Galvão: [...] o problema é que os próprios mecanismos de comércio estão de tal forma agitados pelo fenómeno da globalização que encontrar, por exemplo, vestuário fabricado em Portugal... quando se consegue encontrar é quase um achado! Parece que é quase impossível encontrar coisas que sejam feitas em Portugal, que sejam feitas

em condições sociais e ambientais que nós de alguma forma possamos saber que são correctas e que não estão, ou a explorar mão-de-obra infantil ou a provocar danos ambientais. E há uma proliferação de... há um fenómeno em massa de deslocalização da produção dos nossos bens para países onde é possível produzi-los de forma extremamente barata, ao mesmo tempo barata porque não há essa preocupação social, laboral e ambiental e torna-se muito difícil estando todo o comércio estruturado em função destes valores – valor económico e do lucro – hum... torna-se extremamente difícil nós, enquanto consumidores conseguirmos encontrar alternativas, conseguirmos consumir produtos que tenham inerente essa preocupação ética. Agora, como é que se coloca a questão a nível pessoal? Com a informação que temos disponível que basicamente é um pouco... as etiquetas ou perguntando às pessoas das lojas... hum... tentar de alguma forma descobrir qual é a proveniência dos produtos. À partida, um produto que é feito na China já sei que quase implicitamente não vai ter uma preocupação ou não foi alvo de uma preocupação em termos ambientais ou laborais... hum... minimamente rigorosa ou sequer básica, não é? Então à partida, por exemplo, tento evitar consumir produtos que sejam provenientes desses países onde sei que não existe essa preocupação. Ou o próprio facto de serem países que são extremamente opressores em termos de direitos democráticos... hum... mas a verdade é que, de facto as nossas escolhas são cada vez mais limitadas e é muito difícil encontrar produtos que não sejam actualmente feitos na China, por exemplo. E em Portugal isso é particularmente visível. Sendo um país assim muito aberto em termos de influência de grandes forças económicas... hum...esse fenómeno acaba por se verificar de uma forma muito acentuada.

E com uma posição mais vincada, outro entrevistado reflete sobre o contexto económico nas sociedades capitalistas:

Roberto Filho: Idealmente o que eu queria era viver sem dinheiro. Idealmente eu queria uma sociedade que não houvesse dinheiro, mas sabendo que existe uma sociedade que existe dinheiro gostava de conseguir viver nela sem usar do dinheiro. Portanto, tinha que ocupar uma casa e reciclar comida...

Nilzélia: Produzir comida.

Roberto Filho: E produzir também [...]. É possível, mas eu ainda não tive coragem para

chegar a esse ponto.

Nilzélia: Hum hum. E, pretendes chegar a esse ponto?

Roberto Filho: Sim. É um objetivo.

Nilzélia: Hum hum. E isso passa por abandonar a cidade ou não?

Roberto Filho: Não. Pode ser no campo também, mas pode ser na cidade, não tenho bem... na cidade é engraçado e no campo também. Na cidade é mais engraçado porque estás em mais em contacto com mais pessoas e com, e a tua atitude, se calhar influencia mais, tens mais espaço de activismo. No campo é melhor para ti pessoalmente porque estás num ambiente mais calmo, respiras melhor não é? Não respiras os carros e estás ao pé da natureza e é então, um se calhar é mais, na cidade é mais para ter mais contacto com as pessoas e mudar aquilo que tu achas que não está bem e se fosse no campo era mais por mim (risos).

Não nos parece plausível estabelecer uma correlação direta do posicionamento do GAIA com as definições apresentadas no capítulo 1 sobre economia ambiental. Todavia, o grupo mais se aproxima da definição ecomarxista que de qualquer outra das correntes analisadas. A crítica substantiva que o grupo faz ao sistema econômico, bem como às condições precárias dos trabalhadores em muitos países, são os principais aspectos que lhe avizinha da corrente ecomarxista, sem contudo, permitir uma identificação plena.

4.3. Análise das Práticas

A vivência quotidiana dos ativistas do GAIA Porto expressa muitos aspectos, dos quais três dimensões figuram em alto-relevo nessa análise: a alimentação, o consumo e a mobilidade. É imperativo considerarmos quão permeáveis são essas dimensões e como se tornam muitas vezes indistinguíveis em termos práticos. Muitas das práticas ambientais aqui referidas coincidem com a definição dos valores pós-materialistas: são menos baseados nas necessidades

imediatas de sobrevivências e mais relacionados à qualidade de vida. Todavia, várias dessas práticas concorrem para a crítica ao modelo sócio-econômico, midiático, educacional, entre outros, críticas essas definidas como provenientes não de grupos ambientalistas pós-materialistas, mas de grupos que ao invés de desassociar as diversas esferas da vida social, as concebem em sua totalidade.

Esse cenário relativamente confuso ou interpenetrado por valores pós-materialistas e valores de sobrevivência, digamos assim, resulta a nosso ver do próprio contexto sócio-histórico no qual Portugal se encontra na atualidade. Um contexto onde os novos movimentos sociais não detêm maior expressividade e onde os chamados velhos movimentos sociais, em muitos casos, ainda buscam afirmação. Nesse sentido, não é mera coincidência que as principais dimensões das práticas dos ativistas do GAIA estejam recortadas – de fato ou simbolicamente – de aspectos que ora se inclinam mais às perspectivas das sociedades tidas como pós-materialistas, ora se identificam mais com as sociedades que ainda possuem as necessidades básicas como principal preocupação.

Como já vimos, a alimentação fundamenta um dos aspectos mais importantes da identificação social e simbólica partilhada nesse grupo. Ser vegana ou vegano possibilita àqueles sujeitos ambientais a construção diária e sistemática da imagem militante. Obviamente que essa militância é reforçada e estimulada pelos laços coletivos, entretanto, a prática pessoal em si sinaliza uma atitude ambiental amadurecida. Nessa atitude imprimem-se variados elementos de crítica social: desde o confronto com o especismo – que naturaliza as explorações impostas pelos seres humanos às outras espécies animais – até a escolha e valorização de alimentos vegetais produzidos em solo nacional e livres de agrotóxicos.

A escolha e a manutenção dessa dieta alimentar gera satisfação, mas também exige um verdadeiro exercício de manobra em busca dos alimentos e dos lugares adequados. Todavia, com o passar do tempo esses aspectos são inseridos na rotina de forma natural, ainda que aos olhares exteriores mais pareça a realização de rituais: leitura atenta dos rótulos dos produtos, a fim de não consumir produtos com demasiados conservantes, por exemplo; rejeição às

grandes marcas e às grandes superfícies comerciais – sendo essa escolha fundamentada em princípios de saúde e justiça social; atenção redobrada para não comprar ou cozer alimentos em quantidade superior à necessária, com vistas a abolir o desperdício dos mesmos; valorizações da origem do produto – sobretudo em função das condições de produção para o ambiente e para os trabalhadores – o que faz os ativistas buscarem produtos do Comércio Justo.

Outro aspecto observado em momentos de alimentação, principalmente os coletivos, diz respeito à sensibilidade de quem cozinha e dispõe a comida para as refeições. Os alimentos são tratados de maneira especial, são dispostos com harmonia visual, com alguma conotação ritualística.

De maneira estreitamente associada à alimentação temos a dimensão do consumo. Esta dimensão somente tem significado – no contexto das práticas dos ativistas do GAIA – se adjetivada. Assim temos o consumo responsável – categoria que abriga variadas práticas ambientais: a compra de produtos (em sua maioria alimentos) no Comércio Justo; a rejeição de grandes marcas do ramo do vestuário, em razão do trabalho exploratório que estas corporações desenvolvem, majoritariamente em países do Sul e também em razão do apelo simbólico altamente consumista presentes nessas marcas. Nessas práticas se inserem ainda o reaproveitamento de roupas, papéis e toda a espécie de objetos julgados úteis, práticas que preenchem o último elo dessa cadeia ativista, qual seja: o não consumo.

É imperativo voltar nossa atenção mais uma vez ao conceito de desenvolvimento sustentável, nesse caso à ausência dele. Assim, a ausência desse conceito nos discursos daqueles ativistas, associada ao modo de vida que praticam fornece-nos a interpretação de que o conceito de desenvolvimento sustentável é visto por eles muito mais como uma forma do sistema econômico capitalista camuflar sua intrínseca vocação de lucro sob modestos auspícios preservacionistas.

A terceira dimensão, qual seja, a mobilidade, está mais diretamente relacionada ao uso de meios de transportes não poluentes, assim, seria lógico afirmar que o objetivo em utilizar bicicletas, comboios ou metros, em não ter a carta de condução, em optar por uma caminhada a pé em detrimento de um

viagem de autocarro, configuram práticas claramente preservacionistas. Pois bem, não deixa de ser, mas é fundamental observarmos como essas práticas se inserem nos percursos diários dos ativistas. A componente demonstrativa com vistas a criar o efeito multiplicador é muito relevante e impulsionadora dessa prática quotidiana. Locomover-se de bicicleta possui, no contexto do ativismo aqui analisado, dois objetivos inseparáveis: não poluir o ambiente e dar o exemplo a outras pessoas, estimulá-las a fazer o mesmo ou ao menos refletir sobre aquilo.

Recorrendo novamente ao trecho da entrevista com Roberto Filho, no momento em que este aborda o impacto da bicicletada na cidade do Porto:

Roberto Filho: [...] Mas é muito fixe tu veres o impacto que uma determinada acção tem, a não ser pela participação das pessoas e como é que depois elas contactam. [...] E a bicicletada³⁸ também tem bastante impacto, apesar de não ser – foi o GAIA que dinamizou – mas ela existe por si agora, o movimento e, e tem bastante impacto porque as pessoas conhecem, tu falas com as pessoas: – Bicicletada? – Já ouvi falar! E, portanto, tem impacto. [...] Agora tu não sabes até que ponto a bicicletada influenciou. [...] Agora, por acaso, agora há mais pessoas a andar de bicicleta. E até que ponto isso é a bicicletada ou são as pessoas a se preocuparem mais com o ambiente ou é...? Nunca sabe, é muito difícil saber esse tipo de avaliação.

No trecho anterior, temos outro exemplo de como o ativismo pessoal encontra no grupo seus principais meios de reprodução e sentido.

As práticas ambientais quotidianas relatadas pelos ativistas e observadas na pesquisa de campo perfazem valores simbólicos, demonstrativos e ritualísticos de grande importância na constituição dos sujeitos ambientais, bem como no reforço e na manutenção dos laços coletivos do grupo. Os comportamentos e atitudes desses sujeitos ambientais compõem modos de vida diferenciados de uma realidade pessoal não ativista, por exemplo. No dizer de Woodward:

³⁸ Rodrigo Alves explica o que é a bicicletada: "[...] eu chamo bicicletada porque é como chamam no Brasil. [...] E nós quando começámos, mantivemos uma relação com o pessoal brasileiro, até nos deram lá um espaço para o site e trocamos algumas experiências, mas o nome internacional é massa crítica, é crítica ao meio. E depois é que chamaram bicicletada e agora depois ficou uma discussão até com o que podia ser e ficou as duas coisas, portanto às vezes chama-se assim uma coisa, às vezes outra".

“O *social* e o *simbólico* referem-se a dois processos diferentes, mas cada um deles é necessário para a construção e a manutenção das identidades. A marcação simbólica é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, definindo, por exemplo, quem é excluído e quem é incluído. É por meio da diferenciação social que essas classificações da diferença são “vivas” nas relações sociais” (2000:14) [grifos no original].

Tenhamos presente que apesar dos ativistas do grupo partilharem entre si a maioria das práticas referidas, isso não implica um elo obrigatório ou restritivo para fazer parte do GAIA. Além disso, por tudo o que foi visto, parece-nos evidente que a comunhão dessas práticas, comportamentos ou atitudes concorrem para o fortalecimento do grupo, na mesma medida que reforça a identidade daqueles sujeitos ambientais nas suas negociações quotidianas. A construção de modos de vida diferenciados exige esforço e tempo, ainda que isso varie muito de pessoa para pessoa. A vivência desse processo é concretamente envolvente e progressiva, já que a realização de uma prática isolada pouco reflexo alcança se não estiver sempre associada a outras, que terminam por perfazer uma cadeia de objetivos conectados entre si por ideologias de transformação social.

Tão importante quanto implementar estratégias coletivas para fazer chegar ao máximo de pessoas mensagens de uma vida ambientalmente harmônica e socialmente justa, é a adoção de um comportamento diário que promova a criação de uma atitude ativista no âmbito pessoal e que crie raios de ação, sobretudo através do exemplo ou do efeito multiplicador. Apesar de sutil, há uma separação perceptível das ações dirigidas à esfera pública – como é caso das ações diretas, das campanhas virtuais e das atividades não restritas – e àquelas voltadas, primeiramente, ao domínio dos espaços privados, com destaque à família e aos grupos de amizade ou relacionamento.

É certo que tais diferenciações objetivam a sensibilização social numa escala que pretende ser gradativamente maior e ir englobando mais e mais pessoas a começar dos familiares e amigos. No entanto, também existe o risco da

formação de grupos altamente diferenciados e descolados da sociedade mais ampla, logo isolados. O GAIA não dá sinais disso, até mesmo em função das suas estratégias de ação que tendem largamente para a sensibilização e não para o confronto social, todavia, estejamos atentos que o papel preponderante exercido pelo grupo na vida da maior parte dos ativistas tem funcionado como um espaço de fundamentação e recriação de identidades, o que não o exime do risco de proteção e resguardo das mesmas, algo que contribuiria para uma posição de distanciamento e descrédito social.

Até esse momento foi possível identificar a existência de um cenário demarcado por estratégias que objetivam a criação de um efeito multiplicador de práticas e experiências ambientais. A vertente político-ideológica está efetivamente presente nos objetivos do ativismo quotidiano dos membros do GAIA Porto, tendo em vista que seus ativistas acreditam que suas pequenas ações podem influenciar muita gente, ainda que reconheçam que o grupo tem a capacidade de potencializar as práticas individuais – fazendo com que sejam divulgadas, quiçá experimentadas por um contingente maior da população. Mendes refere que “O sujeito não é, assim, algo de imutável, mas sim um trabalho constante de construção, procurando integrar três contradições essenciais: a relação entre o dito e o não-dito, entre o diálogo livre e o constrangido e entre o discurso interior e o exterior” (2002: 520). Nessa medida, temos inscritos nos comportamentos e atitudes ambientais de membros do GAIA a realização de satisfações pessoais associadas à crença (ou em razão desta) num mundo melhor, possível e edificável, tanto em escala micro quanto macro social – concomitantemente ao nível da ação pessoal e coletiva.

A nossa tentativa de conhecer os meandros do GAIA, assim como apreender no seu contexto de ação as práticas ambientais dos ativistas reveste esse trabalho de um fôlego diferenciado em Portugal. A visualização das práticas mais recorrentes entre os ativistas do GAIA nos fornece dimensões compreensivas de como a manutenção do sujeito ambiental é operacionalizada nos espaços quotidianos dos ativistas. Há dimensões fundamentais, quais sejam: alimentação, consumo e mobilidade que sob a máscara de inúmeras práticas se entrecruzam ao ritmo dos fenômenos mais simples e recorrentes do dia-a-dia.

Se dissociarmos as práticas individuais do alcance do grupo, é possível que passemos a enxergar atitudes desprovidas de projeto político abrangente. No entanto, as práticas ambientais levadas a cabo individualmente estão fortemente entrelaçadas no ativismo coletivo do grupo, já que é nesse espaço que se fortalecem e se desenvolvem. Os espaços de intervenção são deveras diferenciados, mas o cotidiano mais microscópico, por assim dizer, de forma alguma minimiza o valor das atitudes e dos comportamentos daqueles sujeitos ambientais, sobretudo por se tratar não apenas de uma prática ativista, mas da concretização de um modo de vida.

Não se trata de ativismo medíocre, antes de um ativismo vivenciado, algo que faz parte do dia-a-dia ideológico, prático e identitário daquelas pessoas. Não podem ser considerados extremistas, mas é evidente que seu modo de vida concorre para a construção de algum rompimento com os hábitos da sociedade em geral. Existe uma ginástica para possibilitar a convivência de estilos de vida tão diferenciados, ainda mais quando existe a tentativa deliberada de denunciar as contradições sistêmicas de modelos sociais vistos como agressores ao meio ambiente, opressores e exploradores de relações sociais e econômicas.

4.4. Tipos de Ações

Tendo em vista a estreita correlação da construção processual das identidades coletiva e individual no GAIA e, na tentativa de recuperar importantes aspectos aqui discutidos, formulamos um quadro síntese elencando algumas das ações do grupo. Ao observarmos essas atividades, faz-se necessário ter presente as matrizes contextuais que lhe dão sentido, como o local de ação, os objetivos, os limites do grupo, entre outros. Enfim, a dinâmica ativista do grupo e dos seus membros. Tendo sido essas matrizes exploradas – sobretudo nesse e no capítulo anterior – esperamos que o quadro a seguir possa ser capaz de aglutinar de maneira concisa a nossa reflexão sobre as atitudes e comportamentos ambientais presentes no GAIA e nos seus sujeitos ambientais.

Além disso, é fundamental expor que o nosso objetivo não é abarcar exhaustivamente o amplo leque do ativismo coletivo e cotidiano do GAIA e seus

membros. Antes, procuramos incidir na demonstração da ecologia de práticas que subsistem mutuamente nos espaços públicos e privados na vida dessas pessoas, na rotina desse coletivo.

Quadro 3. Tipos de Ações no GAIA

Tipos de ações	Ações coletivas	Ações individuais
Sensibilização	Semana sem TV; Dia sem compras; Caravana dos Transgênicos; Palestras e Oficinas	Conversas com parentes e amigos
Demonstração	Picnic vegetariano; Bicicletada	Uso da bicicleta; frequentar restaurantes vegetarianos; reutilização de roupas e outros objetos; boicote (não consumo de determinados produtos)
Intervenção	Reflorestação; Limpeza de praia	
Protesto	Dia contra a Shell; Contra a venda do teatro Tivoli; Contra a proliferação de armas e centrais nucleares	
Publicitação	Divulgação posterior de imagens das ações na Internet	Por meio de blogs e outras ferramentas virtuais

As ações perpassam-se necessariamente entre si, o que significa reconhecer que a classificação em ação de sensibilização, de demonstração, de intervenção, de protesto e de publicitação é algo bastante arbitrário e cada um desses tipos carrega em si características dos outros. Assim, o quadro serve como um modesto exercício para visualizarmos a amplitude das práticas do grupo, bem como suas inter-conexões, seja a nível de escalas (coletivo ou individual), seja em relação aos tipos.

Dado o estreito contato entre os tipos de ações, optamos por fundamentar as diferenças entre elas através das estratégias utilizadas. Assim, o tom de cada

uma dessas ações é ditado pelas estratégias utilizadas e essas podem sempre variar enormemente. Por sua vez, as estratégias dependem diretamente da feição ideológica que o grupo pretende imprimir à ação. Isso pressupõe que nenhuma das citadas atividades tem um percurso formatado ou previsível. Diferentes momentos históricos podem despertar no grupo, para ações muito semelhantes entre si, estratégias mais ou menos radicais, mais ou menos performativas. É certo que o discurso oral e escrito têm sido estratégias recorrentes nas diversas ações do GAIA e que têm adquirido grande proeminência nas práticas quotidianas dos seus sujeitos. Contudo, é cada vez maior a utilização de recursos performativos e lúdicos na realização das atividades, que associados àqueles introduzem diversificações importantes nos repertórios do grupo.

Por ações de sensibilização são tidas em conta aquelas que apelam diretamente à reflexão pública de uma dada questão. A distribuição de folhetos informativos, bem como a realização de performances são estratégias às quais o grupo recorre com frequência nesse tipo de ação que, por sua vez, parecem alcançar maior impacto no contexto social mais amplo. As ações de cariz demonstrativo apelam às pessoas de uma forma mais indireta. A exposição de símbolos representativos de determinados comportamentos coincide com a emissão de um discurso crítico e que atinge com maior ênfase os círculos de convívio mais próximos dos ativistas. Desse modo, essa exposição simbólica pode ser melhor considerada como uma estratégia quando voltada à esfera pública, visto que no contexto quotidiano, ela representa um modo de vida, atitudes e comportamentos incorporados e vivenciados pelos ativistas.

As ações de intervenção trazem em seu bojo estratégias que pretendem modificar algo, geralmente no curto e médio prazos. Não obstante, todas as ações poderem ser consideradas interventivas, as aqui classificadas com tal são aquelas que possuem a potencialidade de transformar uma dada situação com alguma eficácia, ainda que residualmente. As ações de protesto destinam-se à manifestação pública e presencial de oposição a algum tema ou circunstância. Associado aos modelos clássicos de protesto, como a distribuição de panfletos, o GAIA tem cada vez mais incorrido na utilização de meios lúdicos e performativos

nesse tipo de ação. Por último, temos as ações de publicitação. Estas condizem com a necessidade antes mencionada da constituição de redes. Dessa forma, a divulgação virtual dos resultados das ações, funciona como uma forma de mobilizar pessoas e coletivos para as causas em questão e, potencialmente agregar tais pessoas e/ou coletivos.

Ao não perfazer um ambientalismo clássico, o GAIA produz um arcabouço de atitudes, comportamentos e práticas que transitam entre o que poderíamos denominar um ambientalismo social, passando pela componente política e chegando por fim ao aspecto económico, sem contudo fragmentá-las. Ao mover-se nessas esferas, o grupo o faz de forma diferenciada em termos de estratégias, mas não em termos de objetivos latentes, já que estes não concorrem entre si, antes se coadunam.

As práticas do grupo, assim como as dos sujeitos, aspiram a objetivos claros e consensuais: gerar maior equilíbrio na relação dos seres humanos entre si e destes com as diversas formas de vida da natureza. Uma sociedade ambiental e socialmente justa é a utopia perseguida pelo grupo. O vislumbre dessa meta dá-se quotidianamente, em cada pequena prática e, por sua vez, tem assegurado ao grupo e aos sujeitos ambientais que dele fazem parte, a reprodução e a inovação contínua desse ativismo.

Capítulo 5. O Retorno das Caravelas via Biocolonialismo

Nesse último capítulo abordaremos a inter-relação entre o colonialismo político surgido no século XV e o biocolonialismo que perdura nos nossos dias. Sendo este último considerado como uma forma de neo-colonialismo, apresentaremos resumidamente alguns dos seus principais elementos constitutivos, tais como: racismo ambiental, dívida ecológica, biopirataria e a utilização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs).

A seguir, e a título de exemplificação da questão dos OGM em Portugal, analisaremos o desenrolar do caso Silves, decorrido no verão de 2007 na região algarvia. Esse protesto lançou na sociedade portuguesa um duplo debate: sobre o cultivo de transgênicos e sobre a legitimidade dos diferentes ativismos em nome de uma causa ambiental.

Por fim, traremos a discussão sobre a indissociabilidade entre os diversos colonialismos, para daí pensarmos a possibilidade de uma crítica pós-biocolonialista. O GAIA comparece a essa discussão na medida em que propõe um ativismo de moldes integrais e não fragmentários, criando estratégias ativistas para a desconstrução da colonialidade humana sobre a natureza.

5.1. Colonialismo

As grandes navegações inauguradas no século XV redundaram no estabelecimento do modelo econômico capitalista, assim como no regime político colonial. A partir desse período não é possível pensar o colonialismo, enquanto relação social, sem o capitalismo e vice-versa (Santos, 2006a). Um primeiro aspecto a ressaltar é a diversidade constitutiva desses fenômenos sociais. Em relação ao colonialismo Boaventura de Sousa Santos alude que:

“[...] não só existiram historicamente várias europas como houve e há relações desiguais entre os países da Europa, incluindo relações coloniais, como ilustra o caso da Irlanda. Não só houve vários colonialismos, como

foram complexas as relações entre eles, pelo que algo está errado se tal complexidade não se reflectir nas próprias concepções de pós-colonialismo " (2006a: 36).

A diversidade de colonialismos praticados não significou, todavia, grandes diferenças na instrumentalização violenta da colonização, e isso é atestado pelos resultados verificados na destruição instantânea ou paulatina de culturas inteiras. A colonização europeia, sobretudo nos continentes americano e africano, redundou numa tragédia humanitária sem precedentes e, inerentemente à violência perpetrada contra vidas humanas e não humanas, registram-se violências contra saberes, contra a construção simbólica e religiosa daqueles povos e contra o ambiente ao qual mantinham particular relação de integração. Aimé Césaire refere: "Pergunto eu agora: a Europa burguesa que outra coisa fez? Minou civilizações, destruiu pátrias, arruinou nacionalidades, extirpou «a raiz da diversificação»" (1971: 76).

A violência imposta pelo colonialismo europeu foi construída sobre uma base explicativa de construções epistemológicas, ideológicas, religiosas e culturais assentes na superioridade do povo europeu. Foi a partir da comparação com o outro não branco que a identidade do branco europeu foi estabelecida sob os moldes de uma civilização referencial. Quijano aponta como a idéia de raça foi o pilar para a formação do eurocentrismo:

"En América, la idea de raza fue un modo de otorgar legitimidad a las relaciones de dominación impuestas por la conquista. La posterior constitución de Europa como nueva id-entidad después de América y la expansión del colonialismo europeo sobre el resto del mundo, llevaron a la elaboración de la perspectiva eurocéntrica de conocimiento y con ella a la elaboración teórica de la idea de raza como naturalización de esas relaciones coloniales de dominación entre europeos y no-europeos." (Quijano, 2000: 203).

Enquanto associado à natureza o outro era selvagem, logo, a natureza constituía para os colonizadores uma referência prévia de inferioridade. Quijano

(2000) e Dussel (2001) argumentam que a construção dessas violentas ideologias e práticas coloniais se baseia na noção de que a Europa seria a concretização dos ideais humanos de civilização e progresso e, de que a sociedade europeia corresponderia ao grau máximo no qual todo povo deveria almejar, a fim de se tornar civilizado. Sob tal perspectiva, os povos nativos das Américas e da África são identificados como seres pertencentes ao mundo natural, selvagens, racialmente inferiores, ainda distantes da civilização e muitas vezes inadequados à ela. Desse modo, a seguinte citação é exemplar da predominância dos valores colonialistas europeus que transpunham para as pessoas, para o outro, a mesma lógica de exploração que mantinham com a natureza:

"De acuerdo al mito del estado de naturaleza y de la cadena del processo civilizatório que culmina en la civilización europea, algunas razas – negros (o africanos), indios, oliváceos, amarillos (o asiáticos) y en esa secuencia – están más próximas a la 'naturaleza' que los blancos. Sólo desde esa peculiar perspectiva fue posible que los pueblos no-europeos fueran considerados, virtualmente hasta la Segunda Guerra Mundial, ante todo como objeto de conocimiento y de dominación/explotación por los europeos." (Quijano, 2000: 225)

Para Aimé Césaire, a colonização:

"[...] desumaniza o homem, mesmo o mais civilizado; que a acção, o empreendimento e a conquista coloniais, baseadas no desprezo pelo homem indígena e justificadas por este mesmo desprezo, contribuem inevitavelmente para modificar quem as empreende; que o colonizador que, para sossegar a consciência, se habitua a ver no próximo o *animal*, é levado a tratá-lo realmente como a um animal, e tende objetivamente a transforma-se em *animal*" (1971: 20-21) [grifos no original].

Em Frantz Fanon encontramos observação semelhante sobre a relação colonizador-colonizado, baseada no estereótipo racista que pejorativamente identificava o outro ao reino do natural:

“Por vezes este maniqueísmo leva a sua lógica até ao ponto de desumanizar o colonizado. Mais propriamente, desumaniza-o. Com efeito, quando se refere ao colonizado, a linguagem do colonizador recorre à zoologia. Faz-se alusão ao rastejar do Amarelo, às emanações da aldeia indígena, às hordas, aos cheiros fétidos, às pululações, aos alaridos, às gesticulações. Quando pretende a palavra adequada para bem descrever, o colonizador socorre-se constantemente do bestiário” (1961: 54 *apud* Santos, 2006c: 219).

A priori, estes trechos revelam que associar o ser humano ao meio natural era atribuir ao primeiro condição de inferioridade. Santos argumenta que:

“Se o selvagem é, por excelência, o lugar da inferioridade, a natureza é por excelência, o lugar da exterioridade. Mas como o que é exterior não pertence e o que não pertence não é reconhecido como igual, o lugar de exterioridade é também um lugar de inferioridade. [...] A violência civilizatória que, no caso dos selvagens, se exerce por via da destruição dos conhecimentos nativos tradicionais e pela inculcação do conhecimento e fé «verdadeiros» exerce-se, no caso da natureza, pela produção de um conhecimento que permita transformá-la em recurso natural. Em ambos os casos, porém, as estratégias de conhecimento são basicamente estratégias de poder e dominação. O selvagem e natureza são, de facto, as duas faces do mesmo desígnio: domesticar a «natureza selvagem», convertendo-a num recurso natural. É essa vontade única de domesticar que torna a distinção entre recursos naturais e recursos humanos tão ambígua e frágil no século XVI como hoje” (2006b: 175-176).

5.2. Relação Ser Humano – Natureza

A identificação entre indígenas e natureza edificada no período colonial, consolidaria nos próximos séculos, de forma bastante vitoriosa, a interpretação ocidental binária e excludente utilizada para diferenciar não apenas os europeus dos não-europeus: civilizados x selvagens, desenvolvidos x subdesenvolvidos; mas

também para demarcar a natureza como entidade exterior à humanidade: natureza x cultura. Antes de mais, compreendamos que a elaboração conceitual da natureza remete a um processo temporal longo, bem como à interpretações variantes. Como vimos no primeiro capítulo, Carvalho (2004), recupera duas posições sob as quais a natureza tem sido edificada no mundo ocidental desde o século XV: a natureza selvagem e a natureza boa e bela. Ressalte-se que essas concepções sobre a natureza foram transferidas aos indígenas sob os títulos de mau e bom selvagem, respectivamente.

O avanço técnico, científico e econômico decorrente da Revolução Industrial propiciou um movimento de exteriorização da natureza do contexto das relações humanas. Por ser considerada um recurso natural, a natureza foi trazida à condição de serva dos interesses econômicos e científicos. Contudo, houve momentos históricos marcados por reaproximações, ou por reconstruções das perspectivas sobre o mundo natural, num movimento de romantização e elevação das propriedades da natureza. É fundamental considerar o entremear dessas perspectivas nos diversos contextos históricos.

Entretanto, as inúmeras sociedades humanas atribuíram e atribuem à natureza diversos valores que não somente o monetário ou funcional, como por exemplo, o religioso, o místico, o simbólico entre outros. A sociedade europeia – que nunca foi só uma – tinha em relação à natureza valores utilitários e comerciais muito mais prementes, o que também não significa a ausência de outros valores em relação à natureza, como exemplo basta-nos o caso das mulheres acusadas de bruxaria porque manuseavam ervas e raízes de maneira medicinal. Dessa forma, também as sociedades europeias são diversificadas em termos de significação que historicamente têm atribuído à natureza.

Parece-nos, pois, que a grande diferença entre esses valores dominantes no contexto europeu e os valores indígenas seja a marcante separação entre ser humano e natureza, que nas sociedades europeias se fazia tão eminente, a ponto de o encontro com outros povos que mantinham predominantemente uma relação de integração ao meio natural, fosse interpretado como uma associação direta destes com a natureza. A partir desse ponto, aqueles não estavam ao nível do humano, mas passaram a ser identificados como

pertencentes à natureza, como homens e mulheres desprovidos de civilização, incapazes de opinar, necessitados de controle, de educação, de leis, de religião e de vestimenta.

Na grande maioria das sociedades indígenas, a natureza não era algo dotado de valor comercial ou monetário, ela fazia parte constitutiva das relações sociais, econômicas, culturais e religiosas daqueles povos, o que não significa que a natureza deixasse de assumir valores funcionais, por exemplo. Essas circunstâncias levam ao constante equívoco de ver as sociedades indígenas, ou originárias, como populações em plena e mística harmonia com o ambiente natural, sem qualquer tipo de interferência mais drástica. Como apresentamos no capítulo 1, é assente nos dias de hoje que as populações originárias foram responsáveis por grandes e irreversíveis transformações no meio natural, como se deu com o aparecimento das savanas africanas e com os cerrados sul-americanos (Waldman, 2006). Todavia, a intervenção desses povos deu-se e dá-se exponencialmente mais equilibrada que nas sociedades onde o capitalismo primeiramente estabeleceu seus pilares. Exemplar disso é o fato de grande parte da biodiversidade mundial da atualidade se concentrar nas regiões ocupadas por povos indígenas ou tradicionais (Santos, 2006b). De maneira oposta, a intensidade interventiva da maioria dos povos europeus na natureza é patente na quase ausência de florestas nativas ou cursos d'água não poluídos neste início do terceiro milênio.

O que está em pauta, então, não é a ação antrópica em si, mas a maneira como esta tem sido historicamente administrada pelos diversos povos. Nesse sentido, e considerando que é não pertinente abordar essa questão em termos absolutistas, quiçá faça mais sentido a enxergarmos em termos de predominância. Enquanto na Europa colonial e capitalista se tomava predominantemente a natureza por um recurso a ser explorado, noutros continentes, marcadamente aqueles alvo da colonização européia, predominavam relações de interação, compreensão e cooperação com a natureza, sobretudo por essa não ser considerada algo à parte da humanidade.

Num verdadeiro choque de cosmologias, tem-se a seguir o estranhamento do tupinambá diante da importância que os europeus atribuíram ao pau-brasil,

melhor dizendo, diante do valor que a acumulação tinha para aqueles homens. A seguir, o diálogo entre o célebre tupinambá com o pastor calvinista Jean de Lery, que esteve no Brasil entre 1557 e 1558:

“- Por que vocês, mairs (franceses) e pêros (portugueses), vêm de tão longe para buscar lenha? Por acaso não existem árvores na sua terra? Respondi que sim, que tínhamos muitas, mas não daquela qualidade, e que não as queimávamos, como ele supunha, mas delas extraíamos tinta para tingir.

- E precisam de tanta assim, retrucou o velho tupinambá.

- Sim, respondi, pois no nosso país existem negociantes que possuem mais panos, facas, tesouras, espelho, e outras mercadorias do que se possa imaginar, e um só deles compra todo pau-brasil que possamos carregar.

- Ah! Você me conta maravilhas. Mas me diga: esse homem tão rico de quem você me fala, não morre?

- Sim, disse eu, morre como os outros.

- E quando morrem os ricos, para quem fica o que deixam?

- Para seus filhos, se os têm, respondi. Na falta destes, para os irmãos e parentes mais próximos.

- Bem vejo agora que vocês, mairs, são mesmo uns grandes tolos. Sofrem tanto para cruzar o mar (...) e trabalham dessa maneira apenas para amontoar riquezas para seus filhos ou aqueles que vão sucedê-los? A terra que os alimenta não será por acaso suficiente para alimentar a eles? Nós também temos filhos a quem amamos. Mas estamos certos de que, depois da nossa morte, a terra que nos nutriu nutrirá também a eles. Por isso, descansamos sem maiores preocupações." (Bueno, 2002).

Baseado em relações de exploração e opressão, o colonialismo estende-se para além de suas atividades políticas, ou por outras palavras: o fim do colonialismo na sua vertente política não foi acompanhado pelo fim de outras das suas vertentes, marcadamente, o que Aníbal Quijano conceitua por colonialidade do poder e que significa a permanência de relações sociais e culturais marcadas pela desigualdade de poder entre ex-potências

concolonizadoras e ex-colônias (2000). No que toca à relação do ser humano com a natureza as coisas não indicam níveis maiores de alteração.

Em muitos casos, e quase sempre por meio de verdadeiras batalhas – como no caso das guerras coloniais dos Estados africanos contra Portugal – as ex-colônias imprimiram uma postura de recuperação das suas raízes sociais ao condenarem as investidas coloniais e neocoloniais, entre estas as construções epistemológicas e simbólicas que associavam aqueles povos à natureza. Todavia, é imperativa a questão: esta desconstrução surte algum efeito em termos de reabilitação da natureza? Ou o que tem sido feito é apenas a desagregação do ser humano da imagem daquela, numa reprodução da lógica de inferiorização de tudo o que representa o meio natural?

As práticas de exploração e degradação do meio ambiente, grandemente ancoradas na lógica do modelo económico capitalista, são fatores essenciais para refletirmos a questão acima. Entretanto, no centro desse debate radica a lógica da separação entre o ser humano e a natureza. Tem-se negligenciado o impacto desta separação na atual crise ambiental, sem contudo atentarmos que é em razão do ser humano tomar a natureza como algo inferior – à qual se imputa a dominação e o controle – que decorrem os maiores desequilíbrios dantes vistos. O recrudescimento dessa lógica nos nossos dias dá-se através de manifestações simbólicas, ideológicas e práticas cada vez mais arraigadas – sobretudo nas sociedades capitalistas urbanas. Desse modo, problematizar a colonialidade existente no âmbito da relação de subjugação do ser humano para com a natureza é algo fundamental para compreendermos como esta colonialidade tem sido repassada, muitas vezes de forma velada, inscrevendo-se nos discursos quotidianos. O aspecto simbólico pode ser detectado, por exemplo, na referencia àqueles animais, aos quais frequentemente são atribuídas características pejorativas, de maneira que a comparação daqueles com seres humanos é necessariamente uma forma de atribuir defeitos aos últimos – defeitos estes que se apresentam como constitutivos, como inerentes ao animal, assim, a título de exemplo, é recorrente a seguinte fala: “Chama-se burro ao aluno ou a pessoa que não entende o que se fala ou

ensina; de cachorro ao mau-caráter; de cavalo ao indivíduo mal-educado [...]” (Porto-Gonçalves, 2005: 25).

E muitos outros são os exemplos que se pode enunciar sobre tal associação desqualificativa entre seres humanos e animais. Mas há outras perspectivas, assim, não raro, usamos elementos da natureza para fazer elogios e destacar qualidades das pessoas, assim, fulano é sensível como uma flor, fulana é bela coma a lua etc. E aqui está claro a convivência da lógica dual de representação da natureza presente no pensamento ocidental, mas não somente nele: definições de uma natureza selvagem e perigosa e outra boa e bela. Os aspectos simbólicos não participam menos da constituição desse tipo de colonialidade, já que tais referências acabam por se tornar imbuídas nos nossos valores e costumes desde a socialização, por isso mesmo apresentam-se arraigados e de difícil contestação.

Outras questões se interpõem: até que ponto os processos de descolonização não devem necessariamente abranger toda forma de exploração e, nesse caso em específico, voltar-se mais atentamente para a exploração da natureza, seja em seus aspectos factuais, seja nos aspectos representativos e simbólicos? Afinal, se o selvagem não existiria sem a selva, pode a selva existir sem o selvagem?

5.3. Biocolonialismo

Dentro daquilo que, juntamente com Vandana Shiva (2004), chamamos “biocolonialismo”³⁹ inserem-se práticas neocoloniais de exploração e controle de bens naturais de uns países por outros, de grupos por outros, tendo como principal alvo o incremento financeiro e/ou científico dos países, dos grupos exploradores. Registra-se ainda a apropriação de áreas com finalidade militar e ecológica estratégicas. Para Porto-Gonçalves, os “etnocídios” e “genocídios” do período colonial estão diretamente ligados ao “ecocídio” do passado, isto é, à exploração destrutiva da natureza. Todavia, o presente não se faz mais ameno:

³⁹ Arturo Escobar e Maurício Prado referem o termo “bioimperialismo” e em contraposição a este: “biodemocracia” (2004).

"Estamos, sim, diante de um *sistema-mundo moderno-colonial*, que é um mundo cada vez mais interdependente – sistema-mundo, mas cuja interdependência está organizada com base num sistema de relações hierárquicas de poder – moderno-colonial" (2006: 25) [grifos no original]. Abordaremos introdutoriamente algumas questões de relevo para este cenário.

Apenas muito recentemente essas questões têm alcançado visibilidade – apesar de remontarem ao colonolismo político instaurado no século XV. O pano de fundo que as compõem no século XXI pouco difere daquele que subsistia nos idos do passado colonial: preceitos religiosos e civilizatórios foram vigorosamente substituídos pelos interesses econômicos e políticos. Assim, são mantidas as formas de exploração da natureza – e por tabela, dos povos que mais intimamente se relacionam com ela: com a diferença de ser o sistema econômico capitalista o grande dinamizador das mesmas; continuam a ser os países de economia central (e em sua grande maioria os países do hemisfério Norte) os provedores dessas práticas; continuam a ser os países de economia periférica (em sua grande maioria os do hemisfério Sul) os que mais lesões sofrem em seus conhecimentos, em seus territórios, na sua biodiversidade.

5.3.1. Racismo Ambiental

O racismo ambiental pode ser exemplificado nas práticas ambientais discriminatórias levadas a cabo por governos ou por empresas ao perfazerem a instalação de fábricas poluentes, o armazenamento de materiais químicos, o depósito de resíduos, entre outros, de acordo com a classe e a etnia dos habitantes. Tais práticas podem ser observadas tanto a nível local quanto internacional. Nas cidades, as áreas de depósito de rejeitos são frequentemente localizadas em bairros pobres e de etnias discriminadas. Entre os países a relação diferencia-se basicamente em termos de escala, mas a lógica é a mesma: resíduos de países ricos são despejados por navios em áreas marítimas pertencentes a países pobres; tecnologias poluentes e já em desuso nos países de economia central adentram em países de economia periférica com o abono público da geração de empregos, entretanto, nada públicas são as informações

dos índices de poluição que gerarão e da periculosidade dos mesmos. Como refere Porto-Gonçalves: “[...] o processo de globalização traz em si mesmo a globalização da exploração da natureza com proveitos e rejeitos distribuídos desigualmente” (2006: 25).

Na década de 1980, surgiu nos Estados Unidos o movimento por justiça ambiental voltado ao combate do racismo ambiental. A base dessa luta encontrava-se nos movimentos negros da década de 1960, mas não ficou restrito ao contexto estadunidense (Martínez Alier, 2007; Acseirad, 2004). A disseminação do movimento por justiça ambiental nos países pobres inclui, segundo Martínez Alier:

“[...] movimentos de base camponesa cujos campos ou terras voltadas para pastos têm sido destruídos pela mineração ou por pedreiras; movimentos de pescadores artesanais contra os barcos de alto tecnologia ou outras formas de pesca industrial (Kurien, 1992; McGrath *et al*, 1993), que simultaneamente destroem seu sustento e esgotam os bancos pesqueiros; e, por movimentos contrários às minas e fábricas por parte de comunidades afetadas pela contaminação do ar ou que vivem rio abaixo dessas instalações” (2007: 35).

5.3.2. Dívida Ecológica

O movimento por justiça ambiental tem crescido por todo o mundo e, sob uma perspectiva mais alargada ele compõe ou surge como uma das estratégias de luta do movimento pelo reconhecimento da dívida ecológica dos países do Norte para com os países do Sul. Segundo consta no Relatório organizado por Miquel Cerdà: “La Deuda Ecológica es la deuda contraída por los países industrializados con los demás países a causa del expolio histórico y presente de los recursos naturales, los impactos ambientales exportados y la libre utilización del espacio ambiental global para depositar sus residuos” (2002: 06).

O relatório apresenta quatro aspectos definidores da dívida ecológica: a dívida de carbono; a biopirataria; os passivos ambientais; e a exportação de resíduos tóxicos. Apesar desses aspectos já serem alvo de discussões a nível

internacional, pouco tem sido feito na elaboração de políticas de combate à essa situação de espólio da biodiversidade. Uma das maiores críticas da parte daqueles que advogam o reconhecimento da dívida ecológica é o fato de a dívida externa possuir um status quase axiomático, enquanto a dívida ecológica nem sequer é cogitada formalmente pelas instituições internacionais. Reconhecer a dívida ecológica dos países centrais para com os países periféricos é um primeiro passo na implementação de um processo que seguiria o rumo contrário ao processo de biocolonialismo em curso na atualidade.

5.3.3. Biopirataria

Outro aspecto que tem adquirido maior realce é a questão da biopirataria, que segundo Shiva “[...] é o processo de patentear a biodiversidade , fracções dela e produtos que dela derivam, com base em conhecimentos indígenas. As patentes são um direito para excluir os outros da produção, utilização, venda ou importação dos produtos fabricados através de um processo patenteado” (2004: 272). Na contemporaneidade já não são os impérios coloniais que objetivam esses preciosos bens, mas os impérios da agroindústria – incluso a agroquímica – e da indústria científica farmacêutica, na maior parte dos casos sediados nos países de economia central. Trata-se de verdadeiros negócios fundados sobre a instituição de patentes que permitem àquelas indústrias a comercialização a altos preços dos produtos advindos gratuitamente da natureza e dos saberes tradicionais. No dizer de Martínez Alier:

“Enquanto as empresas químicas e de sementes exigem remuneração por suas sementes melhoradas e por seus praguicidas, solicitando que sejam respeitados seus direitos de propriedade intelectual por intermédio de acordos comerciais, o conhecimento tradicional sobre sementes, praguicidas e ervas medicinais tem sido explorado gratuitamente sem reconhecimento. Isso tem sido chamado de «biopirataria»” (2007: 35).

A essa prática, tem se contraposto alguns governos, mas sobretudo movimentos sociais que reconhecem nesse ato um despojo não apenas contra a população diretamente atingida, mas contra a humanidade no seu todo, já que ao disponibilizar no mercado medicamentos em troca de vultosas quantias, as empresas farmacêuticas, por exemplo, estão a impedir o acesso de milhões de pessoas ao tratamento de suas enfermidades, ao mesmo tempo que estão a estabelecer a valoração de bens que em princípio são patrimônios naturais da humanidade, logo, que podem ser acessados por todos. Na luta contra as patentes, Shiva (2004) aponta o caso da árvore *neem* que foi conjuntamente patenteada pelo governo dos Estados Unidos e por uma empresa multinacional. Após uma batalha judicial, a patente foi revogada a favor dos indianos, por ter sido considerada adquirida através de biopirataria. Note-se que se passou uma década entre a apresentação da patente (1990) e a revogação da mesma (2000). A autora cita ainda o êxito da produção de medicamentos de baixo custo no Brasil para o tratamento da AIDS na década de 1990, somente mantida com um forte apoio internacional em resposta à queixa que os Estados Unidos interpuseram à Organização Mundial do Comércio contra a produção dos medicamentos genéricos brasileiros.

5.3.4. Organismos Geneticamente Modificados

A biotecnologia, marcadamente na vertente dos organismos geneticamente modificados, tem contribuído para um alargamento da noção corrente de domínio sobre a natureza. Trata-se agora de uma dominação sofisticada, fundada no avanço técnico-científico, sobretudo do mundo ocidental. Ainda que seja verdade que a humanidade sempre manipulou e selecionou sementes e plantas para obter melhores condições de produção, é inédito na história a introdução de genes de uma espécie noutra. A grosso modo é isso que ocorre com o processo que dá origem a um OGM. Segundo Alexandra Azevedo:

"A manipulação das características das sementes levada a cabo pela engenharia genética é sem dúvida a transformação mais radical na produção de alimentos desde os primeiros dias da agricultura, há mais de 10.000 anos. Os organismos geneticamente modificados (OGM) são fruto de misturas de espécies que nunca se poderiam cruzar na Natureza: bactérias com cereais, vírus com árvores, peixes com frutas, etc. " (2007: 09).

Certamente que a produção de alimentos é algo bastante cambiante e complexa. Apenas gostaríamos de citar um ponto assente nesse processo: o sistema capitalista não apenas acelerou e recrudesceu a lógica de dominação da natureza, como a institucionalizou: primeiro associado ao colonialismo, depois por meio da política de exportação/importação de produtos. Em ambos os casos (pela espoliação ou pela negociação), os países centrais obtiveram sistematicamente muitas e variadas vantagens em relação aos países semi-periféricos e periféricos.

Essa discussão é bastante recente e como tem sido recorrente com questões que envolvem tecnologia de ponta, conhecimento científico e corporações, esta temática também tem estado enevoadada em muitas polêmicas. As corporações de sementes e agroquímicos insistem no argumento de que o plantio de sementes transgênicas é mais produtivo e exige menores custos. Por sua vez, ambientalistas e pequenos agricultores contra argumentam afirmando que: não há estudos conclusivos sobre os impactos desse tipo de cultivo na saúde humana e no meio ambiente; que o cultivo de transgênicos gera uma total dependência para com as empresas de sementes, visto que estas patenteiam as sementes em razão da produção das mesmas ser algo muito dispendioso e só realizável em grandes e avançados laboratórios. Para Shiva: "Se a biopirataria não for desafiada e impedida, as sociedades do Terceiro Mundo terão de comprar, a custos elevados, as suas sementes e os seus medicamentos aos concessionários globais da biotecnologia e da indústria farmacêutica, o que as empurrará ainda mais para o endividamento e para a pobreza" (2004: 272-273).

Porto-Gonçalves refere que:

"[...] esse modelo agrário-agrícola, que se apresenta como o que há de mais moderno, sobretudo por sua capacidade produtiva, na verdade, atualiza o que há de mais antigo e colonial em termos de padrão de poder ao estabelecer uma forte aliança oligárquica entre (1) as grandes corporações financeiras internacionais, (2) as grandes indústrias-laboratórios de adubos e de fertilizantes, de herbicidas e de sementes, (3) as grandes cadeias de comercialização ligadas aos supermercados e (4) os grandes latifundiários exportadores de grãos." (2006: 243-244).

Em termos gerais, as práticas biocolonialistas cingem com maior intensidade as sociedades detentoras de maior biodiversidade, porém, o uso cada vez maior de alimentos com OGMs também tem refletido negativamente nos países biocolonizadores. A capacidade que os transgênicos têm demonstrado de alcançar todo o planeta – mesmo que de maneiras diferenciadas, sobretudo em termos de impacto econômico e ambiental – tem gerado significativas mobilizações contrárias nos países de economia central. Entretanto, muitas das vezes o que mobiliza tais ações é a preocupação com a própria saúde e não com o impacto global resultante da prática transgênica.

Os interesses econômicos que acompanham as questões anteriores – racismo ambiental, dívida ecológica, biopirataria e transgênicos – são evidentes e não raro perturbadores, no sentido que contribuem de forma acelerada para a degradação do meio ambiente, em especial dos meios naturais e das economias locais de populações originárias, que há séculos sobrevivem das e nas florestas, por exemplo. Ou em outros termos: o mercado capitalista tem sido vitorioso na medida em que, direta ou indiretamente tem feito circular os mais diversos bens naturais sob a forma de recursos naturais, de produtos. E mesmo com o agudizar da questão ambiental, o mercado tem conseguido escamotear seus interesses com discursos que apropriam o conceito de desenvolvimento sustentável implementando estratégias de enverdecimento das empresas, enfim do próprio sistema capitalista. Numa postura crítica, referimos mais uma vez a posição de Vandana Shiva:

"Através das patentes e da engenharia genética, novas colónias estão a ser delineadas. Os solos, as florestas, os rios, os oceanos e a atmosfera foram todos colonizados, desgastados e poluídos. Agora, o capital tem que encontrar novas colónias para invadir e explorar para poder continuar seu processo de acumulação. Estas novas colónias são, na minha opinião, os espaços interiores dos corpos das mulheres, plantas e animais" (2004: 271).

5.4. Um exemplo a considerar: os transgênicos em Portugal e o caso Silves

As sociedades têm reagido diferentemente a questões como as apontadas acima e, em geral o debate é mais permeável nos espaços dos movimentos ambientalistas. No roteiro teórico e prático do ativismo de grupos como o GAIA, estes temas ressoam de forma mais frequente e profunda que no contexto mais amplo da sociedade portuguesa. Especificamente em relação aos transgênicos, o II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente aplicado em 2000 revelou que, naquele momento o tema já provocava uma postura cautelosa por parte da maioria dos inquiridos: 32,9% dos 1844 inquiridos consideravam que os OGMs não deveriam ser introduzidos na alimentação sem a averiguação dos impactos disso na saúde humana. Todavia, a percentagem dos que não responderam e/ou não sabiam – 29,4% – era bastante demonstrativa da pouca informação que a sociedade portuguesa detinha sobre esse ramo da biotecnologia (Schmidt; Fonseca; Trüninger, 2004: 226).

Em Agosto de 2007, num contexto onde o cultivo de OGMs nos campos portugueses⁴⁰, bem como a comercialização de alimentos com organismos geneticamente modificados era muito mais agressiva que no final do século XX, a sociedade portuguesa assistiu a uma polémica manifestação de ativistas contra o plantio de OGMs. A ação de cariz nada comum no que se refere à praxis da maioria dos grupos ambientalistas portugueses trouxe à cena mais que o debate

⁴⁰ Segundo consta no site da Plataforma Transgênicos Fora: "De um total de 4263.3 hectares cultivados oficialmente em 2007 em Portugal, 2368.9 hectares foram cultivados no Alentejo, o que corresponde a 56%". Fonte: <http://stopogm.net/?q=node/237> visitado em 03.03.08.

sobre o cultivo de transgênicos. Na região algarvia, nos arredores de Silves, um (1) hectare de milho geneticamente modificado foi destruído por quase uma centena de ativistas que explicitaram seus motivos com a seguinte justificação no primeiro comunicado de imprensa⁴¹, anterior à ação:

“Acção de desobediência civil contra o primeiro campo transgénico na Zona Livre de Transgénicos do Algarve:

[...] um grupo informal de pequenos agricultores, ecologistas e cidadãos preocupados juntou-se para agir directamente com o propósito de restabelecer a ordem democrática, moral e ecológica. O movimento que agora começamos terá o nome de “Movimento Verde Eufémia”, em homenagem à luta dos trabalhadores contra a política de agricultura fascista portuguesa.

[...] A 17 de Agosto vamos agir com desobediência civil, fazendo a ceifa do primeiro campo de OGMs no Algarve, localizado perto da cidade de Silves, com o propósito de manter o Algarve uma região livre de OGMs. Com esta acção, exerceremos o direito à resistência, segundo o artigo 21 da Constituição. A ceifa será acompanhada por um desfile para dar visibilidade à acção, com música, teatro e outras expressões artísticas e políticas. Apesar deste tipo de acção da ceifa de um campo de OGMs, este não será um acto isolado na Europa. Outros grupos têm já ceifado campos de OGMs em vários países da UE. Esta acção irá seguir-lhes o exemplo e garantir as Zonas Livres de OGMs por toda a Europa”.

O carácter inusitado – para o cenário português – de ação direta associada à desinformação sobre uma realidade cada vez mais presente nas sociedades do Norte, parecem ter sido os principais ingredientes para a dimensão que o caso Silves alcançou na mídia portuguesa. Políticos, empresários, representantes dos órgãos de comunicação social e mesmo grupos ambientalistas vieram a público condenar a ação. O debate sobre os transgênicos foi relegado a segundo plano, sendo, contudo, evidenciado a estratégia de intervenção daquele grupo. Ou seja, por uma série de motivos,

⁴¹ Fonte: <http://eufemia.ecobytes.net/?s=silves> acedida em 03.03.08.

entre os quais: a pouca informação sobre os OGMs; os interesses políticos e económicos do campo; o sensacionalismo de boa parte da mídia; e o exíguo respaldo da comunidade local à ação podem ser apontados como as principais causas para o défice que o debate sobre os OGMs alcançou, em detrimento da abordagem superlativista da estratégia de ação adotada. Entretanto, há mesmo uma incongruência nisso?

O sensacionalismo midiático e o oportunismo político-partidário despertados com o tipo de prática ativista executado em Silves pode ser indicativo de um modelo social democrático conservador, mas também de uma sociedade desmobilizada ou com outros interesses que não os ditos ambientais. A ação de Silves traz à baila muitos aspectos notáveis da complexidade na relação ser humano-natureza e dos diversos elementos envolvidos nesse processo. Em última análise explicitam-se nesse caso relações de poder entre atores há muito instituídos e com maior visibilidade na sociedade portuguesa: mídia, políticos e grandes agricultores. Numa perspectiva instituinte, de busca de legitimidade encontram-se os ambientalistas envolvidos naquela ação ou simpatizantes da causa e os agricultores, sobretudo os pequenos, contrários ao plantio de OGMs. No meio disso tudo e não menos fundamental, encontra-se a população portuguesa como um todo, pessoas que, sabendo ou não do que se trata os transgênicos, são expostas a eles, visto que a cada dia se eleva o número de propriedades que cultivam OGMs no país, bem como o número de produtos alimentícios que contêm tal propriedade.

Contudo, há mais complexidade nesse contexto. O II Inquérito Nacional às Representações e Práticas dos Portugueses sobre o Ambiente revelou ainda que 20% dos inquiridos alegaram que os produtos transgênicos devem mesmo ser banidos do mercado. Temos aqui, cerca de um quinto dos inquiridos com uma oposição enfática aos OGMs. Num comunicado⁴² de 2007 da Plataforma Transgênicos Fora é possível ver que “Mais de 10 mil cidadãos portugueses reiteraram já por escrito a sua oposição aos transgênicos”. Desse modo, não é correto anunciar que a sociedade portuguesa esteja a vivenciar uma completa

⁴² Com o título: Publicado o cultivo de milho geneticamente modificado em Portugal: Ministério da Agricultura oculta informação sobre campos transgênicos. <http://stopogm.net/files/Cultivos2007.pdf>

lacuna participativa nesse debate. Todavia, não desconsideremos que – ainda segundo os estudos já apresentados sobre as atitudes dos portugueses frente ao ambiente – são os mais escolarizados, os mais jovens e os que residem nas cidades que possuem uma postura mais cautelosa ou crítica, não apenas em relação aos OGMs, mas a uma série de considerações sobre a sustentabilidade.

Afastando-se um pouco dos delineamentos políticos e econômicos que permeiam a questão dos OGMs em todo o mundo, voltemos nosso olhar para a ação decorrida em Silves. Como vimos, foi tardiamente que o movimento ambientalista emergiu no solo português e, historicamente tem desenvolvido formas de ativismo identificadas com estratégias de atuação mais formais e institucionalizadas. Em Silves, há um rompimento dramático com o historial do movimento ambientalista em Portugal. A ação direta de cariz ilegal (invasão e destruição de propriedade privada) mais que sensibilizar a população sobre os riscos que os OGMs podem oferecer, atuou como um estimulante na reflexão de até que ponto o ambientalismo é socialmente 'bem visto'.

Os grupos ambientalistas em Portugal têm trilhado um árduo e progressivo caminho de reconhecimento do seu papel, da importância dos seus objetivos. Essa legitimação social tem se elevado à medida que os problemas ambientais se tornam mais e mais visíveis, entretanto, a prática social de muitos grupos ainda não conforma uma atitude interativa com a população, resultando na ausência de construção de redes de mobilização entre a sociedade civil organizada e a sociedade civil em toda a sua amplitude.

O corte do milho em Silves não apenas mostrou quão profundo é o fosso entre os interesses ambientalistas e os interesses sociais como um todo – para além dos grupos políticos, como mídia e partidos, consideremos aqui a população em geral –, como deixa transparecer a quantidade diversificada de perspectivas que compõem o movimento ambientalista português. O fato de outros grupos reprovarem imediatamente a ação e de nenhum grupo apoiá-la inteiramente, pode ser indicativo de alguma homogeneidade nos repertórios de ativismo daqueles. Ainda que alguns grupos se destaquem por conter algumas diferenças substantivas em relação às estratégias de ação, esse caso ilustra quão diferenciado é o que podíamos denominar de ativismo radical em Portugal e no

resto da Europa, visto que ações semelhantes tem ocorrido em vários países da Europa do Norte, sem causar, no entanto, tamanha comoção.

A interpretação que maior veiculação obteve foi a criminalização da ação e, nesse sentido, nem o *status* de radical ela alcançou, visto se tratar – para as correlações de forças hegemônicas do país – de um ato de eco-terrorismo, ainda que *soft*⁴³. Tais reações, hermeticamente formuladas, mais que um ataque aos objetivos dos ambientalistas, parecem representar um aviso, uma sinalização de que a sociedade portuguesa (ainda) não está à vontade com ações diretas que ultrapassem a fronteira da legalidade ou mesmo da desobediência civil, ao menos no âmbito desse tipo de protesto ambiental visto com maior frequência, sobretudo noutros países da Europa do Norte. Para José Manuel Mendes e Ana Maria Seixas:

“Os protestos em Portugal apresentam um perfil marcadamente localista, denotando o carácter específico e enraizado dos problemas que conduzem à mobilização e o impacte limitado das redes alargadas que são activadas para a concretização das reivindicações das pessoas e das populações. A capacidade de actuação e os recursos disponíveis, assim como as temáticas que enquadram os protestos, não conduzem a uma lógica de acção colectiva abrangente. Este localismo não é, para nós, um indicador de uma cidadania atrofiada ou uma consequência de acções simplesmente reactivadas a partir de um qualquer fenómeno “no meu quintal, não!”. [...] As acções locais, sobretudo as que implicam a presença no espaço público, em interacção ou confronto com as forças de segurança exigem um elevado capital de confiança entre os participantes em um forte interconhecimento” (2005: 174).

Tendo presente esses vários cenários da sociedade portuguesa, algumas indagações emergem: o ativismo hegemônico – passeatas, abaixo assinados etc. – consegue minimamente se contrapor às correlações de forças presentes no atual desafio ambiental? Pode o ativismo de cariz mais incisivo ou radical galgar

⁴³ Em entrevista à rede de televisão SIC em 21.08.2007, o Ministro da Administração Interna (Rui Pereira) disse que a ação tinha empreendido uma espécie de eco-terrorismo *soft*, já que desta não derivaram danos à integridade física das pessoas.

espaço numa sociedade pouco acostumada a esse tipo de participação social, como é o caso da portuguesa? Conseguirão, os diversos ativismos, coadunar forças na implementação do enfretamento da questão ambiental, antes que esta se torne incontornável? Enfim, são questões fundamentais nessa reflexão, as quais, todavia, não ensaiaremos responder no âmbito desse trabalho.

5.5. Uma Perspectiva Pós-biocolonialista

Com a independência das colônias, ou seja, com o declínio do colonialismo político, emerge um campo de estudos voltado às questões que estiveram no bojo da empresa colonial. Em razão da variação de formas de colonização justifica-se que os estudos pós-coloniais sejam realizados tendo em conta o contexto específico do espaço colonizado, bem como do espaço colonizador. As questões problematizadas com os estudos pós-coloniais dizem respeito em primeiro lugar “[...] a um conjunto de análises económicas, sociológicas e políticas sobre a construção dos novos Estados, a sua base social, a sua institucionalidade e a sua inserção no sistema mundial, as rupturas e as continuidades com o sistema colonial, as relações com a ex-potência colonial e a questão do neocolonialismo, as alianças regionais, etc., etc.” (Santos, 2006c: 217). Em segundo lugar, o pós-colonialismo “[...] contém uma crítica, implícita ou explícita, aos silêncios das análises pós-coloniais que a primeira aceção normalmente contém” (Santos, 2006c: 217). Assim, o pós-colonialismo pode ser entendido como tendo por objetivo a emergência de conhecimentos, hábitos, línguas, entre tantos outros aspectos culturais – e não só – subjugados pelo processo colonialista e pela colonialidade remanescente do primeiro, expressa na colonialidade do poder e do saber (Meneses; Nunes; Santos, 2004).

Com o colonialismo deu-se a construção do outro selvagem, em contraposição ao civilizado. O pós-colonialismo, por sua vez, intenta reinventar o outro, num movimento de redescoberta de si próprio seja sob a pele de colonizado, seja sob a pele de colonizador. Se árduo tem sido o caminho desconstrutivo ou reconstrutivo da empreitada pós-colonial – no que esta manifesta para além da análise de fenômenos sócio-culturais mortos ou

adormecidos, isto é, posicionando-se numa verdadeira batalha contra o racismo, a xenofobia, entre outros – parece-nos que no que se refere ao biocolonialismo, o movimento de despertar de séculos de exploração ainda se apresenta tímido e dá-se sobretudo quando os fatos se fazem compulsórios: “[...] a ecologia não se afirma, senão por via da crise ambiental” (Santos 2006b: 176).

Ora, se a noção de inferioridade dos povos originários era em grande parte fundamentada na relação que mantinham (e mantêm) com a natureza, parece-nos pertinente e proveitoso associar os esforços de desconstrução das perspectivas pós-coloniais no que tange à redescoberta de saberes, línguas, costumes etc. à redescoberta da relação compreensiva entre natureza e ser humano. O carácter de inferioridade ao qual o nativo foi amiúde relegado encontra nas perspectivas pós-coloniais um potencial de transformação, de restabelecimento da identidade dos povos originários. De forma muito semelhante, depreendemos que o antropocentrismo pode vir a ser desconstruído, tal qual o eurocentrismo tem vindo a ser. Nesse sentido, a desconstrução dos enganos da lógica eurocêntrica não seria completa se não levasse consigo os enganos da lógica antropocêntrica. Não é coerente que o selvagem seja destituído e a selva – enquanto lugar de exterioridade e de inferioridade – perdue enraizada.

É nesse sentido que se faz importante a promoção de uma reflexão pós-colonial sobre as representações da natureza, pois a realização de análises críticas sobre o impacto que as grandes fábricas e complexos industriais promoveram e promovem no meio natural, ou sobre a pegada ecológica de cada pessoa em particular, adquirem apenas uma importância residual se não refletirem a formatação antropocêntrica na qual estão moldadas. Desse modo, concomitantemente aos impactos palpáveis ao meio ambiente, faz-se urgente e necessário a promoção de reflexões sobre qual o valor, qual o sentido da natureza nas nossas vidas. Decerto que esta é uma preocupação ocidentalmente situada, pois em outras realidades sócio-culturais, essa discussão pode sequer fazer sentido, dado que ser diferenciado da natureza não implica necessariamente ser superior ou extrínseco a ela.

Tal reflexão deve nos levar a identificar nossas atitudes diárias arraigadas, que contribuem de forma eficiente para a perpetuação de uma postura colonial sobre a natureza e que colaboram no surgimento e na manutenção de muitas das grandes questões ambientais planetárias. Reconhecer a natureza como algo não natural é um passo fundamental para repensarmos e identificarmos se e como colonizamos a natureza: simbólica, ideológica e/ou efetivamente. Nesse exercício, que de fato necessita ser contínuo e sistemático, a comparação com o passado colonial apresenta-se sugestivo, sobretudo por se constituir num momento histórico representativo da construção pejorativa do outro – humano e não humano. Esse tipo de comparação pode nos proporcionar uma travessia no tempo e um distanciamento útil para enxergarmos até que ponto nossos atuais valores e posturas práticas estão mais ou menos enraizadas nesse passado. Desse olhar reflexivo podemos vir a construir um conhecimento e um comportamento menos antropocêntrico, de modo a dismantelar a relação de afastamento e degradação para com a natureza tendo em vista a construção de um relacionamento menos explicativo e mais compreensivo do ambiente natural, logo, de nós próprios.

Há sinais de respostas a essas questões? Poderíamos apontar casos que a literatura acadêmica tem relatado, sobretudo de povos originários que expõem estrategicamente sua relação de integração com o ambiente como forma de bloquear os interesses hegemônicos de empresas, Estados, entre outros, para com a natureza. Travam lutas contra o desmatamento de florestas, contra a imposição de patentes, contra a construção de barragens etc. (Shiva, 2004; Escobar e Prado, 2004). Todavia, e baseados na investigação que levamos a cabo, ressaltamos atitudes e comportamentos ocidentais contra hegemônicos no contexto das sociedades capitalistas contemporâneas. Observamos práticas correntes levadas a público pelo GAIA que confirmam nossa expectativa de práticas pós-biocoloniais num contexto tradicionalmente engendrado numa lógica biocolonialista.

Os movimentos sociais apresentam-se como agentes de peso na publicitação e no enfrentamento do desafio ambiental moderno. Ainda que a questão ambiental tenha surgido na esfera pública muito mais por necessidade

que por precaução, são esses atores sociais que, frequentemente, dinamizam processos educativos, reflexivos e críticos dos hábitos sócio-culturais constitutivos da sociedade contemporânea. Um dos costumes mais inveterados nas sociedades ocidentais e nas sociedades humanas em geral, diz respeito ao consumo de carne animal como base da alimentação diária. Os ativistas vegetarianos não se cansam de argumentar que esse costume não tem sustentação na atualidade: os seres humanos já não precisam da proteína animal, visto que há muitos alimentos que fornecem os elementos que precisamos e que são mesmo capazes de substituir o papel da proteína animal no nosso organismo.

Mas para que a questão do não consumo de carne represente uma tentativa descolonizante da relação atualmente hegemônica entre ser humano e natureza nas sociedades ocidentais, ela precisa estar além do patamar do benefício para a saúde ou para a estética humana. Nessa direção, o vegetarianismo praticado pelos ativistas do GAIA desvela características que confrontam a postura colonial para com a natureza, já que busca manter e explicitar uma relação de harmonia e equilíbrio com a natureza, numa lógica de integração entre seres humanos e não humanos. Dentro desse grupo, a prática do vegetarianismo significa quase sempre a prática do veganismo, uma corrente que basicamente amplia e aprofunda os preceitos do vegetarianismo, mas que também responde, senão por uma nova identidade, ao menos por uma reformulação na imagem do que vem a ser um vegetariano. No GAIA, por exemplo, além da condenação do consumo de carne e de produtos derivados de animais, os ativistas têm divulgado e se manifestado contra a exploração de animais em circos; contra o tratamento cruel dispendido aos animais criados em cativeiro; e contra testes realizados em animais nos laboratórios científicos. As críticas derivadas desses militantes encontram respaldo na argumentação teórica de Peter Singer (2002) sobre e contra o especismo.

A contextualização deste conceito, bem como sua implementação pelo respectivo grupo ambientalista é fundamental para visualizarmos se estes estão ou não a perfazer lutas capazes de integrar as variáveis que aqui são relevantes: a colonialidade em suas variadas matizes e mais rigorosamente a sua

manifestação presente na relação entre seres humanos e natureza. A instrumentalização crítica do conceito de especismo – marcadamente na prática vegetariana e vegana – possui um impacto ainda difícil de compreender num âmbito social mais alargado, todavia, capaz de já movimentar um mercado alternativo que visa suprir as necessidades dos não consumidores de produtos de origem animal.

As atitudes e comportamentos desses ativistas são quotidianas, sistemáticas, mas não mecânicas. O arcabouço ideológico por trás desse ativismo é a equiparação, até onde esta se faz possível, entre os direitos humanos e os direitos dos animais. Contudo, atribuir direitos à natureza não implica circundar novamente as esferas do humano de um lado e da natureza de outro, antes pelo contrário. Visualizar a natureza como entidade dotada de direitos lhe confere o estatuto de entidade compreensível e, dessa forma, relacionável. Muitas vezes consideradas como práticas fundamentalistas, o vegetarianismo e, sobretudo o veganismo funcionam como mecanismos de significativo potencial para a promoção da descolonização da colonialidade humana sobre a natureza. Sendo o vegetarianismo de evidente importância para essa nossa análise, não havemos de esquecer outros aspectos do ativismo daquele grupo que, apesar de referidos nos capítulos anteriores. Sobretudo, porque ao integrarem esse processo de descolonização, o fazem de modo a não distinguirem a compreensão e a supressão das questões de injustiça ambiental da compreensão e supressão das demais questões de injustiça social.

Assim, a título de síntese, o GAIA corrobora uma postura pós-colonial e pós-biocolonial no sentido em que manifesta sua vontade por um mundo onde a relação entre os seres humanos e destes com a natureza ocorra sob os auspícios de uma lógica holística de integração e compreensão das diversidades – o oposto do que ocorre atualmente, quando povos dominam outros e a natureza é simbólica e factualmente subjugada aos interesses de lucro imediato e excluída do âmago das relações sociais. Dessa maneira, a censura ao consumo, ao especismo, ao racismo ambiental, à biopirataria, aos OGM, bem como o reconhecimento da dívida ecológica são indicadores esclarecedores do

posicionamento do GAIA frente à colonialidade do poder e do saber e frente ao biocolonialismo.

O colonialismo deixou muitas cicatrizes no planeta e nas civilizações para as quais se dirigiu e das quais partiu, deixou "veias abertas", como refere Eduardo Galeano, o que torna a tarefa pós-colonial ainda mais complexa. No atual contexto de emergência de "memórias subterrâneas" (Mendes, 2002: 506), de busca de diálogo de saberes e de tradução intercultural (Santos, 2003) é eminente a busca de visibilização dos ativismos que empreendem uma luta diária, muitas vezes silenciosa contra o capitalismo, contra o consumismo, contra a exploração de animais, e dessa forma abrem caminho se não para novas estruturas sociais, ao menos para uma nova racionalidade ambiental como quer Enrique Leff:

"A racionalidade ambiental se constrói desconstruindo a racionalidade capitalista dominante em todas as ordens da vida social. Neste sentido, não só é necessário analisar as contradições e oposições entre ambas as racionalidades, mas também as estratégias para construir uma nova economia com bases de equidade e sustentabilidade; de uma nova ordem global capaz de integrar as economias autogestionárias das comunidades e permitir que construam suas próprias formas de desenvolvimento a partir de uma gestão participativa e democrática de seus recursos ambientais" (2005: 144).

As lutas encenadas contra o biocolonialismo são referidas pelos ativistas do GAIA como instrumentos passíveis de transformação social, se e somente se, concatenadas com os objetivos de transformação social, de transformação interior, de descolonização do ser. Significa o mesmo dizer que as lutas por igualdade de gênero, etnia ou nacionalidade não são distinguíveis das lutas pela edificação de uma atitude de integração, respeito e compreensão para com a natureza, pois esta é parte daqueles. Intrincados como estão esses objetivos, o impacto que venham a produzir recai da mesma forma, interrelacionada e potencialmente capaz de aguçar percepções holísticas sobre a realidade e nisto reside o papel emancipatório da descolonização alargada que aqui traçamos.

Conclusões

A incursão pelo universo do ativismo ambiental, tendo como fundamento o estudo de caso do Grupo de Acção e Intervenção Ambiental, revelou-nos uma vasta riqueza de perspectivas analíticas. Direccionados, num primeiro momento, ao grupo e noutro aos membros do mesmo, construímos alguns pontos de reflexão sobre a edificação do ativismo empreendido no GAIA. A opção por um trabalho eminentemente qualitativo potencializou elementos como a interatividade com o grupo, numa abordagem mais ampla e menos condicionadora.

O estabelecimento de reflexões analíticas referentes às questões que balizaram a investigação impeliu-nos à edificação de algumas notas conclusivas e, reconhecidamente situadas, abordando as referidas questões orientadoras, quais sejam: as estratégias do ativismo ambiental nos âmbitos público e coletivo, privado e quotidiano, presentes no GAIA (O que é GAIA para seus membros? Que estratégias são acionadas no ativismo do GAIA? Quais práticas permeiam o quotidiano daqueles ativistas?); os desafios e limites aos mesmos (Qual é o alcance das ações do grupo?); e ainda, as construções identitárias perpetradas pelo grupo e por cada ativista (O que significa ser ativista ambiental naquele grupo? Como os ativistas se definem discursivamente?).

O GAIA é um grupo que perfaz um ambientalismo ético, performativo e demonstrativo. Apreende criticamente os meandros políticos, econômicos e morais que perfazem a questão ambiental na atualidade e, deixando-se levar pelo lúdico, revela uma atuação pública permeada de críticas sociais e econômicas, para além das ambientais. Desse modo, subjazem no GAIA muitos dos aportes teóricos percorridos nas páginas desse trabalho. A severa crítica que o GAIA conduz, por exemplo, ao consumismo desenfreado e à obtenção de produtos por meio da exploração de pessoas e do ambiente natural é representativa da postura condenatória que reservam ao modelo econômico capitalista, não acreditando tão pouco na formatação do desenvolvimento sustentável nesse contexto sócio-histórico.

As ações desse coletivo estão imersas em objetivos amplos e diversificados, que se inter-relacionam entre si. Assim, objetivos de ordem econômica, social, política e ambiental são considerados de modo a criar uma configuração abrangente e interdisciplinar de metas e práticas, numa atitude ativista integral diante da complexidade do real. Essa posição faz eco às nossas problematizações, apresentadas no capítulo 1, sobre a dificuldade, e mesmo pertinência, em se classificar um grupo, ou um movimento ambientalista como sendo do Norte ou do Sul. O GAIA reveste-se tanto de características tidas por pós-materialistas, como agrega outras que são rigorosamente opostas a essa definição. Desse modo, o quotidiano do GAIA sinaliza a precariedade existente na sua classificação única entre um movimento do Norte ou um movimento do Sul e explicita quão infrutífera é a rotulação tipológica de movimentos ambientalistas – sobretudo num contexto onde as redes globais dão a tônica do debate ambiental.

O surgimento do GAIA em meados da década de 1990 reflete o avanço do movimento ambientalista português naquele momento histórico. Todavia, com o passar do tempo, o GAIA passou a demonstrar uma postura militante diferenciada da maioria dos grupos nacionais, principalmente por se pautar em ações diretas, sistematicamente desenvolvidas. Imerso numa lógica de poder horizontal e em características organizativas bastante flexíveis, o Núcleo do GAIA no Porto (Núcleo sobre o qual a observação participante se desenrolou), não tem formalizado uma rotina para o grupo, estando sempre a aceitar instituintes. Apesar de muitos ponderarem que, o ideal seria que o grupo perfizesse um trabalho ativista focalizado em metas bem definidas, isso não tem se apresentado como a principal componente do grupo. No fundo, parece ser justamente por não haver estratégias previamente formatadas, que o grupo cria e fortalece sua atual identidade, potencializando-a a partir mesmo do trabalho não focalizado, do imprevisto e do lúdico.

Sim, as reuniões, as listas, as redes dão estabilidade ao grupo, mas não lhe roubam o criativo, o des-organizado. Ao avaliarem os grupos portugueses como conservadores, sem dúvida não se revêem neles, antes revelam que tal distanciamento se dá em função do diferencial do GAIA ser o ativismo prático ou

de rua – também aqui, parece ser para além disso. No dia-a-dia do grupo as burocracias são minimizadas, as liberdades organizativa e reflexiva são valorizadas. O GAIA investe numa organização horizontal – a hierarquia é noção inexistente no grupo. De tal característica parece derivar grande parte da flexibilidade presente na dinâmica ativista (e não só organizativa) do grupo. O grupo tem estado num anseio constante por renovações, por isso a dificuldade de centrar-se, de focalizar objetivos. E a afirmação de que o grupo seria melhor, se focalizado, soa como uma contradição – sob a perspectiva que agora pomos em relevo –, mas também como uma justificação (pelos próprios ativistas) daquilo que é considerado o principal erro do grupo.

Por sua vez, o ativismo quotidiano realizado pelos ativistas em espaços domésticos ou que lhes são familiares, representa uma componente essencial na conjunção entre o ativismo coletivo e o ativismo individual, criados e recriados constantemente. A relação entre ambos é direta, mas com contornos muito próprios. As práticas diárias, como vimos no capítulo 4, compõem um rol de atitudes e comportamentos que possuem como principal escopo a demonstração, o exemplo e a sensibilização daqueles que compõem os círculos de convívio mais próximos desses ativistas.

Certamente que essas práticas instauram muitos outros elementos para além dessas estratégias de exposição de modos de vida ativista. Esses elementos são, em última análise, valores e materialidades constitutivos da identidade desses sujeitos ambientais, são elementos que efetivam a proximidade na relação daqueles com a natureza. Sob esse prisma, a construção da natureza é levada à frente através de perspectivas que buscam um relacionamento compreensivo e cooperativo com o meio ambiente natural. A configuração desses sujeitos ambientais corresponde, na prática, tanto à implementação de práticas ativistas, como a uma consolidação identitária, na qual o ser humano e a natureza são reconhecidos como irremediavelmente interligados.

Todavia, tal predisposição, no que diz respeito à construção social do significado da natureza e da relação com a mesma, é algo bastante rarefeito em esferas sociais mais alargadas. Como abordamos no último capítulo, os contornos cruéis da lógica colonial do século XV perduram até os nossos dias, ainda que sob

nova roupagem. Referimo-nos ao biocolonialismo, uma das mais contumazes práticas neo-coloniais da atualidade, exemplificado pelas realidades do racismo ambiental, da biopirataria, da utilização de organismos geneticamente modificados e da invisibilização da dívida ecológica, entre outros.

Corroborando a nossa reflexão sobre a impossibilidade de classificar o GAIA enquanto um movimento do Norte ou do Sul, o GAIA tem delineado um ativismo marcadamente oposicionista às citadas questões que compõem o biocolonialismo, por meio de práticas que decorrem no espaço público, como protestos, mas também nos espaços privados, sobretudo através de boicotes a dados produtos. Nesse sentido, o GAIA empreende um trabalho identificado com um ativismo de emancipação social, isto é, suas práticas estão comprometidas com o bem comum numa perspectiva alargada, que almeja a construção de uma realidade fundamentada em justiça ambiental, social e econômica.

Várias são as limitações a essas diversas práticas do ativismo ambiental observadas no GAIA: desde os poucos recursos para a subsistência financeira do grupo, passando pelo número exíguo de ativistas, até chegar em entraves mais estruturais, como a deficitária disposição da sociedade portuguesa em se deixar contagiar pelo desafio ambiental. E ainda a pouca habilidade institucional (governos, mercado, universidades) em problematizar esse debate da maneira o mais participativa possível, promovendo maior acesso da população à realidade ambiental em Portugal e no mundo.

Ao direcionarmos nossa atenção às práticas contra-hegemônicas, ao ativismo político quotidiano, exemplificado nas atitudes e comportamentos coletivos ou individuais, não desaparece a dúvida acerca do poder transformador desses ativismos. Desse modo, o estudo de caso é fator impeditivo de maiores ousadias na tentativa de retorquir a essa questão. Contudo, dentro dessa delimitação, reiteramos que os ativismos presentes no GAIA ilustram não apenas problemas teóricos classificatórios, ou embates às questões do atual cenário de crise ambiental, como também lançam luzes sobre o que esse grupo vivencia, sobre a importância que o ativismo quotidiano possui na vida daqueles sujeitos, na constituição de suas identidades.

CONCLUSÕES

Nesse sentido, o alcance ou a mensuração dos resultados desses e de outras formas de ativismos na sociedade portuguesa, é algo importante e carente de análises, até mesmo por significar uma empreitada em vias de construção. Tendo a questão ambiental um papel de relevo na maioria das sociedades do planeta, é de se acreditar que cada vez mais se aprofundem e diversifiquem as abordagens do tema pelas ciências sociais, de modo a alargar as fronteiras da sua compreensão.

Bibliografia

- ACHUTTI, Luiz Eduardo.R. (1997). *Fotoetnografia: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho*. Porto Alegre: Tomo; Palmarinca.
- ACSELRAD, Henri (2004). Justiça Ambiental – ação coletiva e estratégias argumentativas In: ACSELRAD, Henri; HERCULANO, S; Pádua, J. (orgs.). *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, (pp. 23-39).
- ALMEIDA, João Ferreira de (org) (2000). *Os Portugueses e o Ambiente: I inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. Oeiras: Celta.
- ALMEIDA, João Ferreira de (org.) (2004). *Os Portugueses e o Ambiente: II inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. Oeiras: Celta.
- ARDÈVOL, Elisenda et al (2003). Etnografia Virtualizada: la observación participante y la entrevista semiestructurada en línea In: Revista Athenea Digital. Revista de Pensamiento e investigación social. Primavera, numero 003. Barcelona, Universidad Autónoma de Barcelona, (pp. 72-92).
- AZEVEDO, Alexandra (2007). *Organismos Geneticamente Modificados e Agricultura*. Porto: Plataforma Transgênicos Fora.
- BARTHES, Roland (1984). *A Câmara Clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- BUENO, Eduardo (2002). *Nova Viagem à Terra do Brasil* In: Pau-Brasil. São Paulo: Axis Mundi.
- BURAWOY, Michael (1998). "Critical Sociology: a dialogue between two Sciences", *Contemporary Sociology*, 27 (1). ProQuest Direct, [UMI].
- BURAWOY, Michael (1991). *Teaching Participant Observation* In: BURAWOY et al. *Ethnography Unbound. Power and Resistance in the Modern Metropolis*. Berkley; Los Angeles; Oxford: University of California Press, (pp. 291-300).
- CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. (2004). *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. São Paulo: Cortez.
- CASTELLS, Manuel (2003). *O Poder da Identidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

-
- CASTRO, Paula (2004). Cultura Científica e Confiança na Ciência em Matérias Ambientais – Portugal no contexto da União Europeia *In*: LIMA, Luísa; CABRAL, Manuel Villaverde; VALA, Jorge (orgs). *Ambiente e Desenvolvimento. Atitudes Sociais dos Portugueses 4*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, (pp.79-112).
- CEFAÏ, Daniel (2005). Os Novos Movimentos de Protesto em França: a articulação de novas arenas públicas *In*: MENDES, José Manuel (org.) (2005). *Movimentos Sociais, Protesto e Cidadania*. Coimbra: CES, (pp.171-200).
- CERDÀ, Miquel (2002). Deuda Ecológica. El Norte está en deuda con los países del Sur. Cataluña: Colectivo de Difusión de la Deuda Ecológica.
- CÉSAIRE, Aimé (1971). *Discurso sobre o colonialismo*. Lisboa: Dom Quixote.
- CPADA. <http://www.cpada.pt/perfil.htm> (acedida em 07.06.2007)
- Comércio Justo. http://www.reviravolta.comercio-justo.org/?page_id=11 (acedida em Março de 2008).
- DA MATTA, Roberto (1978). O Ofício de Etnólogo, ou como Ter “Antropological Blues” *In*: NUNES, Edson de Oliveira (org.) *A Aventura Sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar, (pp. 23-35).
- DELLA PORTA, Donatella; DIANI, Mario (1999). *Social Movements: an introduction*. Oxford/Malden: Blackwell.
- DOWNING, John D.H. et al (2002). *Mídia Radical: rebeldia nas comunicações e movimentos sociais*. São Paulo: Senac.
- DUSSEL, Enrique (2001). Etnocentrismo y Modernidad *In*: MIGNOLO, Walter. *Capitalismo y Geopolítica del Conocimiento: el eurocentrismo y la filosofía de la liberación en el debate intelectual contemporáneo*. Buenos Aires: Ediciones del Signo, (pp. 57-70.)
- DWIVEDI, Ranjit (2001). Environmental Movements in the Global South: issues of livelihood and beyond. London: Sage, (pp. 11-31).
- ESCOBAR, Arturo; PARDO, Maurício (2004). Movimentos Sociais e Biodiversidade no Pacífico colombiano *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, (pp. 287-314).
- ESTEVA, Gustavo (2000). Desenvolvimento *In*: SACHS, Wolfgang (org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, (pp. 59-83).

- EVANS-PRITCHARD, E.E (1972). Trabalho de Campo e Tradição Empírica In: EVANS-PRITCHARD, E.E. *Antropologia Social*. Lisboa: Edições 70, (pp.107-139).
- FANON, Frantz (1961). *Les Damnés de la Terre*. Paris: Maspéro.
- FIGUEIREDO, Elisabete e FIDÉLIS, Teresa (2003). "No Meu Quintal Não!" Contributos para uma Análise dos Movimentos Ambientais de Raiz Popular em Portugal (1974-1994) In: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 65, (pp. 151-173).
- GAIA (2003). Erva Daninha. Boletim Informativo do GAIA – Grupo de Acção e Intervenção Ambiental. Nº.1. GAIA: Lisboa.
- GAIA. <http://www.GAIA.org.pt/?que=node/327#comment>
- Gallup International Institute (1992). *The Health of the Planet Survey*. Princeton, New Jersey: Gallup International Institute.
- GEERTZ, Clifford (2006). *O Saber Local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 8ªed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- GOHN, Maria da Glória (2006). *Teorias dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. 5ªed. São Paulo: Loyola.
- GOHN, Maria da Glória (org.)(2003). *Movimentos sociais no início do Século XXI: antigos e novos atores sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- HINTERBERGER, F. & SEIFERT, E. (1995). Reducing Material Throughput: a contribution to the measurement of dematerialization and human sustainable development In: STRAATEN, J. van der & TYLECOTE, A. (orgs.). *Environment, Technology and Economic Growth. The Challenge to Sustainable Development*. Aldershot: Edward Edgar.
- INGLEHART, Ronald (2003). Changing Values in Post-Industrial Societies In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James (orgs.). *The Social Movements Reader: cases and concepts*. United States: Blackwell, (pp. 64-71).
- INGLEHART, Ronald (1991). *El cambio cultural en las sociedades industriales avanzadas*. Madri: Siglo XXI.
- Instituto do Ambiente.
http://www.iamambiente.pt/portal/page?_pageid=73,408080&_dad=portal&_schema=PORTAL&actualmenu=10141123&docs=10236139&menu_childmenu=10140986
(acedida em 06.12.2007).

-
- KURIEN, J.** (1992). Ruining the Commons and Responses of the Commoners: Coastal Overfishing and Fishworkers Actions in Kerala State. Índia, Ghai and Vivian eds. (pp. 221-258).
- LEFF, Henrique** (2005). *Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. 4ªed. Petrópolis: Vozes.
- LEFF, Henrique** (2004a). *Aventuras da Epistemologia Ambiental: da articulação das ciências ao diálogo de saberes*. Rio de Janeiro: Garamond.
- LEFF, Henrique** (2004b). Cultura, natureza y sustentabilidad: pulsión al gasto y entropia social *In: La Racionalidad Ambiental: la reapropiación social de la naturaleza*. Buenos Aires: Siglo XXI, (pp.352-395).
- LEFF, Henrique** (2004c). El movimiento ambiental por la reapropiación social de la naturaleza: seringueiros, zapatistas, afrodescendientes y pueblos indígenas de América Latina. *In: La Racionalidad Ambiental: la reapropiación social de la naturaleza*. Buenos Aires: Siglo XXI, (pp.396-456).
- LEFF, Henrique** (2002). *Epistemologia Ambiental*. 2ªed. São Paulo: Cortez.
- LIMA, Luísa; CABRAL, Manuel Villaverde; VALA; Jorge (orgs)** (2004). *Ambiente e Desenvolvimento. Atitudes Sociais dos Portugueses 4*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa.
- LIMA, Luísa** (2004). Percepção de Riscos Ambientais: realismo ou ilusão? *In: LIMA, Luísa; CABRAL, Manuel Villaverde; VALA; Jorge (orgs). Ambiente e Desenvolvimento. Atitudes Sociais dos Portugueses 4*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, (pp. 157-192).
- LIMA, Aida Valadares; GUERRA, João** (2004). Ambiente e Cidadania: dimensões da mobilização ambiental em quatro países europeus *In: LIMA, Luísa; CABRAL, Manuel Villaverde; VALA; Jorge (orgs). Ambiente e Desenvolvimento. Atitudes Sociais dos Portugueses 4*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, (pp. 113-155).
- LITTLE, Paul Elliot** (2006). Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico *In: Revista Horizontes Antropológicos*. vol.12, Nº.25 Porto Alegre, (pp. 85-103).
- LUDD, NED (org.)**(2002). *Urgência das Ruas: Black Block, Reclaim the Streets e os Dias de Ação Global*. São Paulo: Conrad.
- MAINWARING, S.; VIOLA, E.** (1984). Los Nuevos Movimientos Sociales, las Culturas Políticas y la Democracia: Brasil y Argentina en la década de los ochenta. *Revista Mexicana de Sociología*, Nº.101.

- MARTÍNEZ ALIER, Joan (2007). *O Ecologismo dos Pobres: conflitos ambientais e linguagem de valoração*. São Paulo: Contexto.
- MATIAS, Marisa (2004). «Não nos lixem»: a luta contra a co-incineração de resíduos industriais perigosos nos arredores de Coimbra *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.) *Semear outras soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, (pp. 211-237).
- MATIAS, Marisa (2002). *Conhecimento(s), Ambiente e Participação: a contestação à co-incineradora em Souselas*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- MCGRATH, D. *et al* (1993). Fisheries and the Evolution of Resource Management in the Lower Amazon Floodplain. *Human Ecology*, 21 (2).
- MENDES, José Manuel; SEIXAS, Ana Maria (2005). Acção Colectiva em Portugal: os movimentos sociais ao espelho dos media (1992-2002) *In*: MENDES, José Manuel (org.) (2005). *Movimentos Sociais, Protesto e Cidadania*. Coimbra: CES, (pp. 171-200).
- MENDES, José Manuel de Oliveira (2004). Media, públicos e cidadania: algumas notas breves *In*: *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 70, (pp. 147-158).
- MENDES, José Manuel de Oliveira (2003). Perguntar e Observar não basta, é preciso analisar: algumas reflexões metodológicas. *Oficina* nº 194 – Setembro. Coimbra: CES, (pp. 1-27).
- MENDES, José Manuel de Oliveira (2002). O Desafio das Identidades *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *A Globalização e as Ciências Sociais*. São Paulo: Cortez, (pp. 503-540).
- MENESES, Maria Paula; NUNES, João Arriscado; SANTOS, Boaventura de Sousa (2004). Introdução: para ampliar o cânone da ciência: a diversidade epistemológica do mundo *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, (pp.19-101).
- MILLER, Jody; GLASSNER, Barry (1997) The 'Inside' and the 'Outside': finding realities in interviews *In*: SILVERMAN, David (ed.) *Qualitative Research: theory, method and practice*. London: Sage, (pp.99-112).
- MONTIBELLER FILHO, Gilberto (2004). *O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. 2ªed. Florianópolis: UFSC.

-
- MORIN, Edgar (2004). *Saberes Globais e Saberes Locais: o olhar transdisciplinar*. (Marcos Terena). 4ªed. Rio de Janeiro: Garamond.
- PAIS, José Machado (2007). *Sociologia da Vida Quotidiana: teorias, métodos e estudos de caso*. 3ªed. Lisboa: ICS.
- PENA-VEGA, Alfredo (2005). *O Despertar Ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa*. Rio de Janeiro: Garamond.
- PEREIRA, Pedro Jorge (2006). *Be the Change You Want to See. Uma Outra Perspectiva do Mundo através do Voluntariado*. s.l.: s.e..
- Plataforma CONVERGIR. <http://bioterra.blogspot.com/2006/10/convergir-plataforma-interassociativa.html> (acedida em outubro de 2007).
- Plataforma Não ao Nuclear. <http://www.naoaonuclear.org/> (acedida em outubro de 2007).
- Plataforma Transgênicos Fora. <http://www.stopogm.net/?q=node/70> (acedida em outubro de 2007).
- PNUMA (2002). GEO 3. *Perspectivas do Meio Ambiente Mundial*. PNUMA: Mundi-Prensa.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2006). *A Globalização da Natureza e Natureza da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter (2005). *Os (Des)Caminhos do Meio Ambiente*. São Paulo: Contexto.
- PORTO-GONÇALVES (2002). Meio ambiente, Ciência e Poder: diálogo de diferentes matrizes de racionalidade In: SORRENTINO, Marcos (org.). *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, (pp. 135-161).
- PROOPS, J. L. R. (1989). Ecological Economics: rationale and problem areas. *Ecological Economics*, 1 (1), (pp.59-76).
- QUIJANO, Aníbal (2000). Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina In: LANDER, E. *La Colonialidad del Saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latino Americanas*. Buenos Aires: CLACSO Y UNESCO, (pp. 201-246).
- REDCLIFT, Michael (1998). *Global Environmental Change and Global Inequality: North/South perspectives*. London: Sage, (pp. 499-516).
- REDCLIFT, Michael (1992). *Sustainable Development and Global Environmental Change*. *Global Environment Change*, (pp. 32-42).

- Resumo do II Inquérito Nacional os Portugueses e o Ambiente (2001) In: <http://observa.iscte.pt/inquerito2.pdf> Acedido em Dezembro de 2007.
- RIBEIRO, Gustavo Lins (2004). Prefácio In: MONTIBELLER FILHO, Gilberto (2004) O Mito do Desenvolvimento Sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. 2ªed. Florianópolis: UFSC, (pp. 15-18).
- RIBEIRO, Gustavo Lins (2000). Política Ciber cultural: ativismo político à distância na comunidade transnacional imaginada-virtual In: ALVEREZ, S.; DAGNINO, E.; ESCOBAR, A. *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos*. Belo Horizonte: UFMG, (pp. 465-502).
- RODRIGUES, Maria Eugénia (2000). Globalização e Ambientalismo: actores e processos no caso da incineradora de Estarreja. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.
- RODRIGUES, Maria Eugénia (1995). Os Novos Movimentos Sociais e o Associativismo Ambientalista em Portugal. Oficina nº 60 – Setembro. Coimbra: CES, (pp. 1-33).
- SACHS, Ignacy (2002). Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. 3ªed. Rio de Janeiro: Garamond.
- SACHS, Wolfgang. Meio Ambiente (2000) In: SACHS, Wolfgang (org.). *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, (pp.117-131).
- SANJEK, Roger (1990). A Vocabulary for Fieldnotes In: SANJEK, Roger. *Fieldnotes: the makings of Anthropology*. Ithaca; London: Cornell University, (pp. 92-121).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006a). Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro In: *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume IV] Porto: Afrontamento, (pp. 23-43).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006b). O Fim das Descobertas Imperiais In: *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume IV] Porto: Afrontamento, (pp. 169-177).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006c). Entre Próspero e Caliban: colonialismo, pós-colonialismo e inter-identidade In: *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume IV] Porto: Afrontamento, (pp. 211-255).

-
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2006d). Para uma Concepção Intercultural dos Direitos Humanos In: SANTOS, Boaventura de Sousa. *A Gramática do Tempo: para uma nova cultura política*. [Para um novo senso comum. A ciência, o direito e a política na transição paradigmática, Volume IV] Porto: Afrontamento, (pp. 401-435).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2005). *Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade*. 10ªed. São Paulo: Cortez.
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2003). Para uma Sociologia das Ausências e uma Sociologia das Emergências In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Conhecimento Prudente para uma Vida Decente: 'um discurso sobre as ciencias' revisitado*. Porto: Afrontamento, (pp. 735-775).
- SANTOS, Boaventura de Sousa (2001). Los Nuevos Movimientos Sociales In: Revista Del Observatório Social de America Latina/OSAL, Ano II, nº 5, (pp. 117-184).
- SAWAIA, Bader (2002). Participação Social e Subjetividade In: SORRENTINO, Marcos (org.). *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, (115-134).
- SCHERER-WARREN, Ilse (2002). Movimentos Sociais e participação In: SORRENTINO, Marcos (org.). *Ambientalismo e Participação na Contemporaneidade*. São Paulo: EDUC/FAPESP, (41-56).
- SCHERER-WARREN, Ilse (1993). *Redes de movimentos sociais*. São Paulo: Loyola, 1993.
- SCHMIDT, Luísa; FONSECA, Susana; TRÜNINGER, Mónica (2004). Riscos Ambientais e Riscos Alimentares: percepções e atitudes In: ALMEIDA, João Ferreira de (org.) (2004). *Os Portugueses e o Ambiente: II inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. Oeiras: Celta, (pp.173-236).
- SCHMIDT, Luísa; VALENTE, Susana (2004). Factos e Opiniões: uma abordagem transnacional ao desenvolvimento sustentável In: LIMA, Luísa; CABRAL, Manuel Villaverde; VALA, Jorge. *Ambiente e Desenvolvimento. Atitudes Sociais dos Portugueses 4*. Imprensa de Ciências Sociais, Lisboa, (pp. 27-77).
- SCHMIDT, Luísa (com Susana Valente e João Pinheiro) (2000). País: percepção, retrato e desejo In: ALMEIDA, João Ferreira de (org.). *Os Portugueses e o Ambiente: I inquérito nacional às representações e práticas dos portugueses sobre o ambiente*. Oeiras: Celta, (pp. 33-101).
- SCHMIDT, Luísa (1999). *Portugal Ambiental: casos e causas*. Oeiras: Celta.

- SHIVA, Vandana (2004). Biodiversidade, direitos de propriedade intelectual e globalização In: SANTOS, Boaventura de Sousa (org.). *Semear outras Soluções: os caminhos da biodiversidade e dos conhecimentos rivais*. Porto: Afrontamento, (pp. 267-286).
- SHIVA, Vandana (2000). Recursos Naturais In: SACHS, Wolfgang (org.). *Dicionário do desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis, RJ: Vozes, (pp. 300-316).
- SINGER, Peter (2002). *Ética Prática*. 2ªed. Lisboa: Gradiva.
- STAKE, Robert E. (1994). Case Studies In: DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna (eds). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks; London; New Delhi: Sage, (pp. 236-247).
- STALLABRASS, Julian (1995). Empowering Technology: the exploration of cyberspace. *New Left Review* 211, (pp. 03-32).
- TOURAINÉ, Alain (1998). Os Movimentos Sociais In: TOURAINÉ, Alain. *Iguais e Diferentes: poderemos viver juntos?* Lisboa: Instituto Piaget, (pp.127-172).
- UNITED NATIONS ORGANIZATION. <http://www.un.org/esa/sustdev/csd/policy.htm> (acedida em Agosto de 2007).
- VAN de DONK, Wim et al (2004). Social Moviments and ICTs In: VAN de DONK, Wim et al. *Cyberprotest. New Media, Citizens and Social Movements*. London: Routledge, (pp. 1-25).
- VELHO, Gilberto (1981). Observando o Familiar In: VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura*. Rio de Janeiro: Zahar, (pp. 121-132).
- WALDMAN, Maurício (2006). *Meio Ambiente e Antropologia*. São Paulo: Senac.
- WAPNER, Paul (2003). Transnational Environmental Activism In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James (orgs.). *The Social Movements Reader: cases and concepts*. United States: Blackwell, (pp. 202-209).
- WOODWARD, Kathryn (2000). Identidade e Diferença: uma introdução teórica e conceitual In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Identidade e Diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, RJ: Vozes, (pp. 07-72).
- WORLD BANK.
<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCIALDEVELOPMENT/0,,contentMDK:21290756~menuPK:2643909~pagePK:64020865~piPK:149114~theSitePK:244363,00.html> (acedida em Agosto de 2007).

Anexo

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Este roteiro tem por objetivo auxiliar a coleta de dados para a Dissertação de Mestrado da estudante Nilzélia Oliveira. Tal dissertação é orientada pelo Prof. Dr. José Manuel Mendes e constitui o trabalho de conclusão do Programa de Doutorado e Mestrado "Pós-Colonialismos e Cidadania Global" do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

A entrevista será gravada e o anonimato está garantido.

1. Nome (pseudônimo):
2. Idade:
3. Sexo:
4. E-mail:
5. Nacionalidade:
6. Naturalidade:
7. Local de residência:
8. Escolarização:
9. Se superior, indicar o curso:
10. Profissão:
11. Trabalho remunerado:
- a) () sim b) () não
12. Escolarização do Pai _____ e da Mãe _____
13. Profissão do Pai _____ e da Mãe _____
14. Mora com:

15. Em qual movimento ambiental atua e/ou atuou no passado?

Grupo	Ano de criação	Tempo de atuação	Número de membros

16. Há lideranças formais? Se sim, como são eleitas e qual a rotatividade das mesmas?

17. Atua em outros movimentos sociais?

- a) () sim b) () não
- c) Se sim, em qual (quais) e por quanto tempo?

Questões abertas:

1. O que é o GAIA?
2. Por que participar de um movimento ambiental? Quais os fatores que mais influenciaram a sua atuação nesse grupo? Como se deu a sua entrada no grupo?
3. O que significa ser um ativista ambiental?
4. Quais as temáticas que mais lhe interessam?
5. Quais as personagens que mais influenciam a sua atuação?
6. O que mudou na sua vida com a participação no GAIA?
7. Como e em quê o movimento ambiental pode provocar mudanças sociais?
8. Objetivos do GAIA.
9. Planejamento e realização das ações do grupo.
10. Estratégias e atividades mais recorrentes.
11. Sua participação nas ações é frequente?
12. Quais são as suas ações preferidas. Como se sente antes, durante e após estas ações?
13. Que tipo de práticas costuma fazer no dia-a-dia para impactar menos o ambiente? Exemplos:
Vegetarianismo; Coleta seletiva; Reaproveitamento sistemático de resíduos sólidos (papéis) ou orgânicos (compostor); uso sistemático de bicicleta; rejeição à certo tipo de marcas

14. O que achas do vegetariano?
15. Há militantes na sua família?
16. Quais são seus grupos de convívio?
17. O que sua família e os seus amigos não-ativistas dizem a respeito da sua militância ambiental? Há algum conflito?
18. Fale sobre os melhores e os piores aspectos de ser um jovem ativista.
19. É imprescindível estar num grupo para ser um ativista ambiental?
20. Pretensões profissionais.
21. Futuro familiar (casar, ter filhos, formas de criação, onde morar?)
22. Orientação religiosa.
23. Processo histórico do grupo (como era no início e como está agora?)
24. Fale das atividades que obtiveram melhor impacto social. Por quê?
25. Fale das atividades que obtiveram pior impacto social. Por quê?
26. Público (classe social, faixa etária) mais sensível às atividades e aos objetivos do grupo.
27. Como o grupo lida com as novas tecnologias? (Internet, mailing list, chat, celular etc.)
28. Papel da mídia nas ações do grupo. Relacionamento deste com a primeira.

29. Relacionamento do grupo com outros movimentos ambientais.
30. O que acha dos grandes movimentos ambientais internacionais como WWF e Greenpeace?
31. Como avalia os movimentos ambientais em Portugal?
32. Relacionamento do grupo com outros movimentos sociais.
33. Formas de internacionalização do grupo (participação em encontros internacionais, intercâmbios etc.).
34. Relacionamento do grupo com órgãos governamentais.
35. Relacionamento do grupo com empresas e partidos políticos.
36. Opção partidária.
37. O que acha do Partido "Os Verdes"?
38. Relacionamento do GAIA com a universidade (militância e ciência).
39. Como se dá a subsistência financeira do grupo? Há financiamento externo? De que gênero? (sócios, partidos políticos, organizações nacionais, organizações internacionais e outros)
40. O que significa ser um membro do GAIA? O que é preciso para ser membro?
41. Há lideranças no GAIA? Por quê?
42. Qual a relação entre os vários núcleos do GAIA e como isso tem evoluído durante o tempo?

43. Um outro mundo é possível? Que projeto de sociedade busca construir?

Data:

Horário:

Local:

Comentários: